



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

32ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Dias: 15 e 16/04/2021

(Realizada por videoconferência)

DEGRAVAÇÃO

32ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

1 **Dia 15/04/2021:**

2

3 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Sávio
4 Presidente, você pode me ajudar? Eu vou pegar a lista aqui, você pode? Eu vou
5 fazer a chamada, você pode me ajudar identificando quem já está apresentando aí
6 no chat, por gentileza?

7 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
8 **Combate à Tortura)** – A nossa equipe de apoio hoje não está presente. A Luana
9 e a Natalia.

10 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – A Luana teve um
11 imprevisto com o a filha dela, teve que ir para o hospital. A Natalia eu pedi para
12 ficar na ata do sumário, mas ela pode me ajudar aqui por hora, nós não estamos
13 nessa fase. Natalia você está na reunião?

14 **Sra. Natália** – Oi. Estou sim João, por enquanto, eu já contei 11 presentes.

15 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Faça essa
16 contagem...

17 **Sra. Natália** – 12 agora.

18 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Então, depois eu
19 vou pedir a presença, o registro verbal para a nossa ata, mas faça a contagem
20 inicial, por favor, Natalia.

21 **Sra. Natália** – Por enquanto, já tem 12 pessoas para a contagem de quórum dos
22 membros.

23 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Conferindo aqui
24 Natalia, olha só: Vitória Buzzy do Conselho filiado da OAB; Ministério da Defesa
25 Sávio Andrade; Quirino Cordeiro Ministério da Cidadania; Pedro Bicalho do
26 Conselho Federal de Psicologia. Nós temos aqui a Mariana da UBM; o Caio da
27 SOMOS; Anderson Pinheiro MNU; CUT Virgínia Berriel; Rodrigo Sérvulo do
28 COADE.

29 **Interlocutor não identificado** – Ata de responsabilização é da Auditoria?

30 **Interlocutor não identificado** – Essa é que a Mariana falou...

31 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – É. SNPG...

32 **Sra. Natália** – Já deu o quórum.

33 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Secretário
34 Eduardo; Cândida URFN, Cândida Souza; MRE Matheus Moreira; Marco Carvalho
35 Gabinete da MMFDH; Andressa Ferrari da RENILA; Isabel da Justiça Global; E o
36 representante do Ministério da Justiça Cristiano Torquato já se encontra. Temos
37 quanto?

38 **Sra. Natália** – Já faz é... Já faz 16. Já deu quórum.

39 **Sr. Ezequiel Roque (CNPIR)** – João. Ezequiel da CNPIR.

40 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Ezequiel CNPIR.
41 Ok. Presidente, já temos quórum.

42 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
43 **Combate à Tortura)** – Está bem. Bom dia a todos. Eu vou pedir, como nós temos
44 alguns colegas novos aqui, eu estou vendo os nossos vídeos, não é? Mas, para
45 efeito de registro na nossa ata, porque nós termos, é, foi colocado aqui no chat,
46 mas eu vou pedir novamente aí que faça chamada individual nome e órgão que
47 representa e os colegas novos que estão participando aqui da reunião também,
48 está bem? É. Por favor, a Natalia pode fazer essa chamada aí? Eu vou começar

49 aqui Sávio Andrade, trabalho no gabinete do Ministério da Defesa e estou na Vice-
50 Presidência do CNPTC.

51 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Chama... A
52 apresentação é de todos que estão presentes na reunião ou membros convidados.

53 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
54 **Combate à Tortura)** – Podem ser membros primeiro na ordem do chat para
55 facilitar, e se faltar um, a gente faz o complemento e depois, para os convidados,
56 não é?

57 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Ok. Na ordem do
58 chat aqui, então, tem a Vitória.

59 **Sra. Vitória Buzzy (Conselho Federal da OAB)** – Bom dia. Vitória Buzzy do
60 Conselho Federal da OAB.

61 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Sávio Andrade
62 se apresentou. Ministério da Defesa, Vice-Presidente, Presidente em exercício na
63 reunião. Quirino Cordeiro é o próximo, Pedro Paulo Bicalho... Paulo Bicalho.

64 **Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom dia. Sou
65 Pedro Paulo Bicalho. Represento o Conselho Federal de Psicologia.

66 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Mariana da
67 UBM.

68 **Sra. Mariana (UBM)** – Bom dia a todos. Mariana da UBM.

69 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – O próximo foi o
70 Caio da SOMOS.

71 **Sr. CAIO (SOMOS)** – Bom dia. Caio da SOMOS.

72 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – O próximo foi o
73 Anderson da MNU.

74 **Sr. ANDERSON PINHEIRO (MNU)** – Bom dia a todos. Anderson Pinheiro.

75 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Nós temos aqui
76 próximos a CUT.

77 **Sra. Virgínia Berriel (Central Única dos Trabalhadores)** – Bom dia a todos. Sou
78 Virgínia Berriel, represento a Central Única dos Trabalhadores.

79 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Obrigado
80 Virgínia. Rodrigo da COADE, representante da COADE.

81 **Sr. Rodrigo SÉRVULO (Coletiva Advogados para a Democracia)** – Bom dia.
82 Rodrigo Sérvulo, Coletiva Advogados para a Democracia.

83 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – SNPG/MMFDH.

84 **Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo (Ministério da Mulher, Família e Direitos
85 Humanos/Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Bom dia João. Bom dia a
86 todos. Eduardo, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Secretaria
87 Nacional de Proteção Global.

88 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – É. Próximo,
89 Cândida URFN.

90 **Sra. Cândida (Universidade Federal Rio Grande do Norte)** – Bom dia a todos e
91 todas. Cândida Souza Universidade Federal Rio Grande do Norte.

92 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – MRE?

93 **Sr. Matheus Moreira (MRE)** – Bom dia. Matheus Moreira, Representando o MRE.

94 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Gabinete do
95 MMFDH

96 **Sr. Marco (Gabinete do MMFDH)** – Bom dia. Marco. Gabinete da Ministra.

97 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) – RENILA.**
98 Representante da RENILA

99 **Sra. ANDRESSA (RENILA) – Bom dia. Andressa RENILA.**

100 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) – Representante**
101 **da Justiça Global.**

102 **Sra. ISABEL (Representante da Justiça Global) – Bom dia. Isabel.**
103 **Representante da Justiça Global.**

104 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) – Representante**
105 **do Ministério da Justiça, DEPEN.**

106 **Sr. CRISTIANO TORQUATO (Representante do Ministério da Justiça/DEPEN)**
107 **– Bom dia a todos e todas. Cristiano Torquato, DEPEN, representando o Ministério**
108 **da Justiça, Segurança Pública.**

109 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) – Até, então, os**
110 **que se identificaram no chat foram esses.**

111 **Sr. Quirino Cordeiro (Ministério da Cidadania) – João, Quirino quem fala, bom**
112 **dia. Ministério da Cidadania.**

113 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) Andrade (Ministério da Defesa) –**
114 **Bom, como nós finalizamos os membros, eu vou pedir a contagem, aqui, para**
115 **efeito da ata, esse registro dos membros para propensão do dispositivo**
116 **relacionado ao quórum, aí depois nós podemos passar para os convidados.**

117 **Sr. Ezequiel Roque (CNPIR) – Sávio, bom dia. Ezequiel Roque da**
118 **SNPIR/MMFDH, não consigo colocar no chat, mas estou presente.**

119 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
120 **Combate à Tortura) – Perfeito.**

121 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Frei David,
122 EDUCAFRO Brasil. Se identificou no chat agora.

123 **Sr. Frei David (EDUCAFRO Brasil)** – Exato, estou aí. Bom dia.

124 **Sr. Ezequiel Roque (SNPIR/MMFDH)** – Bom dia.

125 **Sr. Frei David (EDUCAFRO Brasil)** – Bom dia.

126 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
127 **Combate à Tortura)** – Creio que finalizamos, não é? É a Natalia e o Acácio que
128 estão prestando um apoio aí na...

129 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Natalia. Quantos
130 nós temos de quórum? Por favor.

131 **Sra. Natália** – Deixa eu abri aqui o áudio. Eu já contei: 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10;
132 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20. Eu contei já 20.

133 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
134 **Combate à Tortura)** – Excelente. Nós estamos...

135 **Sra. Natália** – Com todos que entrou depois também.

136 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
137 **Combate à Tortura)** – Está bem, passamos o quórum necessário, excelente.
138 Quem for entrando, por favor, fazer esse registro aí... Do nosso chat também para
139 entrar na ata. Vamos passar agora para os colegas convidados. É, você pode
140 fazer a sua chamada aí João?

141 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Sim, eu fiz a lista
142 aqui do e-mail dos, só um minutinho aqui, estou abrindo aqui... Inclusive eu estou
143 abrindo no Drive.

144 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
145 **Combate à Tortura)** – Eu vou pedir para quem eu estou visualizando, não é?

146 Para quem já está com o vídeo ligado aqui... Defensoria Pública, eu vi Fernanda e
147 vi uma outra colega também, não é? Se puder se apresentar, por favor.

148 **Sra. FERNANDA FERNANDES (Representante da ANADEP)** – Fernanda
149 Fernandes, representando a ANADEP.

150 **Interlocutor não identificado** – E aí...

151 **Sra. Iara Bonazzoli (Defensora Pública da Paraíba e Coordenadora do Comitê
152 de Combate Contra a Tortura da Paraíba)** – Bom dia. Eu sou Iara Bonazzoli,
153 Defensora Pública da Paraíba, e estou atualmente como Coordenadora do Comitê
154 de Combate Contra a Tortura da Paraíba também.

155 **Interlocutor não identificado** – Seja bem-vinda à primeira participação, não é?
156 Do colegiado. Seja bem-vinda.

157 **Sra. Iara Bonazzoli (Defensora Pública da Paraíba e Coordenadora do Comitê
158 de Combate Contra a Tortura da Paraíba)** – Isso, obrigada.

159 **Interlocutor não identificado** – Quem mais nós temos aqui? Eu estou vendo
160 Suellyton não é?

161 **Sr. Suellyton Da Lima (Vice-Coordenador do Comitê Estadual de Prevenção e
162 Combate à Tortura na Paraíba e Representante da CEDHOR)** – Suellyton,
163 Suellyton...

164 **Interlocutor não identificado** – Perdão. É isso.

165 **Sr. SUELLYTON DA LIMA (Vice-Coordenador do Comitê Estadual de
166 Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba e Representante da CEDHOR)** –
167 Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Oscar Romero CEDHOR. Eu sou
168 Vice-Coordenador do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na
169 Paraíba, aí na sua ausência...

170 **Interlocutor não identificado** – Seja bem-vindo Suellyton. Mais alguém?

171 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) – Sávio?**

172 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
173 **Combate à Tortura) –** João, você tem esse registro aí?

174 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) –** Sim, olha, é,
175 não. Nós temos duas qualidades aqui de convidados que receberam, foram
176 enviados convites, convidados permanentes, com base no artigo 7 parágrafo 4º da
177 lei 12.847, nós enviamos convites para o CNDH. Tem algum representante CNDH
178 na reunião? Enviamos convites para a DPU, Defensoria Pública da União.
179 Segundo aqui, os e-mails do Doutor Alexander Haubert e Antônio Pádua. Os
180 Doutores se encontram. MPF Luciano Mariz Maia, o doutor Luciano se encontra.
181 Creio que ainda não porque eu não vi. Nós temos aqui na condição de convidados
182 especialistas e membros do CNPCT, com base no § 5º do artigo 7 da Lei 12.847 e
183 artigo 14 inciso IV do Regimento Interno. Nós temos representantes do ANADEP,
184 doutora Fernanda, já se manifestou. E, a APT Sílvia Dias.

185 **Interlocutor não identificado –** Eu estou vendo aqui João também o... É outro
186 convidado, Joviniano Neto que já foi membro do CNPCT, você pode se apresentar
187 Joviniano? Está sem áudio o Joviniano.

188 **Sr. Joviniano Neto (Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da**
189 **Bahia) –** Agora está ouvindo?

190 **Interlocutor não identificado –** Perfeito.

191 **Sr. Joviniano Neto (Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da**
192 **Bahia) –** Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da Bahia no grupo a
193 trabalhar_mais que no presente.

194 **Interlocutor não identificado –** Perfeito, e membro, e mecanismo, também eu
195 estou vendo o Daniel. Pois não, João.

196 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) –**É, só registrar
197 que nós enviamos convites para os Comitês: Acre; Alagoas; Amapá; Amazonas;

198 Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais (ainda
199 que fase de implementação); Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio de
200 Janeiro; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul, Rondônia; Santa Catarina e
201 Sergipe. Se algum colega dos Comitês...

202 **Interlocutor não identificado** – Ritos para esta reunião, não é João?

203 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Isso. Se algum
204 dos colegas dos Comitês como o Joviniano aqui, que está o e-mail dele no Comitê
205 da Bahia. É, para se identificar também.

206 **Interlocutor não identificado** – Excelente viu João, o Comitê Nacional tem essa
207 função também de fomentar os Comitês Estaduais e os mecanismos Estaduais.
208 Então, essa... Esse convite amplo e geral para os Comitês está dentro da nossa
209 prerrogativa do CNPCT. Eu acho que já exauríamos todos os membros e
210 convidados, eu estou vendo aqui um mecanismo, não sei... Só o Daniel, não sei
211 se tem mais alguém, Daniel, por favor, se puder se apresentar aí.

212 **Sr. Daniel** – Bom dia a todas e todos. Acredito que a Bárbara também, a nossa
213 Coordenadora, está aqui presente, meu nome é Daniel, estou como perito, minha
214 área de formação é psicologia, é um prazer estar aqui em mais uma reunião e
215 espero que nós tenhamos uma... Dois dias de reunião bastante produtivo.

216 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
217 **Combate à Tortura)** – Perfeito. Barbara nos escuta?

218 **Sra. Bárbara Coloniese (MNPCT)** – Escuto sim Sávio. Bom dia a todos e todas e
219 todes. Então, estou aqui, Bárbara Coloniese, Coordenadoria Geral do Mecanismo
220 Nacional de Prevenção Combate à Tortura e o Ribamar Araújo está aqui.

221 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
222 **Combate à Tortura)** – Bom, eu acho que o Ribamar está sem conexão agora
223 nesse momento...

224 **Interlocutora não identificada** – Bom, o Ribamar está tentando fazer o áudio
225 conectar. Ele falou comigo aqui no privado.

226 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
227 **Combate à Tortura)** – Está bem, então, vencido esse primeiro da nossa pauta,
228 registro os membros do quórum. Passo agora para o item 1.3, leitura e apreciação
229 da pauta pela 32ª Reunião Ordinária do CNPTC. (Intervenções Simultâneas
230 00:15:45) Eu vou pedir para a Coordenação-Geral... Quem falou...?

231 **Sra. Isabel (Representante da Justiça Global)** – Oi, Isabel...

232 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
233 **Combate à Tortura)** – Oi Isabel

234 **Sra. Isabel (Representante da Justiça Global)** – Eu escrevi dentro do chat,
235 desculpa. Eu falei que queria... Não, só para confirmar se foi enviado o convite
236 para o Sr. Juan Pablo, membro do SPT, Subcomitê de Prevenção à Tortura da
237 ONU.

238 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
239 **Combate à Tortura)** – Está bem... O membro do SPT e... Na verdade, essa
240 informação foi encaminhada na Mesa Diretora... Enfim, no grupo da Mesa Diretora
241 após a reunião, vou perguntar para a Coordenação-Geral qual foi o
242 processamento da ata da quinta-feira que foi encaminhada... Não, quarta-feira que
243 foi encaminhado... Ou terça.

244 **Interlocutor não identificado** – Esta semana ainda Sávio. O convite do
245 Representante do SPT será tratado pelo gabinete do Ministério junto ao Ministério
246 das Relações Exteriores e junto ao representante da ONU, então não temos ainda
247 previsão desse convite.

248 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
249 **Combate à Tortura)** – Como envolve um organismo internacional, o MRE sempre

250 é consultado, enfim, participa desse processo quando envolve um organismo
251 internacional. Bom, então passando para a leitura... (intervenções simultâneas)

252 **Sra. Vitória Buzzy (Conselho Federal da OAB)** – Bom, me parece que todas as
253 ações da nossa Plenária são no final, enfim, acaba de ser revisada Ano que um
254 Ministério. Eu acho que cada vez menos perde a... O motivo dessa Plenária
255 existir, novamente temos uma ação que foi, pelo que eu entendi. Isabel pode me
256 esclarecer isso melhor se foi decidido mais a Diretora Isabel? E aí estamos agora
257 passando para uma nova revisão então do governo, quando não é o Ministério dos
258 Direitos Humanos é o Ministério das Relações Exteriores? Então, nós não temos
259 nenhuma prerrogativa se a Plenária... Porque que vocês não fazem entre vocês e
260 nos repassam o que querem decidir no final das contas?

261 **Sr. SÁVIO Andrade (Ministério da Defesa)** – Vitória, essa informação eu posso
262 compartilhar com os colegas, que hoje eu faço parte da Mesa Diretora também,
263 não é? A Isabel não estava na última reunião, a Representação da Justiça Global
264 foi pela Daniela, então, não foi objeto da Mesa Diretora da reunião. E posterior, foi
265 encaminhado depois essa sugestão. Os convites por previsão legal, a Ministra de
266 Estado que manda esses convites, quando chegou essa sugestão de um órgão
267 internacional, o Ministério entendeu por bem conversar com o MRE para ver a
268 melhor forma de formalizar esse convite. Do âmbito interno, por exemplo, nós
269 temos alguns colegas aqui. Eu acho que está saindo sem muita formalidade, mas
270 não é a mesma coisa pelo externo, não é? Então, apenas isso, com certeza o
271 Juan Pablo vai agregar bastante nesse Comitê e trata dessa matéria específica,
272 então, será uma honra tê-lo que para ajudar atividade do CNPCT, mas tendo em
273 vista o encaminhamento quase já na data da nossa reunião, não foi possível
274 processar.

275 **Sra. Vitória Buzzy (Conselho Federal da OAB)** – Mas Sávio, fui eu que pedi o
276 envio do convite ao nosso a nossa última extraordinária. Se a nossa Coordenação
277 de Apoio for demorar mais de uma semana para fazer qualquer tipo de
278 encaminhamento, eu acho que nossa... Não teria nem razão da a gente marcar
279 reuniões tão próximas, não é? Que a Comissão de Apoio... Se a Coordenação de

280 Apoio não é capaz de fazer encaminhamentos rápidos, eles inviabilizam nosso
281 trabalho também. Eu pedi na última extraordinária que esses convites fossem
282 enviados e aí por uma questão de formalidade foi dito que: "Teria apresentado por
283 uma Mesa Diretora." Eu entendo disso, mas foi um pedido que partiu de um
284 membro permanente. Então, novamente, é a demora e às vezes a falta de boa
285 vontade, mas enfim, não vou atrasar mais a reunião.

286 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
287 **Combate à Tortura)** – Agradeço, Vitória. O seu registro. Realmente, a nossa
288 última Reunião extraordinária ficou muito próxima, não é? Foi semana passada,
289 isso não é o comum, não é? Nós tivemos um adiamento da Reunião extraordinária
290 já motivado aqui o surto de Covid que os colegas é... Enfim, alguns colegas que...
291 Da Secretaria, mas enfim, ficou realmente muito próxima a nossa extraordinária e
292 nossa Ordinária, mas nós temos que ver se isso foi para encaminhamento viu
293 Vitória? Porque é até onde eu lembro, pelo que eu lembro aqui foi na Mesa
294 Diretora que surgiu o nome e o contato, contato e e-mail viu? O e-mail do Juan
295 Pablo, então, a formalização partiu a partir disso aí. Mas dando sequência nossa
296 pauta aqui, nossa pauta hoje está cheia, não é? Nós temos várias informações
297 importantes relacionadas à pandemia que o órgão central aqui do Governo
298 Federal, o DEPEN, vai nos trazer dados importantíssimos aqui sobre o
299 enfrentamento à pandemia, então, nós vamos seguir nossa pauta aqui. Eu vou
300 pedir aqui para a Coordenação-Geral a leitura e adoção da pauta da 32ª, item 1.3,
301 por favor, João Lança.

302 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Ok. Então leitura
303 e adoção da pauta. No ponto 2.1) Informes do Secretaria-Executiva. Informes;
304 Reunião CNJ; Reporte de encaminhamentos e prorrogação do edital do MNPCT.
305 Informes dos membros e convidados, 2.2 da pauta. No ponto 3 da pauta nós
306 temos a: Apresentação de dados da pandemia pelo DEPEN. E também incluímos
307 a solicitação de dados da população LGBT, conforme foi enviado pelo membro
308 para a mesa diretora na reunião de sexta-feira. O ponto 4 nós temos informações
309 sobre o orçamento e esporte administrativo do MNPCT e proposta de minuta de

310 recomendação MMFDH, o 4.2. E 4.3: debates iniciais sobre recondução de
311 Peritos.

312 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
313 **Combate à Tortura)** – Perfeito, João Lança...

314 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – E ponto 7,
315 Resolução... Nós temos aqui, perdão, Sávio, no ponto 5 nós temos aqui a
316 Resolução sobre os encaminhamentos do CNPCT. Essa é a pauta de hoje.

317 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
318 **Combate à Tortura)** – Eu vou pedir para a Coordenação geral que todos os
319 microfones, salvo quem está com a palavra, todos os demais microfones sejam
320 desligados. Às vezes com os colegas esquecem, é natural, o próprio vídeo ou o
321 microfone, então eu vou pedir que a Coordenação-Geral faça essa, de forma
322 automática, o desligamento dos microfones aqui dos colegas, para evitar até o
323 ruído aqui e a compreensão dos demais. Então, quem tiver com a palavra na
324 ordem da inscrição, a gente abre esse microfone. Então passando para...

325 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Sávio, inscrição, por favor.

326 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
327 **Combate à Tortura)** – Vitória Buzzi OAB.

328 **Interlocutor não Identificado** – Sávio eu tinha pedido a inscrição antes da leitura
329 da pauta, mas não me deram a fala, por favor.

330 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
331 **Combate à Tortura)** – Está bem, eu vou pedir os registros, então, da inscrição,
332 passando, então, entraríamos no item 2.1, mas eu vou atender essas 2 inscrições
333 primeiro. Eu não vi, Ezequiel, foi no Chat ou foi...

334 **Sr. Ezequiel Roque (CNPIR)** – Foi uma manifestação aí...

335 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Aparece aqui a
336 mãozinha do zoom aqui no...

337 **Sr. Ezequiel Roque (CNPIR)** – Foi a manifestação da mão, levantei a mão. Tem
338 que ser no Chat então?

339 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
340 **Combate à Tortura)** – Não, por favor, eu vou já consignar, então, esse registro a
341 que e vamos dar preferência para a nossa colega do CNPCT aqui da OAB, Vitória,
342 pode gentilmente se der, não é Ezequiel, essa primeira fala aí então para a Vitória,
343 por favor. Está com a palavra, Vitória.

344 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Obrigada, Sávio, obrigada Ezequiel. Eu vou pedir a
345 inclusão de um ponto de pauta de um documento que eu enviei ontem para os
346 membros do CNPCT, havia enviado para a outra Coordenação de apoio, mas a
347 Coordenação de apoio não enviou para os membros. E eu vou pedir que sejam
348 seguidas as formalidades, a pauta tem que ser aprovada, não é? Então tem uma
349 votação para a aprovação da pauta antes de iniciar os trabalhos. E fora isso, a
350 inclusão de um ponto de pauta sobre o documento que eu enviei ontem.

351 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
352 **Combate à Tortura)** – Qual, Vitória, qual o ponto de pauta, para a gente fazer um
353 registro aqui incluir, enfim o item aqui.

354 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – É a Resolução, Sávio, Resolução que trata do edital
355 do... Meu Deus me deu um branco. A Resolução que trata do edital de
356 chamamento da sociedade civil para o próximo biênio.

357 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
358 **Combate à Tortura)** – Resolução sobre o edital da sociedade civil. Nós estamos
359 falando do mesmo ponto que nós tratamos na reunião extraordinária, na última
360 reunião extraordinária. Novamente a questão do edital da sociedade civil?

361 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Isso, novamente a questão do edital da sociedade
362 civil. Não, o chamamento, não o chamamento de autoria da sociedade civil, que
363 esse edital não existe, o edital de chamamento. É esse o meu ponto.

364 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
365 **Combate à Tortura)** – Eu acho que é o mesmo ato, salvo engano é o mesmo ato,
366 seria o edital para a seleção da sociedade civil, não é isso? Pelo menos o que nós
367 debatemos na última reunião extraordinária seria isso aí, porque, inclusive foi
368 motivada a questão do parecer da CONJUR, que falava da competência da
369 Ministra, não é?

370 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Isso.

371 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
372 **Combate à Tortura)** – Que não foi colocado em votação.

373 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Isso.

374 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
375 **Combate à Tortura)** – Mas seria a mesma coisa ou alguma outra particularidade?
376 Só para eu entender.

377 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – É um documento, Sávio, que é uma Resolução de
378 competência da plenária, que a nossa plenária está habilitada para fazer
379 resoluções, seguindo as orientações, inclusive do parecer da CONJUR que nos
380 dar poder para tanto, é só a gente ler o parecer na integralidade da reunião de
381 hoje, não tem problema nenhum, mas o parecer nos diz que realmente o edital é
382 um ato do ministério, não da Ministra, não é, Sávio? Vamos corrigir isso, o edital é
383 o ato do ministério, inclusive esse Comitê é do ministério, mas se vocês quiserem
384 interpretar que o edital será um ato da Ministra, não tem problema nenhum, a
385 gente não se opõe. Mas o próprio CONJUR, a própria CONJUR nos dar esse
386 poder de fazer uma Resolução nos termos do nosso regimento interno para dar os
387 contornos de como será esse edital, não há aqui nenhuma tentativa de obstar
388 esse edital que será assinado pela Ministra, é só na verdade uma chance que a

389 gente tem de fazer com que o último edital, que deu muito certo, as entidades aqui
390 são muito plurais e são excelentes entidades selecionadas, que ele seja repetido.
391 Então, não tem nenhum meandro aqui no meio, não há nada, nenhuma novidade,
392 mas é uma proposta que a sociedade civil apresenta aqui, se for, tem que
393 endossar, eu estou endossando para que a gente aprove uma Resolução como foi
394 feita, inclusive em 2 editais anteriores, já houve uma Resolução da plenária antes
395 do edital, possa resgatar esses números, não tem eles aqui agora, mas uma
396 Resolução que dá aos contornos do edital, o que é uma coisa muito comum.
397 Costumeiramente essa plenária, ela costumava aprovar o edital a plenária, mas
398 como isso está sendo mudado nessa gestão e não há nenhum problema, o
399 Comitê tem o poder de mudar as decisões anteriores, nós estamos resolvendo
400 enquanto sociedade civil apresentar essa Resolução para seguir as formalidades
401 que estamos no nosso próprio regimento interno. Então, esse documento eu pedi
402 ontem no início do dia que fosse encaminhado para todos os membros, não tive
403 nenhuma devolutiva da nossa Coordenação de apoio...

404 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
405 **Combate à Tortura)** – Foi por e-mail, Vitória? Foi por e-mail? Perdão, só para a
406 gente compartilhar com os demais. Por favor, se puder a Coordenação geral
407 desativar os demais microfones, todos os demais, apenas quem está com a
408 palavra...

409 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Obrigada, Sávio. Sim, eu pedi para, eu mandei um
410 e-mail de tarde para a nossa Coordenação de apoio, para o nosso próprio e-mail,
411 cnpct@mdh. Como eu vi que não foi encaminhado e essa, na verdade eu vou
412 dizer, Sávio, é a primeira vez na história do CNPCT que um Conselheiro
413 permanente não é atendido em um pedido simples de encaminhamento de
414 documento, não é? Então a gente vê que os entraves são vários assim, é um
415 pedido simples de encaminhamento de documento, nem quando a gente brigava
416 muito e os Sávio lembra do último governo isso aconteceu, mas vendo essa
417 dificuldade de encaminhar esse documento, eu tomei a liberdade de pegar os e-
418 mails de todos os membros que a gente tem acesso a isso e encaminhar, então,

419 e-mail a e-mail a todos os membros e convidados permanentes esse documento
420 elaborado pela Defensoria Pública da União, a pedido da sociedade civil do
421 Comitê e endossado pelo Conselho federal da OAB. Ele está no e-mail de todo
422 mundo.

423 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
424 **Combate à Tortura)** – Perfeito, obrigado.

425 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Adriana está aqui mandando um chat, Sávio, que
426 foi em 2016 e 2018 que nós temos esse registro de resoluções feitas para dar o
427 contorno do edital.

428 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
429 **Combate à Tortura)** – Ok, obrigado, Vitória pelo esclarecimento. Eu vou pedir,
430 quando a gente entrar nesse ponto de pauta, caso aprovado pelos demais
431 colegas, para você fazer essa relatoria para a gente, para a gente entender. Já
432 deu para compreender o quanto e aí a gente entra em maiores detalhes, está
433 bem? Então, como minuta e eu vou incluir lá no 5.2, que seria 5.2 ou 6 talvez que
434 a gente tem que otimizar a pauta para poder chegar lá, lembrando que nós temos
435 mais um dia também de reunião. E aí seriam debates de formalidade do edital, eu
436 vou colocar de forma ampla assim para gente não restringe. E, Vitória, até registro
437 que você falou do governo anterior, desse, enfim, mas eu lembro que todas as
438 gestões nós tivemos ações de acirramento. Então, não vejo nenhuma novidade,
439 então isso desde a origem do CNPCT alguns procedimentos foram idênticos, mas
440 retome então para... Eu vou passar agora para o Secretário Ezequiel que estava
441 inscrito. João Lança algum informe?

442 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Não, eu queria
443 pedir, dizer para a Vitória que a Luana me passou esse e-mail se 7 e pouco da
444 noite, aquela que cuida do e-mail direto e aí de fato, quando eu abri o e-mail, que
445 foi avaliando que você tinha enviado às 8h. Então, a praxe é ser atendido mesmo
446 e fica aí a minha consideração a dizer que a praxe é esse tipo de informações

447 assim, não há impedimento a gente compartilhar, até porque é algo que será
448 compartilhado na plenária e vocês têm toda a transparência para fazer isso.

449 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
450 **Combate à Tortura)** – João até me desculpe aqui que eu esqueci de fazer esse
451 registro aí, realmente a equipe precisa de um período mínimo, como chegou
452 ontem já no fim do dia, então nós não tivemos nem tempo hábil de processar, isso
453 é natural por mais que a equipe tem se desdobrado aí para atender todas as
454 demandas, que são várias, analisar os encaminhamentos, enfim. Então o tempo
455 ontem realmente foi muito curto aí para processamento para a reunião de hoje. Aí
456 passa agora para o Secretário Ezequiel.

457 **Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo (Secretário)** – Bom-dia a todos. Eu
458 gostaria de dar uma fala, só tem resposta a primeira fala da representante do
459 Conselho federal da OAB, a Vitória, só deixando claro, porque a fala eu achei um
460 pouco dura da forma que falou, que foi feita, especialmente em relação a nossa
461 Coordenação, o Comitê. Mas assim, é de conhecimento de todos que se trata de
462 um assunto de estado e um assunto de relações internacionais. Então assim, não
463 é má vontade por parte da Coordenação de ninguém, mas existe um
464 procedimento que deve ser seguido, o representante não é um convidado, ou
465 melhor, não é um observador comum, de acordo com o nosso regimento, ele nem
466 é convidado, ele é o observador, ele não vai ser feito convite para esse
467 observador por se tratar de uma pessoa comum de um órgão nacional, mas é um
468 órgão internacional, autoridade internacional e tem que ser tratada com respeito
469 como autoridade internacional e tem que seguir os procedimentos normais. A
470 gente está aqui com o regimento interno do próprio Ministério das Relações
471 Exteriores e que mostra claramente que a competência desse diálogo com os
472 organismos internacionais pertence ao MRE e não pertence diretamente a esse
473 colegiado e nem diretamente ao próprio ministério, mas nós dependemos do MRE
474 para isso. Então são procedimentos que não configuram má vontade por parte da
475 Coordenação desse colegiado, nem do próprio ministério, mas eu quero que fique
476 consignado isso, que existe procedimentos que devem ser seguidos a nível

477 internacional e já discutimos muito aqui até a nível de decisões do colegiado.
478 Existe as consultorias jurídicas do estado que precisam ser respeitadas, não tem
479 como essa nossa independência em qualquer colegiado, ela depende muito
480 dessas situações que ocorrem e desses procedimentos que devem ser seguidos.
481 Então assim, quem não tem experiência e não trabalha ainda com órgãos públicos
482 não entende isso da forma que realmente é praticada e deve ser praticada. Então,
483 nós entendemos que há um equívoco nessa manifestação da representante da
484 OAB e eu quero deixar claro isso Cássia não há má vontade por parte da
485 Coordenação, há procedimentos que devem ser seguidos pelo governo em
486 respeito à autoridade e em respeito a toda a legislação que existe, que nos dar,
487 nos faz essa, temos essa obrigatoriedade de seguirmos esses ritos esses
488 procedimentos, não é um convite comum como o que nós temos feito aqui para
489 outras organizações. E mostra a boa-fé da Coordenação, que os representantes
490 nacionais foram convidados, todos os representantes nacionais foram convidados
491 e de uma forma direta, somente o cargo do representante internacional que
492 precisa seguir esse rito. Então, só para ficar registrado aqui a minha manifestação.

493 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
494 **Combate à Tortura)** – Obrigado, Secretário Ezequiel pelas ponderações.
495 Realmente quem não está dentro da administração pública às vezes não
496 compreende as marchas procedimentais obrigatórias, às vezes é difícil até
497 entender e realmente até tem aquela questão da burocracia, se coloca como
498 burocracia algumas questões, mas pela legalidade administrativa, o administrador,
499 o servidor tem que seguir aqueles procedimentos, não é? Então, eu estou vendo
500 aqui algumas inscrições no chat, eu vou pedir até para a equipe de apoio sempre
501 registrar para nos ajudar, porque pode ser que a gente passa por alguma inscrição
502 sem ver. Então, eu pedi para os colegas, nós estamos na fase inicial da nossa
503 reunião, então nós temos pontos de pauta meritórios aqui. Então, eu vou pedir
504 para serem breves nessas inscrições iniciais para a gente não atrapalhar a nossa
505 pauta, até para chegar nessa, enfim na inclusão que foi solicitada aí. Tem uma
506 inscrição da Cândida, uma inscrição do Caio e uma inscrição do Marco. Aí eu
507 finalizo para a gente seguir a nossa pauta. Cândida, por favor.

508 **Sra. Cândida Souza** – Eu abro mão da minha inscrição, por enquanto, qualquer
509 coisa, eu retomo. Obrigada.

510 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
511 **Combate à Tortura)** – Obrigado, viu Cândida? Obrigado. Passo, então, para Caio
512 Klein.

513 **Sr. Caio César Klein** – Eu retiro também, Sávio, porque já fui contemplado pela
514 fala da Vitória.

515 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
516 **Combate à Tortura)** – Perfeito. Agora só falta o Marco também abrir mão da
517 inscrição dele para a gente dar sequência na nossa pauta, não é, Marco?

518 **Sr. Marco (Gabinete da Ministra)** – Não, é só uma observação e a gente
519 precisava, e aí é mais como a título de esclarecimento que eu peço, a Vitória fez
520 uma fala com relação à questão da necessidade de aprovação da pauta aqui pelo
521 plenário, mas eu não consigo visualizar isso no regimento, até porque essa pauta
522 foi fixada a partir de uma deliberação da mesa diretora. E o que eu vejo no
523 regimento é que o plenário tem necessidade de aprovação de pontos sugeridos
524 extra pauta, agora, a pauta me parece que já foi resolvido esse problema e já está
525 aprovado, já foi deliberado e já foi proposta, inclusive foi encaminhada com
526 antecedência. É só essa dúvida, porque eu não vejo essa prerrogativa de maneira
527 clara aqui no regimento, está bem? É só ponto de esclarecimento para que a
528 gente, para que a gente deixe isso tudo, que a reunião ocorra de maneira tranquila
529 aí e sem atropelos.

530 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
531 **Combate à Tortura)** – Exato, Marco, obrigado pela observação, eu também
532 queria entrar nessa questão, porque a mesa diretora, com essa representação
533 paritária, ela já aprova essa pauta, a pauta é aprovada pela mesa diretora e
534 encaminhada para reunião. Talvez essa dúvida surgiu, porque na redação da
535 pauta coloca a "Leitura e aprovação", então são alguns procedimentos, que eles

536 vêm desde o início do CNPCT, são alguns vícios, vícios do CNPCT que eu
537 presenciei e eu acho que é importante administrativamente a gente ir ajustando
538 isso. Vou ficar até um outro vício aqui que me surpreendeu quando entrei aqui na
539 vice-presidência aqui, fui pedir um ato para justificar junto ao meu órgão aqui essa
540 demanda a mais que o ministério estava assumindo a vice-presidência, e aí me
541 informaram que desde o início do CNPCT nunca teve um ato registrando a vice-
542 presidência. Então assim, nós temos, a nossa anterior aqui, a nossa colega
543 Vitória, que fez um excelente trabalho aí à frente do CNPCT, mas nós, por
544 algumas questões, nós deixamos de cumprir alguns formalismos. E aí pedi para a
545 Coordenação, isso foi registrado em uma Resolução, a vice-presidência para
546 trazer aqui para o órgão em formalizar. Então assim, nós estamos passando por
547 algumas revisões dos nossos procedimentos para atender à legislação. Então,
548 passo agora, então, para...

549 **Sr. Caio César Klein** – Desculpe, vou retomar a minha inscrição, Sávio, só para
550 fazer um breve comentário.

551 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
552 **Combate à Tortura)** – Eu acho que precluiu, viu, Caio? Eu acho que precluiu,
553 mas como o colega também já tem bastante tempo aí no CNPCT, por favor, Caio.

554 **Sr. Caio César Klein** – Não, é um só um breve comentário, Sávio, porque tu
555 colocaste que a representação da mesa diretora era paritária, isso é verdade, mas
556 a gente tem que registrar que a adoção da pauta é um ato da Presidência, então
557 já houve casos em que foram solicitados pontos de pauta, que embora a
558 deliberação pela mesa diretora não foram incluídos pela Ministra. Então eu acho
559 que é nesse ponto a importância da gente sempre avaliar a pauta no início da
560 reunião e eu acho que a questão de aprovação da pauta, ela tem a ver com o
561 pedido de inclusão de assuntos extra-pauta. Então, se a gente não for votar aqui o
562 pedido que a Vitória colocou no início da reunião, só deixar claro que a
563 Presidência dessa sessão, na pessoa do Sávio, já incluiu este ponto na pauta, no
564 ponto 6, eu acho que o Sávio disse ali, só para deixar isso claro.

565 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
566 **Combate à Tortura)** – Eu acho que a sua fala vai no mesmo sentido do Marco,
567 que não prescinde de aprovação da pauta, porque a pauta já vem pronta, a
568 sugestão de pontos, qualquer membro do CNPCT pode fazer essa sugestão de
569 inclusão de novos pontos e apreciado pelo plenário. Então, se não tiver nenhuma
570 divergência, a sugestão da colega Vitória: Debates do procedimento sobre o
571 edital. A gente inclui no último ponto ali, após atendida toda a pauta, a gente incluir
572 esse ponto para os debates sobre esses procedimentos. E aí a Vitória, como
573 sugeriu, ela assume essa relatoria aí para destrinchar melhor esse assunto, pode
574 ser, Vitória?

575 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Sim, Sávio, sem problema.

576 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
577 **Combate à Tortura)** – Para a gente otimizar aqui: Alguma objeção com relação a
578 isso dos colegas, dos membros, alguma objeção? Que aí eu vou tocar e a gente já
579 coloca esse, inclui mais esse ponto. Está bem, então o silêncio das cinco eu
580 entendo como a aceitação aqui dos colegas, está bem? Partindo para, eu vou
581 pedir agora para alguns membros aqui do CNPCT que participaram da reunião
582 com o CNJ, porque nós tivemos uma reunião com o CNJ para tratar de audiência
583 de Custódia e isso não foi reportado. Eu pedi para que incluísse isso aqui nos
584 nossos informes, está bem? Eu lembro que, salvo engano, está bem, eu lembro
585 que frei Davi capitaneou essa questão também, estava à frente dessa questão,
586 alguns convidados, mas como membro eu lembro que o Frei David estava à
587 frente. Mais algum outro membro estava à frente dessa pauta de audiência de
588 Custódia e diálogo com o CNJ? Eu vou pedir, frei, você pode fazer um relato para
589 a gente para, a título de informe aqui nessa reunião ordinária? Está sem áudio,
590 frei, está sem áudio, o áudio está desligado.

591 **Sr. Frei David Santos (Educafro Brasil)** – Eu pergunto se alguma outra pessoa
592 que estava também na reunião, se pode encaminhar essa questão? Porque eu
593 estava ao mesmo tempo, eu estou em outra reunião ao mesmo tempo e eu perdi
594 essa fala final aí.

595 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
596 **Combate à Tortura)** – Está bem, eu vou perguntar aos membros: Quem mais,
597 frei, estava como membro lá que poderia fazer um recorte para a gente aí? Quem
598 mais da sociedade civil participou, do governo, enfim?

599 **Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Eu estava
600 presente, Sávio, se não me engano também a Vitória estava presente, Matheus
601 Mouro, que hoje não está entre nós...

602 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Sávio, eu posso ajudar, mas assim, mais com as
603 minhas, eu não fiz nenhum relato formal, se me permitem, eu posso dar as minhas
604 impressões do que ficou na reunião, não é? Porque, infelizmente, a reunião, eu
605 gostei muito dela ter acontecido, foi muito importante com membros do governo e
606 sociedade civil, que foi muito bacana, o CNJ nos recebeu com toda essa
607 formalidade. O magistrado que nos recebeu também muito gentil, mas a
608 impressão que me deixou, vou falar agora por me, não falo nem pela sociedade
609 civil, a que ele é o magistrado que, apesar de muita boa vontade, deve fazer
610 muitos anos que não entra em um ambiente carcerário, no final das contas, ele se
611 posicionou de uma maneira bastante favorável às audiências de Custódia por
612 videoconferência e a nossa intenção era completamente diferente, não é? Era
613 reforçar a importância de ir para uma audiência de Custódia presencial, como
614 todos os membros aqui sabem que isso é essencial para combater a tortura. E
615 ressaltar também a excepcionalidade da audiência de Custódia feita por
616 videoconferência, porque a Resolução do CNJ, ela não diz: "Bom, de agora em
617 diante é tudo videoconferência." Ela pede para você explicar a excepcionalidade e
618 que os magistrados do Brasil têm feito é não justificar nada e só tocar a
619 videoconferência. Apesar das nossas explicação para ele, ele se mostrou muito
620 favorável a audiência por videoconferência e disse que isso era muito bom, que
621 isso agilizar a justiça, a gente sabe que o fim da justiça não é celeridade, o fim da
622 justiça é fazer justiça, não é? E infelizmente foi essa a impressão que ficou, que
623 apesar de todas as nossas falas, eles se mostram muito favorável a esta
624 excepcionalidade que o nosso medo é que vir em regra, essa foi a impressão que

625 me deixou, foi uma reunião excelente tudo isso, mas o nosso fim parece que não
626 foi alcançado.

627 **Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Que o momento
628 em que essa reunião ocorreu não foi um bom momento para a pauta que nós
629 queríamos levar, porque foi exatamente naquele período em que a situação da
630 Covid-19 no Brasil se agravou. Então, era um momento de fato que iria, há uma
631 necessidade de qualquer procedimento presencial. Então, eu acho que a
632 conjuntura específica daquela semana, ela também prejudicou a conversa. E uma
633 coisa importante também foi que nós focamos no nosso lugar de fala, nós
634 ocupamos um Comitê nacional de prevenção e combate à tortura e a nossa
635 grande discussão era evidenciar o modo como o debate sobre a tortura, ele era
636 prejudicado pelas audiências virtuais. Então, nós fizemos esse recorte a partir do
637 lugar em que nós estávamos ali colocando a discussão.

638 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
639 **Combate à Tortura)** – Perfeito, Pedro, excelente observação, viu? Talvez a
640 questão da oportunidade do momento que aconteceu essa reunião, realmente não
641 foi favorável. Eu vou pedir para os colegas quando tiverem uso da palavra, sempre
642 falar o nome e a instituição para facilitar a nossa Degravação, porque às vezes o
643 pessoal que vai pegar a Degravação ali pode ser que passe batido, enfim alguma
644 confusão. Esse informe é importante para ficar consignado aqui na nossa ata, na
645 Degravação e eu até levanto uma outra preocupação que a colega da Defensoria
646 pública do estado de Goiás, a Fernanda, trouxe no Chat, eu lembro que ela fez
647 esse registro para a gente na reunião extraordinária passada. Nós temos uma
648 situação intermediária, nós temos a situação conforme a Resolução do CNJ
649 presencial, nós temos uma situação excepcional agora e justificável, entendo
650 justificável em decorrência da pandemia e do agravamento, evitar a contaminação
651 e nós temos uma situação extrema, que aí me preocupou, me preocupou que a
652 colega colocou que os registros estão sendo feitos apenas escritos, nem o registro
653 dessa audiência de forma virtual. Então, aí nós já fomos para um outro extremo,
654 que eu acho que prejudica, porque o visual é justificável, ele é justificável, enfim

655 um isolamento, evitar contaminação, proteção de todos, mas o registro apenas por
656 encaminhamento por escrito com a petição, eu acho que prejudica as bases, os
657 pilares da audiência de Custódia. Então, Fernanda, se você puder fazer um
658 pequeno registro disso também, porque ficou apenas no Chat da reunião anterior.
659 Por favor.

660 **Sra. Fernanda Fernandes** – Sávio muito obrigada, primeiramente, por ter tomado
661 nota dessa informação que foi realmente passada na reunião anterior. De fato, é
662 uma preocupação muito grande, a gente percebe que a audiência de Custódia é
663 um instrumento necessário para realmente se constatar a tortura nessa fase inicial
664 da prisão. E a previsão de audiências virtuais sempre foi muito questionada pela
665 Defensoria pública, uma vez que há uma série de questões que inviabilizam esse
666 contato direto com o custodiado para fins de garantir que realmente essa análise
667 seja feita de forma efetiva. Apesar de todo esse questionado que já vinha sendo
668 realizado em relação às audiência de Custódia virtuais, em alguns estados, como
669 aqui em Goiás, se passa para uma questão ainda mais crítica, como o Sávio bem
670 relatou aqui em relação às informações que eu passei na reunião passada, que
671 são audiências e aí eu falo, entre aspas, porque não se tem como ter audiência
672 por escrito, mas manifestações exclusivamente escritas, respaldadas em atos do
673 Judiciário local. Então, o que se tem aqui colocado é que, tanto as delegacias,
674 como as unidades prisionais não teriam os recursos audiovisuais necessários e o
675 tribunal de justiça tampouco. Então as manifestações quanto às Custódia, quanto
676 a prisões que estão sendo realizadas, exclusivamente por escrito, sem ter
677 qualquer tipo de acesso audiovisual ao custodiado, onde traz claro um enfoque
678 ainda mais grave em relação a essa constatação de tortura e ainda pior do que é
679 feito com as audiências virtuais. Porque, além de não se garantir apropriada do
680 custodiado, sequer se garante direitos básicos, como acesso da defesa direto
681 aquele que foi privado de liberdade. Então de fato, se trata de um problema muito
682 grave, a gente amesquinha e instituto que foi colocada exatamente aí para
683 prevenir e combater tortura nessa fase inicial que é tão importante e que está
684 sendo realmente vilipendiada em muitos estados e aqui no estado de Goiás, de
685 uma forma ainda mais intensa, razão pela qual é muito primordial a análise desses

686 comitês e do Mecanismo quanto a medidas que devam ser tomadas para afastar
687 esse tipo de postura.

688 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
689 **Combate à Tortura)** – Fernanda um esclarecimento com relação a isso, o estado
690 de Goiás manifestou uma impossibilidade de meios, alguma coisa nesse sentido,
691 então de ter meios para atender a audiência virtual?

692 **Sra. Fernanda Fernandes** – A gente não tem essa informação formalizada, a
693 gente tem, na verdade um ato administrativo realmente aqui do Tribunal de Justiça
694 local, que permite aos juízes fazerem esse tipo de manifestação e exclusivamente
695 por escrito e que afasta essa necessidade das audiências virtuais, inclusive, não
696 é? Desse regulamento do CNJ, que já seria excepcional. Então nós não temos
697 essa informação sobre essa questão da falta de recursos audiovisuais, mas essa
698 informação a gente recebe de maneira informal como uma justificativa além desse
699 fundamento que já têm no próprio TJ local.

700 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
701 **Combate à Tortura)** – Esse ponto é importante, porque eu sei que nós estamos
702 nos informes, então os informes devem ser breves para a gente conseguir entrar
703 na pauta do mérito, mas a questão realmente é relevante. Eu penso que esse
704 caso caberia apenas uma solicitação de informações para o estado de Goiás, para
705 o TJ, seus colegas entenderem isso pertinente, a gente poderia expedir um ofício,
706 claro, com a ajuda da Fernanda aí apresentando para algum membro uma
707 sugestão de minuta desse ofício, solicitando informações para o tribunal de justiça
708 do estado de Goiás sobre a realização virtual, virtual, conforme entendimento atual
709 do CNJ em decorrência da pandemia, não é? Então, se a Fernanda, por meio de
710 algum membro, pudermos fornecer isso, eu já manifesto favorável a uma
711 solicitação de informações para o Tribunal de Justiça, está bem? E deixo isso
712 aberto aí para que os colegas, nós temos hoje e amanhã para dar isso como
713 encaminhamento, caso entendam pertinente. Passando, então, para o próximo
714 registro de encaminhamento sobre prorrogação do edital: Devolutiva. João Lança
715 quem iria falar sobre esse ponto?

716 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Sou eu, Sávio.

717 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
718 **Combate à Tortura)** – Por favor.

719 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Eu compartilhei
720 no Chat aqui a planilha que está compartilhada com todos os colegas e aí eu
721 quero reforçar o convite para nos ajudar a monitorar todos esses
722 encaminhamentos, nós temos alguns encaminhamentos pendentes do ano
723 passado e desde quando eu assumi em janeiro, eu tenho feito o acompanhamento
724 com mais intensidade aqui periódica, tenho lembrado a equipe do fluxo de 15 em
725 15 dias atualizar a planilha para a gente poder deixar isso em dia e trazer os
726 desdobramentos. Então, ficar aqui a planilha para a gente tratar esses
727 encaminhamentos, ponto que vai voltar quando nós aprovarmos, nós aprovamos,
728 assim, quando for deliberado sobre, melhor dizendo, a questão de uma Resolução
729 sobre fluxos. Outro ponto que eu coloquei aí é da devolutiva sobre a prorrogação
730 do edital do Mecanismo. Houve, então, o trâmite do processo e ele será publicado,
731 o edital de prorrogação, já na próxima semana. Apenas isso.

732 **Sr. Caio César Klein** – Sávio, tu estás mudo.

733 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
734 **Combate à Tortura)** – Perdão, desculpe, eu também estou deixando o áudio aqui
735 fechado, mas eu vi que tem uma inscrição do colega Ribamar. Como nós estamos
736 entrando já no ponto 2.2, informes de membros e convidados, e os colegas do
737 Mecanismo também são convidados da nossa reunião, não é? Eu já passo aqui a
738 palavra para o Ribamar já nesse ponto aí de informes de membros e convidados.
739 Por favor, Ribamar.

740 **Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Perito Mecanismo Nacional de**
741 **Proteção e Combate à Tortura – MNPCT)** – Então, bom-dia a todos. Eu queria
742 saudar aqui representado o Sr. Joviniano lá do grupo tortura nunca mais da Bahia,
743 remanescente da primeira formação eu acho que desse Comitê e também o

744 Suellyton, do Comitê estadual de prevenção e combate à tortura da Paraíba. Mas
745 eu queria ainda me reportar ao ponto anterior, lembrando que na composição
746 desse Comitê nós temos o CNJ como convidado permanente. Então permita-me
747 sugerir que a gente possa talvez nas próximas reuniões pautar em definitivo uma
748 discussão sobre as audiências de Custódia e o risco que padece delas se
749 transformarem normalmente como a audiência virtual, que é uma tentação,
750 sequestramos a grande conquista que foi as audiências de Custódia... Um convite
751 formal ao nosso convidado permanente do Comitê, o CNJ, o CNMP e o
752 CONDEGE pauta para a próxima reunião, quem sabe, assunto das audiências de
753 Custódia de volta à normalidade, sonhando que elas voltarão a ser aquilo que nós
754 lutamos para que ela fosse, porque como bem disse que nós ingressamos Brasil
755 afora, "Tortura não se ver na TV". Obrigado.

756 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
757 **Combate à Tortura)** – Obrigado, Ribamar.

758 **Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Perito Mecanismo Nacional de**
759 **Proteção e Combate à Tortura – MNPCT)** – Perdão, Sávio, eu esqueci de fazer
760 um informe, eu estou com um problema de instabilidade, essa é a quarta vez que
761 eu entro, o problema é a minha Internet aqui, só para avisar que a minha
762 participação aqui está prejudicada, já vi que o sistema no meu bairro está em
763 manutenção. Então eu vou cair de vez em quando.

764 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
765 **Combate à Tortura)** – Não, perfeito, nós conseguimos ouvir o bem aqui dessa
766 vez, eu acho que o registro foi feito aí. Com relação aos convidados, nós já
767 mandamos alguns convites para o CNJ, mas infelizmente não recebemos
768 nenhuma devolutiva com relação ao representante. Isso é autonomia do órgão
769 indicar ou não alguém para participar como convidado dessa reunião. Então, mas
770 eu entendo da mesma forma que o colega Pedro do CFP colocou na fala anterior,
771 que o momento não é oportuno para a gente trabalhar um retorno, porque vai
772 contra a lógica de, enfim contaminação na pandemia. Então, a minha sugestão é
773 que o Comitê aguarde o momento mais oportuno para essa provocação, essa

774 provocação assim, no momento de vacinação ampla da população, enfim até para
775 motivar esse retorno dos termos da audiência de Custódia e, conforme elaborada
776 nas premissas, está bem? Mais alguma, eu não estou vendo aqui, mais alguma
777 informação de membros e convidados? Porque nós vamos passar para a pauta
778 meritória aqui com a apresentação do colega Torquato e equipe sobre o DEPEN.
779 Então abro mais uma fala aqui para algum informe de membros e convidados.
780 Perfeito, então, colega Torquato está em condições aí de nos passar alguns dados
781 importantíssimos aí sobre a pandemia, a ação do governo federal, o diálogo com
782 os estados? Eu lembro que na última reunião do colega Caio trouxe um dado aí
783 que até precisamos debater um pouco sobre isso, porque o DEPEN, ele recebe a
784 informação dos estados. E eu não sei muito bem sobre esse fluxo aí, mas
785 obviamente que às vezes as informações podem não fechar, os estados, eles
786 passam a informação que eles fizeram a leitura lá. Então o Caio questionou alguns
787 dados sobre o estado, então eu vou pedir para o colega Torquato nos compartilhar
788 um pouco essas informações e esses dados aí sobre o DEPEN. Lembrando que a
789 porta está aberta para o DEPEN, mas nós temos os 2 pontos que seriam
790 importantes, que foram solicitações, dados da população LGBT e a apresentação
791 de dados relacionados a pandemia, está bem? Então o colega Torquato está com
792 a palavra, por favor.

793 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
794 **Penitenciária)** – Bom-dia a todos, Sávio. Espero que estejam me ouvindo. Estão
795 me ouvindo?

796 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
797 **Combate à Tortura)** – Sim.

798 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
799 **Penitenciária)** – Está ok. É uma satisfação estar com vocês novamente, várias
800 pessoas conhecidas que a gente, por uma razão ou outra, encontra, reencontra
801 desses eventos, como o professor Bicalho, que reveja aqui, que deu aula conosco
802 no nosso curso de formação do DEPEN. Acho interessante a gente colocar
803 algumas questões aqui, trazendo alguns dados que foram solicitados,

804 principalmente, sobre Covid, sobre população LGBTI, mas tem bastante outras
805 coisas que a gente poderia falar sobre o sistema penitenciário muito tempo, não
806 é? E importante trazer à tona a questão do penitenciário brasileiro, ele é regido
807 pela Lei de execução penal, pelo pacto federativo, então cada unidade federativa
808 gere o seu sistema penitenciário respeitando as legislações nacionais e todas
809 aquelas legislações internacionais que o Brasil é signatário. Então, sem negar que
810 existem várias mazelas e a diversidade no sistema penitenciário brasileiro,
811 existem também iniciativas positivas, existem também experiências saudáveis e
812 experiências que deram certo. E nessa frente de possibilidades e de apoiar os
813 estados na melhoria do sistema penitenciário nacional, o DEPEN atua nesse
814 esforço de melhoria do sistema penitenciário nacional o DEPEN tem hoje vigente
815 mais de 300 convênios com todos os estados da Federação. Então, ações de
816 várias frentes, ações de trabalho e renda, ações de alternativas penais, ações de
817 monitoração eletrônica, ações de assistência à saúde prisional, que é o que a
818 gente vai falar daqui a pouquinho, que era pedido da última reunião para a gente
819 trazer alguns dados sobre essa questão. A ação também de atenção às mulheres
820 e diversidade de grupos específicos também a gente está com a nossa
821 coordenadora aqui, vou pedir para ela nos trazer alguns dados e uma pequena
822 apresentação. Educação, cultura e esporte, egressos, assistência religiosa,
823 modernização e aparelhamento, a ação de scanner, revistas, viaturas, raquetes,
824 construção de vagas, inteligência e penitenciária, muitas outras frentes que o
825 DEPEN atua, seja articulando, seja expedindo notas técnicas, seja fiscalizando,
826 seja celebrando convênios, seja fazendo articulações institucionais para que as
827 coisas aconteçam, para que o sistema penitenciário brasileiro consiga alcançar
828 patamares melhores, não é? E as atuações do DEPEN, elas são vinculadas, elas
829 são vinculadas a vários institutos e normativos, as ações do DEPEN são
830 vinculadas, primeiramente, ao que está previsto na Lei de execução penal, está lá
831 no artigo 71 e 72 da LEP, atribuições do DEPEN, mas também na Lei
832 complementar 79, que regula o fundo penitenciário nacional, também está
833 regulado ali, que também é competência do DEPEN gerir o fundo penitenciário.
834 Também é vinculado à Lei que rege o sistema único de segurança pública,

835 também é vinculado o plano nacional o plano nacional de política criminal e
836 penitenciária, hoje o que está vigente é o 2020/2023. E também é vinculado ao
837 plano de metas e planejamento estratégico do ministério os objetivos estratégicos
838 eleitos pelo ministério da justiça e segurança pública até 2020/2023. Então, todas
839 as ações que são feitas, elas são vinculadas com essas diretrizes, existem muitas
840 situações que ocorrem por emergências, é a própria pandemia, a pandemia
841 mudou completamente o foco das coisas e tudo foi direcionado para combater a
842 pandemia. E tem dados bastante interessantes sobre a pandemia no sistema
843 penitenciário brasileiro, ao contrário do que todos pensavam, inclusive nós
844 profissionais da execução penal se achava que a pandemia quando entrasse no
845 sistema penitenciário seria avassaladora, especialmente porque a superlotação e
846 também porque nem sempre as condições de insalubridade são as adequadas.
847 Então seria um ambiente propício para difusão do Covid, mas várias notas, várias
848 medidas expedidas pelo DEPEN e também pelo CNJ tem um esforço conjunto das
849 Secretarias e os resultados foram bem diferentes. Eu vou chamar para cada área
850 nossa, eu convidei um coordenador o nosso, tem o coordenador de saúde, tem a
851 coordenadora de mulheres e grupos específicos e tem o coordenador de
852 educação. Vou pedir para cada um deles começar falando, começar pela Covid,
853 eu tenho mais a atual e aí depois a gente passa para a diversidade e depois para
854 a educação e depois fica à vontade para ver aí as perguntas que tiverem com
855 bastante tema aí que eu acho que é de interesse de todos. Jairo, Coordenador de
856 saúde do DEPEN está ouvindo? Eu acho que você está sem áudio, Jairo. Eu não
857 te ouço.

858 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
859 **Combate à Tortura)** – Me parece que está aberto sim, o Jairo pode fazer um teste
860 do áudio aí para a gente, Jairo? Eu vou sugerir, viu Torquato, que vocês façam a
861 apresentação toda e depois nós vamos abrir um prazo para esse diálogo sobre
862 perguntas e respostas aí, os dados que o DEPEN tiver, está bem? Jairo, podemos
863 fazer um teste no áudio aí, por favor? Não, não.

864 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
865 **Penitenciária)** – Não deu? Então posso tomar a liberdade de pedir para a gente
866 começar pela apresentação de mulheres e diversidade?

867 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
868 **Combate à Tortura)** – Perfeito. Perfeito, excelente.

869 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
870 **Penitenciária)** – Coordenadora Ana Livia está ouvindo?

871 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Oi, bom-dia. Estão me ouvindo?

872 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
873 **Combate à Tortura)** – Perfeitamente.

874 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
875 **Penitenciária)** – Sim, estamos te ouvindo.

876 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Bom-dia a todos e todas. Eu me chamo Ana Livia, eu
877 estou chefe da divisão de atenção às mulheres e grupos específicos do DEPEN.
878 Eu preparei uma pequena apresentação em slides, porque aí traz alguns dados e
879 traz algumas informações de ações que a DIAMGE vem desenvolvendo frente a
880 questão da população LGBTI privada de liberdade. Jairo vai projetar, porque está
881 no mesmo slide que o dele, então ele vai fazer essa projeção aí dos slides. Mas...

882 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
883 **Combate à Tortura)** – A ação para essa projeção teria que compartilhar com
884 você? Como funciona aí a questão da gestão?

885 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
886 **Penitenciária)** – Sim, Jairo, você pode compartilhar aqui no Chat para eu projetar
887 para você?

888 **Sr. Jairo Carvalho (Coordenador de Saúde/DEPEN)** – Posso sim. Vocês me
889 escutam?

890 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
891 **Combate à Tortura)** – Agora sim, agora sim.

892 **Sr. Jairo Carvalho (Coordenador de Saúde/DEPEN)** – Eu posso, então,
893 começar no lugar delas? Peço desculpas pelo ocorrido, mas eu posso começar e
894 depois Ana conclui?

895 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
896 **Combate à Tortura)** – Aí eu vou pedir para a colega Ana, se ela vai ceder de
897 novo? Como eu falei, às vezes precluiu, está bem, Jairo? Agora, Ana, você cede o
898 retorno para o Jairo?

899 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Sim, fique à vontade, Jairo.

900 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
901 **Combate à Tortura)** – Está bem, perfeito. Então vou pedir para compartilhar com
902 a nossa Coordenação geral, com o João Lança, pode ser no Chat, João Lança?

903 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Pode.

904 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
905 **Penitenciária)** – Compartilhar no Chat.

906 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
907 **Combate à Tortura)** – Me parece que tem o Mecanismo também, João, de você
908 autorizar o Jairo a fazer esse compartilhamento de tela, não é?

909 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Aí eu teria que
910 torná-lo anfitrião um específico para autorizar a projetar eu desconheço.

911 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
912 **Combate à Tortura)** – Jairo, você tenta essa projeção para gente, se não, por
913 favor, compartilhar aqui no Chat que aí o João faz essa projeção aqui pela
914 Coordenação-Geral.

915 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Ana Livia, eu
916 peço também que se você já poder enviar o arquivo para você projetar para eu
917 deixar a salvo.

918 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Os meus slides estão junto com o do Jairo.

919 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
920 **Combate à Tortura)** – É o mesmo PDF então da projeção?

921 **Sr. Jairo Carvalho (Coordenador de Saúde/DEPEN)** – Isso, acabei de
922 compartilhar. Por aqui?

923 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
924 **Combate à Tortura)** – Já vejo aqui no Chat, é. O João vai abrir isso para gente,
925 mas se pudesse apresentar aí primeiro, Jairo, já para a gente iniciar. Se
926 apresenta, por favor, um pouco aí.

927 **Sr. Jairo Carvalho (Coordenador de Saúde/DEPEN)** – É, tudo bem, peço
928 desculpas pelo equívoco aqui no sistema, estava em outro computador, estou
929 trabalhando na sede hoje. Sou o Jairo, como o Torquato apresentou, sou Jairo
930 Carvalho, sou o coordenador de saúde aqui do departamento desde agosto do
931 ano passado, mas já trabalha no enfrentamento da pandemia, porque já faço parte
932 da Coordenação desde 2019, então desde o início já trabalho com, gestor atuando
933 na Coordenação de saúde do início da pandemia. E posso falar para os senhores
934 que o departamento penitenciário nacional procurou, desde o início da pandemia
935 lá de Janeiro, principalmente, quando surgiram a pandemia internacionalmente,
936 principalmente, na Europa e na Ásia o DEPEN já, desde aquele início a
937 Coordenação de saúde já acendeu o sinal de alerta sobre a possibilidade da
938 chegada do vírus ao país e, principalmente, como o Torquato falou anteriormente,
939 dentro do sistema prisional. Então, essa era a nossa grande preocupação, o nosso
940 grande, o como isso poderia impactar dentro do sistema prisional com tudo que
941 nós temos sobre o sistema prisional, a superlotação, o que isso poderia acarretar,
942 principalmente, que seria um vírus que não surgiria lá, ele chegaria até o sistema.

943 Então, o departamento teve esse papel e essa preocupação de trabalhar em cima
944 da pandemia antes de que propriamente dito o vírus chegasse ao país. E, por
945 conta disso, passando o próximo e primeiro slide, o primeiro caso confirmado de
946 Covid no Brasil, no país aconteceu no dia 25 de fevereiro, chegou o primeiro caso,
947 foi detectado o primeiro caso no Brasil. E no dia 28 de fevereiro o DEPEN já
948 estava com um grupo de trabalho montado e esse grupo foi discutido com
949 reuniões anteriores, com a diretoria geral na possibilidade da gente já pensar em
950 estratégias e ações para o combate da pandemia do Coronavírus. Esse grupo de
951 trabalho, ele instituiu que o grupo de trabalho objetivaria promover estudos acerca
952 do impacto do Coronavírus no sistema prisional brasileiro, bem como propor ações
953 preventivas e protocolos. Então são essas 2 ações básicas que a gente trabalhou
954 desde o início da pandemia, ações de prevenção e os protocolos que seriam
955 subsídios para a Secretaria da administração prisional, porque, respeitando o
956 pacto federativo, o DEPEN, ele auxilia os estados nas ações, os estados têm
957 autonomia, não é? E quando os senhores falaram na questão dos dados, esse
958 também às vezes é uma autonomia do estado, mas que também a gente tem
959 dificuldade algumas vezes na questão de dados, por exemplo, porque o estado
960 tem autonomia, a gente solicita os dados, sempre na base da solicitação.

961 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
962 **Combate à Tortura)** – Jairo desculpa interrompê-lo, a projeção, pelo menos para
963 mim aqui não apareceu, eu não sei... É porque você comentou já no slide, vou
964 perguntar para o João Lança. Já foi projetado e, já foi executada a projeção, o
965 slide do Jairo? Escuta João? Está sem áudio.

966 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT)** – Sávio ainda não,
967 estou com um problema de conexão aqui, agora abre, vou projetar agora. Só um
968 minuto.

969 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
970 **Combate à Tortura)** – Vou pedir só um momento, está bem Jairo, para a gente
971 consegue visualizar melhor essa questão dos dados, não é? Você estava no pacto
972 federativo e obtenção de dados, não é?

973 **Sr. Jairo Carvalho (Coordenador de Saúde/DEPEN) – Isso.**

974 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
975 **Combate à Tortura) – Agora sim, agora sim.**

976 **Sr. Jairo Carvalho (Coordenador de Saúde/DEPEN) – Pode passar para o**
977 **segundo, e João.**

978 **Sr. João André Alves Lança (Coordenador-Geral do CGCT) – Eu estou**
979 **colocando em tela.**

980 **Sr. Jairo Carvalho (Coordenador de Saúde/DEPEN) – Tudo bem. Tudo bem.**
981 **Próximo. Então anteriormente eu estava falando da questão de quando surgiu a**
982 **pandemia no país, de todo o contexto do departamento em relação à pandemia, a**
983 **preocupação antes de fato da pandemia chegar ao país a gente já tinha**
984 **discussões, reuniões sobre o assunto e aí a partir do primeiro caso, no dia 25 de**
985 **fevereiro, nós, o departamento foi instruído, instituído um grupo de trabalho, que é**
986 **através da Portaria 135, 28 de fevereiro. Então, instituiu esse grupo de trabalho,**
987 **que tinha 2 frentes de ações primordiais, que eram ações preventivas, seriam**
988 **ações preventivas e protocolos, que a gente vai estar falando sobre eles ao longo**
989 **da apresentação. Aí cerca de 12, 13 dias depois a organização mundial de saúde,**
990 **ela Decreto no dia 11 de março de 2020 a pandemia, propriamente dita da Covid-**
991 **19. Então, a gente teve, a gente tentou iniciar esse grupo de trabalho um pouco**
992 **antes da organização mundial da saúde tratar do Covid como a pandemia.**
993 **Próximo slide. Então, em 27 de março, a gente começa a fazer os monitoramentos**
994 **dos casos e as medidas adotadas pelas unidades federativas. A partir daí, a gente**
995 **já tem, não ficou muito legal aqui, mas têm um painel informativo, que depois eu**
996 **vou passar um homem que também no site, no Chat para vocês, para vocês terem**
997 **acesso. Nós temos hoje dentro do departamento o nosso site do DEPEN, o**
998 **depen.gov, você tem todas as ações sobre a Covid, todos os normativos também,**
999 **a gente também tem um site das prisões livres de tuberculose, que é o nosso**
1000 **principal atuação hoje dentro do departamento, além da Covid, claro, a Covid é um**
1001 **problema pandêmico que a gente está em fase emergencial e aguda, mas a gente**

1002 também tem nossas ações relacionadas a doenças que são para valentes no
1003 sistema prisional e crônica, que no nosso caso é a tuberculose, que é o nosso
1004 maior agravo de saúde do sistema prisional, principalmente, na população
1005 masculina. E esse nosso TED, esse nosso projeto sobre tuberculose foi muito
1006 importante para as ações que a gente conseguiu ao longo do ano de 2020 e hoje
1007 em 2021 na Covid 19, porque a gente conseguiu usar estratégias que a gente já
1008 fazia no projeto para auxiliar nesse processo, principalmente, das ações de
1009 protocolos, de manual que a gente conseguiu elaborar com o apoio da FIOCRUZ,
1010 que foi, é o nosso parceiro hoje muito forte e do ministério da saúde também. Mas
1011 voltando, as informações do painel de fala dos dados como importante também de
1012 transparência, porque está tudo lá, a gente hoje tem o painel dados sobre a Covid,
1013 tanto no número de mortos da pessoa privada de liberdade, quanto dados sobre
1014 as nossas entregas no sistema prisional também estavam lá público para que
1015 todos possam estar acompanhando. E aí quando diz lá número de casos
1016 suspeitos, casos confirmados, recuperados, de óbitos de Covid no sistema
1017 prisional. Fala também sobre as medidas preventivas adotadas pelos estados e
1018 pelo DF, com restrição de entradas nas unidades penais. A gente teve também um
1019 manual sobre isso. Triagem de porta de entrada para saber como é que ia fazer, o
1020 DEPEN também doou por exemplo termômetros digitais para que fossem
1021 fundamentais no acompanhamento, porque como a gente falou anteriormente, o
1022 Covid não surgiria dentro do sistema prisional, a tuberculose é possível, você
1023 pode, ela pode estar ali dentro por conta da questão do confinamento, as pessoas
1024 todas juntas e o vírus se manifesta daquela forma. Já a Covid, ela precisaria
1025 chegar até o sistema prisional, não é? Ela não surgiria ali como a tuberculose
1026 acontece, que sai dali mesmo, mas a Covid precisaria chegar. Então precisa ter
1027 esse controle de entrada, não é? E aí essa era uma das nossas maiores
1028 preocupações, busca ativa de pessoas, ou seja, as pessoas que trabalham nas
1029 unidades penais terem a preocupação de fazer essa busca ativa dentro do
1030 sistema de quem está com sintomas, às vezes o interno, na sua maioria das
1031 vezes, não tem pressa coisa de ir buscar o serviço de saúde, eles se mantêm ali
1032 retraído. Então, qualquer informação, a busca ativa já estava acontecendo nas

1033 unidades prisionais e isso foi algo que o DEPEN priorizou muito nos seus
1034 normativos também, no manual que a gente elaborou a primeira edição lá em abril
1035 de 2020, a gente já está na segunda edição. Então, essas ações são muito
1036 importantes no contexto da pandemia. Próximo slide. Então aqui é o nosso painel,
1037 aqui primeiramente a gente tem as informações básicas, esse painel foi o primeiro,
1038 como surgiu, então a gente tem essas informações de casos suspeitos, casos
1039 detectados, recuperadas, número de óbitos, esse número de óbitos é desde a
1040 terça-feira quando a gente confeccionou o slide, mas a gente recebe informações,
1041 como foi dito aqui anteriormente dos estados, periodicamente. Então, pode já ter
1042 sofrido alguma alteração, mas já está tudo lá no site do DEPEN que pode ser
1043 consultado a qualquer momento sobre esses dados. Agora, a gente incluiu a 2
1044 semanas os dados sobre as ações do DEPEN relacionado aos EPIs,
1045 equipamentos de proteção individual, que foram doados as unidades federativas e
1046 que estão sendo doados ainda. A gente ainda está em um processo de uma nova
1047 compra de EPIs e a gente pretende estar tentando aí nos próximos 2 meses estar
1048 concluído já e encaminhando aos estados, principalmente, é o que os estados têm
1049 o interesse maior como teste rápido e máscara de proteção e a gente conseguiu
1050 fazer uma entrega positiva desses itens e a gente vai mostrar aqui mais à frente o
1051 quantitativo desses materiais que a gente conseguiu mandar para as unidades
1052 federativas. Próximo. E aqui são dados também da última terça-feira atualizados
1053 e, como eu falei anteriormente, a nossa grande preocupação era que os casos de
1054 Covid, eles fossem muito superiores dentro do sistema, claro, você ter 49.000
1055 casos é alarmante, mas é uma pandemia que vem acontecendo em todo o país, o
1056 número de óbitos que era também a nossa grande preocupação, o caso de
1057 dezenas de centenas de casos, milhares de casos. Então, a gente, era a nossa
1058 grande preocupação naquele período. E hoje a gente tem 49.000 casos e 149.000
1059 óbitos. Esses óbitos, eles são óbitos específicos da pessoa privada de liberdade,
1060 citados são específicos dela, mas a gente também tem os óbitos dos servidores
1061 do sistema prisional. Por exemplo, número de óbitos do servidor prisional, ele tem
1062 sido superior aos óbitos das pessoas privadas de liberdade e eu acho que isso
1063 conta muito com o trabalho que foi feito nos estados também, os estados

1064 entenderam a dinâmica, entenderam a necessidade, por exemplo, de
1065 comunicação, de visitação, a abordagem em relação à família de como fazer isso,
1066 trazer à população prisional, entender o contexto da Covid, eles foram sempre
1067 muito informados, perdão, os estados, principalmente, as coordenações de saúde,
1068 de saúde prisional na Secretaria de administração prisional tiveram um papel
1069 muito importante nesse processo, porque é no momento em que a gente tem uma
1070 pandemia sem definição de casos, que realmente leva ao contexto da Covid-19,
1071 da pandemia, porque a gente ainda não tem tratamento definido sobre isso, as
1072 variações são muito grandes. Então, o que se dizia lá no início de 2020, hoje em
1073 2021 a gente já ter uma contestação muito grande. Então, é muito, foi muito
1074 importante o papel da educação em saúde de levar ao indivíduo por que aquilo
1075 estava acontecendo. E as informações que a gente sempre teve das unidades
1076 federativas era que a aceitação era muito grande, a preocupação desses internos
1077 com a família era muito grande. Então, eles foram muito colaborativos na questão,
1078 por exemplo, da necessidade de que a visita fosse por um tempo limitado, ou seja,
1079 não ocorresse visitação. Então, isso foram relatos recorrentes dos estados nas
1080 nossas reuniões que a gente faz periodicamente com esses Coordenadores, isso
1081 foi para gente um alívio, a preocupação também nossa à época: Como seria a
1082 reação dessas pessoas quando eles perdessem a possibilidade de, por um
1083 determinado período, da visitação, por exemplo, não é? Próximo. Peço desculpas
1084 aqui, porque acabou desconfigurando um pouco na hora de fazer, mas aqui são
1085 algumas das portarias que a gente instituiu ao longo desse período, a gente tem
1086 aqui a Portaria 135, que estabelece padrões mínimos de conduta a serem
1087 adotadas em âmbito prisional, visando a prevenção e disseminação da Covid. Foi
1088 uma Portaria logo lá no início, ou seja, 6 dias depois que foi instituída a pandemia
1089 do Coronavírus, a gente conseguiu, o ministério da justiça lançou essa Portaria,
1090 não é? Tem a Portaria também interministerial nº 7, também entre os ministérios,
1091 tanto de saúde, quanto da justiça, que dispôs sobre a medida de enfrentamento
1092 emergencial em saúde pública, prevista na Lei 13.979. E aí a gente lançou esse
1093 manual logo em sequência, ele está com uma edição atualizada de março, porque
1094 aqui nesse manual a gente já fala sobre os grupos prioritários de vacinação, sobre

1095 as mudanças que ocorreram ao longo do ano de 2020 e início de 2021 em relação
1096 aos cuidados com a pandemia de Covid 19, mas esse manual, ele surge lá em
1097 abril de 2020, um mês depois da instalação da pandemia. E aí a gente, também
1098 fez uma recomendação para o manejo de tuberculose e HIV Aids no sistema
1099 prisional durante a pandemia da Covid, porque como a gente sabe que a Covid,
1100 ela se prolifera em pessoas que tiveram o sistema imunológico com baixo, com a
1101 redução da capacidade de imunológica, ela é fundamental que se tente
1102 estabelecer relações entre essas 2 doenças de prevalências muito altas no
1103 sistema prisional, que é tuberculose e HIV Aids. A gente hoje tem o nosso projeto
1104 de prisões livres de tuberculose e também tem ações em relação a HIV Aids no
1105 sistema prisional. Próximo. Aqui são alguns dos nossos produtos orientativo
1106 basicamente, a gente confeccionou a nota técnica 29 para a orientação da
1107 utilização dos testes rápidos na detecção do Covid. O DEPEN doou no ano de
1108 2020 130.500 testes rápidos para a detecção da Covid-19, a gente faz
1109 periodicamente, os estados mandam para a gente dados sobre esses testes que
1110 estão sendo aplicados. Também teve a Nota Técnica número 7, que traz
1111 informações sobre as novas variantes do Novo Coronavírus, essa já é nova, já é
1112 do início de 2021. A gente tem o auxílio de um médico, doutor Sérgio Nishioka,
1113 que é um pesquisador, ele trabalha em grupos internacionais sobre a Covid-19,
1114 então toda quinta-feira ele participa de um grupo internacional e eles sempre traz
1115 novas informações para a gente sobre a Covid, ele sempre está atualizando o
1116 DEPEN sobre isso e também nas nossas reuniões que fazemos periodicamente
1117 às sextas-feiras com os Coordenadores de saúde. A semana passada, na última
1118 sexta-feira, tivemos mais uma reunião com ele, trouxe novos dados, a discussão
1119 foi, a gente tem uma reunião que durou cerca de 1h, mas foi uma reunião extensa,
1120 diante dos dados novos que ele trouxe de informações, principalmente, sobre as
1121 variantes, sobre a questão da vacinação, as variantes do Coronavírus e a
1122 vacinação, não é? Isso é importante manter essas relações para a educação em
1123 saúde, porque a gente passa essas informações e esses Coordenadores
1124 difundem isso nas unidades federativas. Também teve a nota técnica 77, que tem
1125 orientações para a retomada de visitação, a atividade com o público, extramuros,

1126 porque essa nota técnica surgiu no contexto quando lá no mês de agosto,
1127 setembro a curva começou a diminuir e como a gente já tinha mais meses sem
1128 visitação, por mais que a gente sabe a necessidade que essas pessoas precisam
1129 dos contratos das famílias, não é? É fundamental a participação da família e é um
1130 direito da pessoa à visitação. Então alguns estados já viram a necessidade de
1131 retomada de visitas, então o DEPEN também discutindo com os estados das
1132 reuniões, também com as condenações de saúde, a gente começou, a gente
1133 propôs em instituir essa nota técnica como uma nota técnica orientativa mesmo.
1134 Próximo. E aí como eu falei, a Covid durante os 3 meses aí, abril e junho mais ou
1135 menos, julho, a gente teve uma limitação muito grande de nossas ações, que
1136 eram normais ocorrer no sistema prisional, principalmente, nesse contexto do
1137 projeto prisões livres de tuberculose. Então, houve uma redução desse período e
1138 aí a gente contou com todo o apoio que a gente tem da FIOCRUZ, do projeto, nós
1139 levamos toda a nossa ação para a Covid, só que quando a gente conseguiu ver
1140 uma resposta positiva dentro do sistema, a gente sentiu a possibilidade de retomar
1141 as nossas ações e aos poucos a gente foi retomando, os nossos apoiadores
1142 institucionais, que são pessoas que representam projetos, estão nos estados, eles
1143 conseguiram aos poucos retornar ao sistema para a gente também garantir as
1144 outras ações de saúde, além da Covid, que é fundamental também. E aí o DEPEN
1145 manteve o fomento às atividades de educação e saúde dentro do contexto de
1146 tuberculose, mas trazendo já para a questão do Covid com foco nessa
1147 comunidade carcerária, a readequação como foi dito anteriormente as atividades
1148 do projeto prisões livres de tuberculose, ampliando o conceito de ação, Cards
1149 informativos áudios, doação de medicamentos, doações específicas para o estado
1150 de Roraima também, Roraima tinha uma dificuldade de medicação e a gente com
1151 o projeto que a gente tem, e eu não falei anteriormente, vai ser um projeto dentro
1152 do DEPEN e a FIOCRUZ é um projeto em forma de TED, o termo de execução
1153 descentralizada, onde o DEPEN apontou 27 milhões desse projeto e a FIOCRUZ
1154 com toda a expertise na área consegue fazer com que o projeto, ele ande e o
1155 DEPEN conseguiu com a FIOCRUZ também a aquisição de medicamentos para o
1156 estado de Roraima por um período difícil que o estado passava em relação a

1157 medicamentos no sistema. Essas reuniões semanais também, como eu já falei
1158 anteriormente com gestores de saúde das Secretarias de administração prisional,
1159 para informar e fazer os mapeamentos, experiências e dificuldades, tanto na
1160 saúde geral, como especificamente do Covid. E apoio técnico do médico
1161 infectologista, que eu já falei anteriormente e epidemiologista, que é o doutor
1162 Sérgio Nishioka. Fizemos também um Webinário sobre o sistema prisional no
1163 contexto da Covid, aqui a gente tem o link que eu vou tentar passar, está no Chat
1164 também depois aqui para quem tiver interesse de acompanhar, aconteceu em 30
1165 de junho do ano passado. E a gente faz outras ações, a gente tem feito outras
1166 ações, por exemplo, a equipe hoje, ela está trabalhando em fazendo
1167 especificamente uma ação sobre o teatro, que é o teatro, que os atores são as
1168 pessoas do sistema prisional, que estão naquele grupo comunitário, não é? No
1169 caso do grupo comunitário nosso é as pessoas, os trabalhadores do sistema
1170 prisional, tanto agente, quanto trabalhadores de saúde ou e as outro trabalhadores
1171 do sistema prisional e as pessoas privadas de liberdade. Então, nesse momento
1172 está acontecendo essa ação aqui houve de Conferência no Teams, o pessoal está
1173 trazendo esse teatro fórum para que eles possam estar auxiliando, está
1174 acompanhando esse processo. Próximo. E aqui especificamente, ali a gente
1175 mostrou muito do que a gente fez como orientações, normas, notas e aqui
1176 especificamente as ações do DEPEN, que o DEPEN contribuiu no sistema
1177 prisional ao longo desse um ano e um mês e que a gente ainda continua
1178 buscando esse auxílio as unidades federativas? A gente teve doação de máscaras
1179 cirúrgicas, 16 milhões, quase 17 milhões, máscara N95, luvas também, avental, eu
1180 acho que testes rápidos, 128.475, eu falei 130.000, porque eu já incluí o sistema
1181 penitenciário federal, mas para as unidades federativas, para as Secretarias de
1182 administração prisional foram 128.475. Atualmente a gente está com esse
1183 processo de Nova compras e a previsão é de comprar cerca de 90.000 testes
1184 rápidos agora. Aí lembrando que todos esses números aqui, isso é consultado aos
1185 estados, a gente manda primeiro para os estados a oferta do que a gente pode, o
1186 cardápio do que pode ser adquirido e os estados retorno com o quantitativo que
1187 eles têm necessidade naquele momento, inclusive nessa nova compra que a

1188 gente está fazendo, ela toda está sendo feita com resposta dos estados, do que
1189 eles precisam naquele momento para estar mitigando as questões da Covid-19. A
1190 gente conseguiu empenhar 49 milhões e entregamos R\$ 42.123.484,00 em EPIs.
1191 Essa diferença do que foi empenhado e o que foi entregue está muito relacionado
1192 a, por exemplo, empresas que não tiveram condições de entregar os materiais,
1193 por N razões, principalmente, na primeira compra essa diferença está relacionado
1194 muito a primeira compra, que foi lá no início da pandemia, as empresas quiseram
1195 participar do processo, mas muitas não tiveram capacidade de entrega daquele
1196 período. E por isso que a gente tem essa divergência do que foi empenhado, do
1197 que foi necessariamente entregue nas unidades federativas. Próximo. E aqui são
1198 outras ações, desculpe mais uma vez pelo slide, mas são as outras ações que as
1199 outras condenações aqui da CGCAP que não estão participando especificamente
1200 da reunião puderam estar atuando na questão da Covid-19. A gente tem aqui
1201 produção de EPIs nas oficinas produtivas e PROCAP, a gente tem convênios com
1202 os estados para trabalho e renda de ter a nossa Coordenação de trabalho e renda
1203 aqui e ela tem, eu acho que hoje com às 27 unidades federativas, a gente tem em
1204 torno de 50 convênios para trabalho e renda no sistema prisional. E que um
1205 exemplo a gente ver aqui um trabalho de corte e costura e houve uma produção
1206 de um milhão e meio de máscaras no sistema prisional, foi uma larga produção
1207 também para autoalimentação do sistema. Além das doações que o DEPEN fez
1208 com esses recursos, ainda tem também a possibilidade dos estados usarem o
1209 maquinário que eles já têm e as oficinas que eles já fazem, o próprio interno na
1210 produção de material para a Covid especificamente, de EPI. A Coordenação de
1211 Assistência Social e religiosa também teve a ação produzindo orientações e
1212 compartilhando as boas práticas na universidade, nas unidades federativas dos
1213 estados. E aí o nosso coordenador Carlos Dias daqui a pouco também vai falar
1214 sobre a Coordenação de educação, cultura e saúde, mas também atuou nesse
1215 período de pandemia, foi muito ativo nesse período de pandemia, mesmo com
1216 todas as limitações nas questões de atividades educacionais por conta das
1217 aglomerações, mas também tivemos um papel importante nesse processo,
1218 doações de livros, acho que o Dias vai falar melhor sobre isso daqui a pouco. A

1219 Coordenação de monitoração e alternativas penais também conseguiu nesse
1220 período de pandemia, porque houve uma redução também da população prisional
1221 nesse período, por conta da necessidade de diminuir o número de pessoas dentro
1222 do sistema prisional. Então, o monitoramento eletrônico também foi fundamental
1223 nesse processo. Nesse período foram empenhados 16 milhões aos convênios já
1224 existentes em 4 estados da unidade federativa para poder haver a possibilidade
1225 de atuar com essas demandas populacionais que teria que sair do cárcere para
1226 ser monitorado em suas residências. Próximo. Bom, essas foram as informações
1227 aqui da Coordenação de saúde, o que foi feito ao longo desse período de
1228 pandemia? Agora eu passo para a colega Ana Livia Fontes, ela vai falar um pouco
1229 sobre os dados da população LGBT do sistema prisional brasileiro. E acho que
1230 estou apto a perguntas após as apresentações.

1231 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Mais uma vez, bom-dia.

1232 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1233 **Combate à Tortura)** – Perfeito, agradeço ao Jairo pelos dados. Passo a palavra
1234 agora a Ana Livia.

1235 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Mais uma vez bom-dia a todos e todas. Só para
1236 lembrar que hoje estou chefe da divisão de atenção às mulheres e grupos
1237 específicos do DEPEN. E aí essa divisão trabalha com o fomento da política
1238 pública voltada para a população LGBT privada de liberdade e, além disso,
1239 voltada para mulheres e outros grupos específicos, que são grupos que já
1240 enfrentam uma certa vulnerabilidade antes de entrar no cárcere e durante o
1241 cárcere nessa vulnerabilidade, ela é potencializada, como pessoas com
1242 transtornos mentais, estrangeiros, indígenas, mulheres com população a LGBT. E
1243 aí que são grupos que já enfrentam uma certa invisibilidade e durante o período
1244 de cumprimento da pena, essa invisibilidade, ela pode ser potencializada. Eu vou
1245 falar com relação às ações voltadas para LGBT e aí a gente confeccionou uma
1246 nota técnica em 2020 em que o DEPEN buscou quantificar as populações de
1247 lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e intersexuais presos no sistema
1248 prisional. E aí essa nota técnica quantificou esses dados, são dados que eu vou

1249 mostrar mais na frente. A coleta na verdade, ela foi realizada em 2019 e foi
1250 publicada em 2020. Esses dados, eles foram encaminhados ao Mecanismo
1251 nacional de prevenção e combate à tortura, por meio do ofício 28 e 25, de 17 de
1252 novembro de 2020. Além dos dados quantitativos, nós também temos dados
1253 pessoais da população LGBTI privada de liberdade. E aí com um nome, CPF, se é
1254 preso provisório ou condenado, esses dados pessoais e especificamente foram
1255 encaminhados também ao Mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura,
1256 por meio do ofício já citado. Pode passar. O detalhamento contou com a
1257 participação das 27 unidades federativas, no total foram identificadas 10.161
1258 pessoas LGBTI presas do sistema prisional dos estados, das quais 2284 são
1259 gays; 1164 são homens bissexuais; 1027 são travestis; 611 são mulheres trans;
1260 2425 são lésbicas; 2297 são mulheres bissexuais; 353 são homens trans; e 0
1261 intersexuais. A gente acredita que esse quantitativo de pessoas intersexual
1262 também tem muito a ver com a dificuldade de se identificar uma pessoa que faz
1263 parte do grupo intersexual. Juntando travestis e transsexuais, a gente tem
1264 mulheres transsexuais, a gente tem um número muito significativo. E aí a partir
1265 desses dados a gente também tem visualizado as possibilidades de fomento da
1266 política pública, como, por exemplo, a articulação que nós estamos fazendo com o
1267 ministério da saúde para entender qual seria a melhor forma de proporcionar o
1268 acesso ao Hormonioterapia voltado para mulheres e homens trans e travestis.
1269 Jairo, que é da Coordenação de saúde também está envolvido nesse processo, a
1270 gente entende que tem uma certa, existe uma certa dificuldade de acesso a esse
1271 serviço, não existe um protocolo nacional que garanta esse fluxo. E aí a gente
1272 está tentando ver com o ministério da saúde qual o melhor meio para garantir esse
1273 acesso. No âmbito dos estados, obviamente, que têm os serviços, tem as
1274 instituições que oferecem os serviços de Hormonioterapia, mas ainda assim é de
1275 difícil acesso, é de difícil acesso para as pessoas que estão em liberdade e para
1276 as pessoas que estão privadas de liberdade é ainda mais difícil, seja pela
1277 ausência de um fluxo entre o sistema prisional e a Secretaria de saúde, seja pela
1278 ausência do próprio serviço no âmbito do estado mesmo. Pode passar. Então, as
1279 ações do DEPEN para a população LGBT, eu trouxe aqui um convênio com o

1280 estado de São Paulo, que ele foi pensado na modalidade piloto, que é para a
1281 implantação da central mulher e diversidade, que é voltada para a pessoa egressa
1282 e aí tem o objetivo de prestar o atendimento e intervenções voltadas a
1283 reintegração à cidadania, considerando as especificidades no campo da
1284 diversidade sexual e de gênero. Entendendo que a pessoa egressa do sistema
1285 prisional, ela precisa receber o atendimento de todas as políticas públicas, na
1286 política de assistência, na política de saúde, na política de educação e ter acesso
1287 ao mercado de trabalho também. Então esse projeto foi pensado a partir disso.
1288 Nós também confeccionamos a Nota Técnica número 9/2020, que traz os
1289 procedimentos quanto ao histórico de pessoas LGBT e no sistema prisional, esse
1290 documento está publicado no site do DEPEN, além de outras notas técnicas. A
1291 gente faz o constante levantamento de dados dessa população e de outras
1292 populações específicas, como indígena, estrangeiros, mulheres, pessoas com
1293 transtornos mentais. Pode passar. A gente também realiza visitas in loco e aí a
1294 partir dessas visitas nós temos a condição de dialogar com os atores envolvidos
1295 na execução penal, fundamentalmente no que concerne à população LGBT e
1296 privada de liberdade, que são os servidores das unidades prisionais, os gestores e
1297 as próprias pessoas LGBTI privadas de liberdade, a partir desse diálogo, da visita,
1298 a gente confecciona um relatório e aí encaminha a unidade federativa solicitando a
1299 adoção de medidas para sanar possíveis irregularidades identificadas e orienta
1300 ainda a aplicação de recursos do fundo penitenciário em prol de políticas que
1301 favoreçam os segmentos mais vulneráveis da execução penal, entre eles a
1302 população LGBTI privada de liberdade. Pode passar, por favor. Ficou de
1303 configurado também, eu peço desculpas, mas aqui eu trago alguns convênios que
1304 a minha divisão, e aí lembrando que eu estou falando da DIAMGE, que é divisão
1305 de atenção às mulheres e grupos específicos, essa divisão tem alguns convênios,
1306 na verdade 2, que os 2 são com o estado de São Paulo e que levando em
1307 consideração ainda que o estado de São Paulo possui a maior população LGBT
1308 privada de liberdade, para ser mais específica a metade da população LGBT
1309 privada de liberdade está em São Paulo. Então, a gente formalizou dos convênios
1310 com o estado, 1 foi o que já foi citado, que é a implantação da central de atenção

1311 a egressos familiares, conhecido como o projeto CAEF mulher e diversidade e o
1312 outro é voltado para a pessoa migrante privada de liberdade e egresso do sistema
1313 prisional. A partir desse projeto piloto, a gente pretende expandir para as outras
1314 unidades federativas a depender do resultado que a gente tiver. Pode passar. Aqui
1315 eu trago alguns acordos de cooperação técnica, eu estou falando, claro, que de
1316 forma bem resumida, a divisão tem outras ações, mas eu trouxe as principais:
1317 Acordo de cooperação técnica com a Secretaria nacional de políticas para as
1318 mulheres e com a Secretaria nacional de políticas de promoção da igualdade
1319 racial, no sentido de produzir um conteúdo a ser utilizado para curso de educação
1320 a distância, ambos os acordos de cooperação técnica tem esse objetivo e é
1321 voltado para, inicialmente, para servidores. Nós também temos o projeto piloto
1322 mulheres livres, que esse projeto, ele foi inicialmente implantado no estado do
1323 Paraná e Santa Catarina, depois foi formalizado acordo de cooperação técnica
1324 com o Maranhão e Goiás, atualmente ele está em vigência apenas no estado de
1325 Santa Catarina, que vai para o terceiro termo aditivo e esse projeto visa o
1326 desencarceramento das mulheres privadas de liberdade, condenadas ou
1327 provisórias, gestantes e ou com filhos na primeira infância. Lembrando que todas
1328 as ações da DIAMGE que conserve a mulheres privadas de liberdade é feito
1329 também um recorte e a inclusão das mulheres travestis, transsexuais, lésbicas
1330 que também estão privadas de liberdade. Então todas as ações pensadas para
1331 mulheres são pensadas para as mulheres cis e para as mulheres transsexuais,
1332 travestis e lésbicas privadas de liberdade. Pode passar, por favor. Eu trouxe aqui
1333 algumas informações sobre doações do DEPEN, a gente está em tratativas para a
1334 doação de veículos adaptados para transporte de mulheres gestantes, puérperas
1335 e idosas, com deficiência e acompanhadas de filhas, de filhos no ambiente
1336 prisional. Essas doações, elas vão ser feitas também acompanhadas de bebê
1337 conforto, por entender que os veículos utilizados hoje ainda são inadequados para
1338 o transporte de mulheres nessas condições. Em 2018 e 2019 o DEPEN doou itens
1339 para aparelhamento de salas de aleitamento materno e brinquedoteca, no sentido
1340 de proporcionar um ambiente mais lúdico e de fortalecer mesmo o vínculo mãe e
1341 filho em um ambiente mais adequado. Pode passar. E aqui eu trouxe algumas

1342 outras ações, como a construção do novo ciclo dos planos estaduais de atenção
1343 às mulheres privadas de liberdade e egressos do sistema prisional. O ciclo
1344 anterior ciência roupa em junho ou foi julho de 2020 e a gente está produzindo
1345 agora esse novo ciclo contando com apoio de consultores contratados pelo PNUD
1346 e aí os consultores estão fazendo reuniões constantes com os estados, com a
1347 rede de atendimento às mulheres privada de liberdade e egressas com o
1348 ministério público, Defensoria Pública e tribunal de justiça, a Secretaria de saúde,
1349 de educação e de Assistência Social para construir um plano que seja de fato é
1350 exequível, que é o que a gente quer, um plano estadual, um plano de ação que
1351 nós possamos ao final mensurar os resultados dele. Nós também realizamos o
1352 primeiro o Webinário entre mulheres, Diálogo Sobre Sistema Prisional de gênero,
1353 foi realizado no dia 31 de março e aí visou discutir a questão do encarceramento
1354 feminino, que traz muitas particularidades e discutir o trabalho de servidoras no
1355 sistema prisional, levando em consideração que ainda somos poucas e que o
1356 encarceramento feminino, ele traz muitas particularidades que precisam ser
1357 discutidas e precisam trazer suas dificuldades para serem enfrentadas. Com
1358 relação a Covid, a DIAMGE solicitou informações aos estados sobre quais
1359 medidas estavam sendo adotadas na custódia de mulheres privadas de liberdade
1360 de enfrentamento ao Covid, partindo do pressuposto à época de que mulheres
1361 gestantes estavam incluídas nos grupos de risco pelo ministério da saúde. E aí a
1362 partir da análise dos relatórios encaminhados pelos estados, com as ações de
1363 enfrentamento ao Covid, o DEPEN realizou, confeccionou uma nota técnica para
1364 cada estado no sentido de orientar sobre a adoção de outras medidas de
1365 enfrentamento, como fortalecimento dos vínculos familiares, fundamentalmente no
1366 que concerne ao de mãe e filhos, de enfrentamento aos problemas de saúde que
1367 podem surgir, principalmente, em saúde mental que podem surgir nesse momento
1368 de pandemia, porque se para gente, para nós que estamos em liberdade já está
1369 sendo difícil, para as pessoas privadas de liberdade está sendo muito mais difícil,
1370 principalmente, porque o momento que elas tinham de ter contato com os seus
1371 familiares extramuros era durante as visitas e as visitas foram canceladas. Então,
1372 pensando nas consequências das ações de suspensão de visitas, por exemplo,

1373 nesse período de pandemia a gente fez, solicitou essas informações e
1374 confeccionou uma nota técnica para cada estado com sugestão de ações que
1375 poderiam ser implementadas no âmbito do estado para amenizar as
1376 consequências da pandemia. No site do DEPEN também tem outra nota técnica,
1377 além da falta técnica da população LGBTI, Nota Técnica sobre a custódia de
1378 pessoas idosas, de mulheres, estrangeiros, indígenas. E aí pode ser acessado por
1379 qualquer pessoa que tenha interesse. Pode passar. E aqui eu trouxe algumas
1380 fragilidades que a gente vem enfrentando, que eu acho que não é uma realidade
1381 só da DIAMGE, mas eu vou me ater a falar só sobre a divisão que eu exerço a
1382 chefia e aí eu inicialmente trago a dificuldade por parte dos estados no
1383 encaminhamento de dados, foi algo que o Jairo já falou na fala dele e eu também
1384 corroboro com isso, porque a gente também não tem como colocar todos os
1385 estados da mesma balança, porque cada estado tenha sua particularidade, cada
1386 estado tem as suas dificuldades, seja de recursos humanos, seja de estrutura
1387 física. Então, isso eu identifico que é uma dificuldade também, não porque o
1388 estado não queira repassar dados, mas porque o estado tem essas fragilidades de
1389 recursos humanos, de estrutura mesmo. Então isso acaba também subnotificando
1390 os dados que nós temos. A fragilidade na articulação intersectorial nas esferas
1391 estadual e municipal, como eu já tinha dito anteriormente, fazer política pública
1392 exige uma boa articulação com os atores da rede e essa articulação às vezes é
1393 deficitária, nós sabemos que esse diálogo é fundamental e quando não existe
1394 esse diálogo a política acaba sendo prejudicada, porque ninguém faz política
1395 pública sozinho, a política de execução penal não é possível ser executada
1396 sozinha sem as outras políticas, assim como as outras políticas não tem como
1397 fazer o seu trabalho isoladamente. Então, eu identifico isso como sendo uma das
1398 fragilidades que a gente enfrenta, a ausência nas Secretarias de administração
1399 prisional, o setor próprio para tratar de Custódia de mulheres de grupos
1400 específicos. Na maioria das vezes, essa temática é tratada por uma pessoa da
1401 Secretaria, então a gente não tem como fazer política pública com uma pessoa só.
1402 Então eu acho que essa também é uma dificuldade que a gente enfrenta, porque
1403 não tem um setor, uma Coordenação que trate de mulheres e grupos específicos.

1404 E aí eu trago o cenário de estabilidade no que concerne à permanência de
1405 gestores no cargo, essa rotatividade de Secretários, ela acaba prejudicando a
1406 continuidade dos serviços em todos os âmbitos, na verdade não é com relação só
1407 a Secretaria, mas em todos os âmbitos das políticas públicas isso é um fator que
1408 dificulta. A falta de um plano de aplicação para políticas públicas por parte do
1409 estado, então assim, não existe nenhum documento que garanta que o recurso do
1410 Funpen, por exemplo, vá ser destinado para fomento da política pública de
1411 atenção às mulheres e grupos específicos. A gente faz essa orientação de
1412 destinar recurso do Funpen para aplicar em projetos, programas que visem a
1413 visibilidade desse público, mas não tem nada que garanta que de fato esse
1414 recurso vai ser empregado nessa política especificamente. E aí eu não coloquei
1415 aqui, mas eu trago também a insuficiência de servidor como uma fragilidade que
1416 nós temos e não é uma fragilidade só do DEPEN, é uma fragilidade dos estados,
1417 eu acho que do serviço público de um modo geral e isso dificulta sim a execução
1418 do serviço. Pode passar. Vai que eu trouxe algumas imagens no decorrer dos
1419 meus slides tinham outras imagens, eu posso até explicar onde foi tirada essas
1420 fotos e o que significa. Essa primeira imagem do lado esquerdo foi uma visita que
1421 nós fizemos na penitenciária feminina na capital, em São Paulo e aí é mais para
1422 ilustrar como é feito as nossas visitas, a gente analisar as condições de
1423 encarceramento e a partir disso faz recomendações aos estados e tenta fomentar
1424 as nossas políticas públicas a partir dessas visualizações que são feitas. Essa
1425 segunda imagem são itens que foram produzidos por pessoas da própria unidade,
1426 pessoas presas. Esse veículo é utilizado para o transporte de mulheres, não
1427 mulheres em situação específica de gestação e de puerpério, mas mulheres
1428 privadas de liberdade em uma determinada unidade prisional. Nessa última
1429 imagem são carrinhos de bebê de uma unidade materno infantil. Então é isso, eu
1430 agradeço a oportunidade de fala, se vocês tiverem alguma dúvida, estou à
1431 disposição.

1432 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1433 **Combate à Tortura)** – Livia, eu agradeço as informações, eu acho que acaba
1434 gerando algumas dúvidas específicas para o colegiado aí fazer o questionamento,

1435 na verdade, é uma extensão, mas você e o Jairo trouxeram bastante informações.
1436 Eu agora vou fazer uma pausa de 5 minutos para quem quiser e beber uma água,
1437 um café ou ir no banheiro e a gente retorna na sequência com a parte de
1438 educação, que é um pilar fundamental na ressocialização, o colega da
1439 Coordenação de educação vai trazer alguns dados aqui. Então alinhando aqui
1440 10h37, então, 10h42 a gente já retoma com o colega na fala, está bem? 5 minutos
1441 aí, obrigado. Vou pedir para ninguém desconectar, está bem? Mantém conectado
1442 para gente não ter o problema de entrar na sala.

1443 (Intervalo)

1444 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1445 **Combate à Tortura)** – Bom, conforme previsão, então, retornamos 10h42, 5
1446 minutos aí para essa pequena pausa. Então, pergunto ao colega do DEPEN se
1447 está pronto aí para apresentar esses dados sobre a educação. Torquato, a
1448 Coordenação de educação está pronta?

1449 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
1450 **Penitenciária)** – Está assim, Sávio, só queria fazer uma ênfase em um dado
1451 importante que o Jairo citou, que às vezes no afã de muitas informações, às vezes
1452 pode passar despercebido, não é? O Brasil tem hoje uma população prisional de
1453 aproximadamente 750.000 pessoas presas, em números absolutos assim, não é?
1454 Considerando provisórios, abertos, semiaberto, considerando todos eles. E nessa
1455 população prisional mais ou menos 700.000 estão privados de liberdade e de
1456 alguma forma, seja com uma tornozeleira, seja no regime aberto, seja num regime
1457 semiaberto. E desses, é interessante observar que foram 49.000 casos até agora.
1458 O DEPEN tem esse painel, está disponível, já está atualizado semanalmente
1459 nessa parte, os insumos são muito interessantes a se observar a quantidade de
1460 insumos. Mas eu queria chamar a atenção e a coisa mais importante que a gente
1461 tem para falar sobre esse tema é que foram os resultados disso, foram 149 óbitos,
1462 149 óbitos nessa população prisional representa 0,021% da população prisional.
1463 Na sociedade brasileira, a sociedade de nós, a sociedade livre, que tem 212
1464 milhões de habitantes, o dado já está até desatualizado, o número de mortes está

1465 subindo assustadoramente a cada dia, números absurdos, mas não foi o último
1466 dado, esse dado aqui quando foi feita, é porque essa tabela aqui estava com
1467 354.000 mortes, o que representava 0,16% da população. Então é interessante
1468 observar aqui que na população privada de liberdade o que parece, o que parecia
1469 ser o desenho do caos, dada a facilidade no sentido, não a facilidade, mas na
1470 articulação bem feita, na atuação antecipada, como o Jairo colocou, nas
1471 orientações, na articulação com os estados e na atuação de muitos milhões de
1472 máscaras de álcool em gel, de Oxímetro, enfim uma infinidade de coisas que ele
1473 colocou, ele passou muito rápido sobre isso, é interessante ver a quantidade de
1474 coisas que foi disponibilizada para o sistema penitenciário, fora aquilo que foi
1475 comprado pelos estados, isso é só o que foi comprado pelo DEPEN como forma
1476 de ajudar na melhoria do sistema. Ou seja, na sociedade livre morreu 7 vezes
1477 mais do que morreu no sistema penitenciário até agora, a gente começa até
1478 pensar, quer dizer que aonde houve a liberdade, a dificuldade de se colocar, as
1479 limitações que evitariam as mortes é muito maior, aonde é possível chegar aí, ter
1480 uma organização efetiva, onde o estado tem o controle, as instituições que
1481 habitualmente são fechadas, não vou dizer só do sistema penitenciário, mas não é
1482 a nossa pauta aqui, foi 7 vezes menor, 7 vezes menor. Então assim, uma coisa
1483 que chama a atenção e eu acho que, apesar desse caos na pandemia e no Brasil,
1484 no sistema penitenciário eu acho que o Brasil conseguiu diminuir o número de
1485 mortes assim, de uma forma que poucos países conseguiram, que 7 vezes, não é
1486 70%, é 7 vezes mais, 700% a mais no percentual. Então, isso eu gostaria de
1487 chamar a atenção para esse dado, que às vezes passa despercebido, não quer
1488 dizer que não vai aumentar, eu acredito que a tendência é aumentar, porque e
1489 também tem esse painel do DEPEN, não só todos os insumos que foram doados,
1490 que é atualizado semanalmente, como todas as unidades que estão com as visitas
1491 suspensas, com a alimentação recebida dos estados, como a gente tem frisado
1492 aqui. Então, semanalmente as nossas coordenações olham esses dados e
1493 colocam na plataforma. Então está ali todos os estados que tiverem
1494 www.depen.gov.br você entra lá "Combate a Covid", ações de combate a Covid e
1495 vai aparecer o painel. Nesse painel só você navegando no painel que você vai

1496 encontrar esses dados um pouco do que o Jairo falou e vai encontrar também
1497 esse quantitativo de materiais doados na aba insumos, você vai procurar na aba
1498 insumos, você vai encontrar é muita coisa, Oxímetro, toca, luva, muita coisa que
1499 foi feita. Então essa ação coordenada, inclusive nós, profissionais...

1500 **Sr. Wanderson Pinheiro (MNU)** – Presidente só uma questão de ordem, se me
1501 permite.

1502 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1503 **Combate à Tortura)** – Só um momento, Wanderson, já finalizando... Só um
1504 momento, Wanderson, finalizando aqui o Torquato, eu já passo a questão de
1505 ordem para você, está bem?

1506 **Sr. Wanderson Pinheiro (MNU)** – Por favor, muito obrigado, Presidente.

1507 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
1508 **Penitenciária)** – Está ok, não, só para considerar...

1509 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1510 **Combate à Tortura)** – Torquato pode finalizar.

1511 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
1512 **Penitenciária)** – Essa questão que chama bastante a atenção é o dado final que
1513 fica do percentual em relação à população ali no sistema prisional, que é para a
1514 gente fazer uma reflexão por que morre bem menos do sistema penitenciário com
1515 situações bem adversas em relação à sociedade livre? E no mais, eu estou à
1516 disposição também para algum questionamento que tiver, o coordenador de
1517 educação também está à disposição, Sávio.

1518 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1519 **Combate à Tortura)** – Obrigado, Torquato. Realmente esses dados chamam a
1520 atenção, esse percentual de 0,021%, 7 vezes menor do que os nossos registros
1521 aqui fora, não é? Então realmente chamar a atenção. O Torquato tem 23 anos aí
1522 de atuação no sistema, enfim no sistema penitenciário, enfim com locais de

1523 privação de liberdade, então ele tem bastante experiência aí e compartilha com a
1524 gente essa atuação prática. Vou passar a palavra para o colega Wanderson agora
1525 do MNU, por favor, Wanderson.

1526 **Sr. Wanderson Pinheiro (MNU)** – Presidente até em respeito, respeitando os
1527 dados apresentados aí pelo DEPEN, que eu acredito que tenho algumas
1528 ponderações a serem feitas aí, inclusive por alguns membros da sociedade civil,
1529 mas, pelo avançar da hora, Presidente, eu acredito que haja necessidade da
1530 gente retomar a pauta sobre isso da gente não conseguir concluir os trabalhos aí
1531 com a envergadura das pautas, as próximas que tem, principalmente, a questão
1532 da apresentação de orçamento, as informações e as tratativas sobre as
1533 resoluções, sobre os encaminhamentos do CNPCT. Então, fico aí para apresentar
1534 essa proposta.

1535 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1536 **Combate à Tortura)** – Obrigado, Wanderson, a sua preocupação também é
1537 minha, nossas pautas realmente, elas sempre, elas são motivo antes. Nós não
1538 começamos no início da reunião, então amanhã eu vou pedir também para que os
1539 colegas a consigam, eu sei que cada um tem a sua particularidade aí, 8h30 às
1540 vezes não é um horário faço para todo mundo, mas vou pedir para ver se a gente
1541 consegue registrar esse quórum 8h35 no máximo, então os informes estenderam.
1542 Em, pela leitura da importância e do centro do DEPEN, faz parte do sistema, faz
1543 parte e representa aqui o ministério do colegiado, essa pauta é a nossa finalidade
1544 do CNPCT. Então, é importante obtermos é esses dados durante as reuniões nós
1545 temos alguns questionamentos específicos que podem ser atendidos agora, por
1546 exemplo, lembro aqui a perita Tarsila pedindo dados sobre a tuberculose e nós
1547 temos aqui o coordenador da área aqui que pode trazer esses dados. Então, nós
1548 temos a previsão de reunião amanhã também, não se preocupem que qualquer
1549 pauta que ficar prejudicadas será tratada amanhã e nós finalizaremos essa pauta,
1550 está bem? Eu passo agora a palavra para o colega, o Carlos Rodrigo que eu estou
1551 vendo aqui, da Coordenação de educação, não é? É uma parte fundamental
1552 aqui...

1553 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Sávio.

1554 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1555 **Combate à Tortura)** – Só um momento, Vitória, eu já lhe passo a palavra.

1556 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Obrigada.

1557 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1558 **Combate à Tortura)** – É uma pauta fundamental a educação, porque a educação,
1559 a ausência de educação, ela gera uma tortura psicológica, enfim a nossa
1560 ressocialização está totalmente ligada a uma educação das pessoas privadas de
1561 liberdade. Vitória, por favor, a palavra é sua.

1562 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Sávio, por favor, me tira uma dúvida, em quantas
1563 subapresentações o DEPEN se dividiu? Então agora já falamos de saúde e de
1564 mulheres e proposta LGBT, depois de saúde e mais o quê? Desculpa, educação
1565 e...

1566 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1567 **Combate à Tortura)** – Eu acho que essa pauta agora de educação com Carlos
1568 Rodrigo é a última e aí o coordenador-geral, Torquato também tem a palavra para
1569 algum esclarecimento a mais, mas eu tenho até um questionamento aqui, eu vi
1570 que você se inscreveu e também primeiro acho que foi...

1571 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – A Bárbara.

1572 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1573 **Combate à Tortura)** – Perdi, a Bárbara, exatamente, a Bárbara, você e aí na
1574 sequência nós vamos olhar para algumas perguntas específicas, está bem?

1575 **Sr. Caio César Klein** – Sávio, eu me inscrevi também e daí a gente poderia pedir
1576 a gentileza para o Carlos, se pudesse fazer a sua apresentação em no máximo
1577 cinco minutos, tendo em conta o nosso horário para que a gente tenha tempo de
1578 fazer os questionamentos, inclusive porque é uma dessas pautas o DEPEN foi
1579 requerida por mim a inclusão aqui no nosso debate. Então, pedir essa gentileza de

1580 ter certa agilidade agora, dado o adiantado da hora para que a gente possa fazer
1581 as perguntas.

1582 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1583 **Combate à Tortura)** – Perfeito, Caio. O colega Carlos Rodrigo vai ter a palavra aí,
1584 desde que não prejudique sua apresentação, viu Carlos? Fique à vontade para
1585 apresentar os dados necessários aí, enfim está com a palavra, por favor.

1586 **Sr. Carlos Rodrigo** – Eu vou tentar ser bastante sucinto, mas já adianto que
1587 diante do volume das atividades que a gente desenvolve de educação, assim
1588 como...

1589 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Eu não consigo ouvir.

1590 **Interlocutor não Identificado** – O som está muito baixo, está muito baixo o som.

1591 **Sr. Carlos Rodrigo** – Agora melhorou?

1592 **Interlocutor não Identificado** – Não.

1593 **Sr. Carlos Rodrigo** – Melhorou agora? Não?

1594 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1595 **Combate à Tortura)** – Eu estou escutando, mas o som está baixo, se você puder
1596 aumentar um pouco talvez a questão da microfonia aí, mas eu escuto, por favor.
1597 Não, agora nós estamos sem som, talvez o mudo tenha sido ativado aí.

1598 **Sr. Carlos Rodrigo** – Eu só vou para uma outra sala aqui e vou colocar o som
1599 ambiente.

1600 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1601 **Combate à Tortura)** – O som ambiente, eu acho que ficou melhor, viu, Carlos? E
1602 estamos escutando agora o som ambiente. Por favor, meu amigo, você tem a
1603 palavra aí.

1604 **Sr. Carlos Rodrigo** – Então, mas como eu já tinha falado sem o áudio da
1605 maneira...

1606 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Eu não consigo ouvir.

1607 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1608 **Combate à Tortura)** – Estou escutando perfeitamente aqui, eu não sei se é só o
1609 da Vitória, algum outro colega está com problema também?

1610 **Interlocutora não identificada** – Eu também não ouço, Sávio.

1611 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1612 **Combate à Tortura)** – Está bem.

1613 **Sr. Carlos Rodrigo** – Agora melhorou?

1614 **Sr. Caio César Klein** – É que tem uma discrepância muito grande entre o volume
1615 do áudio do Carlos e dos demais, então se eu um aumento o meu volume ao
1616 máximo, eu escuto mal o Carlos, só que quando alguém fala o meu tímpano
1617 estoura.

1618 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1619 **Combate à Tortura)** – Como a fala agora só vai ficar com o Carlos, quem puder
1620 aumentar, o meu está no máximo aqui, estou um pouco surdo aqui, o meu está no
1621 máximo.

1622 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Sávio, meu está no máximo e eu não consigo
1623 distinguir o que ele fala e eu estou com barulhos também por razões de home
1624 office, não é?

1625 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1626 **Combate à Tortura)** – Está bem.

1627 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Não sei se essa apresentação fica um pouco
1628 prejudicada, eu não ouço o que ele fala.

1629 **Sr. Carlos Rodrigo** – Agora o som melhorou?

1630 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1631 **Combate à Tortura)** – Eu estou escutando bem, Carlos, eu não sei se você está
1632 na mesma sala dos demais colegas, se poderia fazer uso da tela dos demais
1633 colegas aí, a conexão, não sei.

1634 **Sr. Carlos Rodrigo** – Vou fazer o uso da tela do Jairo.

1635 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1636 **Combate à Tortura)** – Perfeito.

1637 **Sr. Carlos Rodrigo** – Um momentinho.

1638 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1639 **Combate à Tortura)** – Está bem, perfeito, viu? Obrigado.

1640 **Sr. Cristiano Torquato (Coordenador-Geral da Diretoria de Política**
1641 **Penitenciária)** – Um momentinho só para ele trocar de computador com o
1642 coordenador de saúde, aí ele fala do computador dele.

1643 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1644 **Combate à Tortura)** – Perfeito, Torquato. Acho que o áudio não está ativado
1645 agora, viu?

1646 **Sr. Carlos Rodrigo** – E agora?

1647 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1648 **Combate à Tortura)** – Ah, perfeito, perfeito. Agora, inclusive ficou bem alto aí. Por
1649 favor, viu, Carlos desculpe a interrupção aí, mas a palavra é sua.

1650 **Sr. Carlos Rodrigo** – Então, gente, no improviso aqui, está bem? Vou tentar ser
1651 bem breve, até porque foi pedido para ser breve e a gente ainda perdeu esse
1652 tempo por conta do áudio. Só que assim, diante do volume das atividades que a

1653 gente já desenvolve com a educação, assim como das outras áreas também,
1654 apresentar tudo em cinco minutos acaba ficando prejudicado. Mas eu vou...

1655 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Comitê Nacional de Prevenção e**
1656 **Combate à Tortura)** – Mas a diante, viu Carlos, fique à vontade com o seu tempo,
1657 caso necessário eu te aviso. Por favor.

1658 **Sr. Carlos Rodrigo** – Certo. Então, eu sou coordenador de educação, cultura e
1659 esporte, a gente desenvolve diversas atividades, principalmente, diretamente
1660 ligado aos estados ou em articulação com outros ministérios, com outras pastas. A
1661 gente tem desenvolvido nos últimos anos, principalmente, a partir de 2019 para 20
1662 uma série de doações, entre elas a doação de mobiliário escolar, de livros, de
1663 filmes. E aí eu vou passar para vocês aqui alguns dados. Eu não apresentei
1664 nenhum slide e até o que eu tinha de repente para apresentar estava no outro
1665 computador, mas a gente está em curso agora com a doação de livros de obras
1666 literárias.

1667

1668 **Dia 16/04/2021:**

1669 **Sra. Natália** – Está conectando. Acho que já está gravando.

1670 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Agradeço, viu Caio, pela essa observação aí.
1671 Obrigado. Bárbara, por favor.

1672 **Sra. Bárbara Coloniese** – Obrigada, Sávio. Eu queria fazer algumas
1673 considerações enquanto eu estava ouvindo a fala do DEPEN, e, bom, eu queria
1674 agradecer, a presença do DEPEN, mas eu acho que a gente poderia ficar
1675 pensando em fluxos mais profícuos, por exemplo, esses dados que a gente já tem
1676 acesso, eles acabam sendo pouco interessantes, eu acho que a gente tem que ter
1677 um pouco mais de especificidade para a gente aproveitar esse tempo que é tão
1678 pequeno, para tratar sobre tantas questões. Então, por exemplo, eu tenho
1679 algumas questões de que a partir das visitas in loco do mecanismo, eu gostaria de
1680 perguntar para o DEPEN, quais são as ações concretas, concretas, de alternativas

1681 as visitas? Porque toda essa apresentação, o estilo plano de contingência e
1682 alternativas elas não estão na ponta, efetivamente. Então eu gostaria de saber,
1683 assim efetivamente, qual é a ação concreta. Porque a partir do momento que a
1684 gente retorna as visitas nesse momento de pandemia, nós percebemos essa
1685 perspectiva de que a visita não foi considerada de forma essencial, para
1686 manutenção dos vínculos e do contato com o mundo externo, e aí quando a gente
1687 olha para os municípios, para as localidades o comércio está funcionando, está
1688 tudo aberto, mas a visitação é um problema, e pandemia é um problema então
1689 ninguém pode ter visitação. O que nós encontramos in loco, foi uma altíssima
1690 questão de incomunicabilidade, inclusive, nessa pandemia, um dos maiores
1691 vetores de tortura foi a incomunicabilidade, não é? O cerceamento do contato com
1692 os familiares e com o mundo externo. Então eu gostaria de saber de ações
1693 concretas. E quando eu pergunto isso, eu estou me referindo se existe uma busca
1694 ativa do DEPEN de forma capilarizada pelo país, por quê? O gestor passou uma
1695 informação anterior para mim, por exemplo, e quando eu estive lá in loco era
1696 completamente equivocada. Eu acho muito importante o DEPEN participando do
1697 Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura como grande protagonista
1698 de que, também, com essas pernas de capilaridade pelo Brasil esteja in loco
1699 percebendo as questões sobre a pandemia, porque nós encontramos absurdos,
1700 barbárie nas nossas visitas. Por exemplo, a questão do acompanhamento in loco
1701 que eu anotei aqui, as pessoas... E, por exemplo, eu vou citar o Acre. Havia um
1702 lugar específico para abrigar pessoas suspeitas e com Covid que estava vazio,
1703 estava lindo lá, o lugarzinho vazio e tal. E todas as pessoas estavam sendo
1704 isoladas com suspeitas, inclusive com Covid, nas selas, nas próprias selas.
1705 Quando nós chegamos, o desespero das pessoas presas dizendo: “Pelo amor de
1706 Deus, tem uma pessoa aqui com Covid...” Em selas com quase 30 pessoas, e
1707 projetadas por uma pessoa, a gente entende então que precisa de uma
1708 fiscalização do DEPEN, in loco, não por vídeo chamada, porque a gente sabe qual
1709 é a perspectiva desse tipo de inspeção, que não é válido. Então assim, pedir para
1710 o DEPEN que a partir das ações concretas, considere a visita in loco. Porque,
1711 realmente, o que nós vimos foi aterrorizante. E o impacto na perspectiva

1712 psicológica das pessoas que tinha alguém contaminado ou com grave suspeita de
1713 Covid, havendo lugar, o que é mais grave, havendo lugar para isso, não tem sido
1714 colocado em prática. Aí eu fiquei pensando aqui, a questão também de considerar
1715 o gênero. No retorno das visitas, a gente precisa pensar que existem muitíssimas
1716 mães, então liberar apenas uma pessoa, a gente entende a pandemia, entende
1717 todos os procedimentos sanitários que são factíveis, exequíveis, mas tem que
1718 considerar o gênero sim, várias mulheres aprisionadas com três, quatro, cinco
1719 filhos menores de 12 anos, inclusive, que completamente cerceadas da
1720 perspectiva da visita, porque na maioria dos Estados esse visitante tem só o
1721 direito de uma pessoa. Cada pessoa presa, uma pessoa, desconsiderando a
1722 perspectiva de gênero também e todas as pessoas presas que tem filhos, por
1723 exemplo. Também a questão de fiscalização in loco porque, por exemplo, eu
1724 gostaria de saber do DEPEN quais são concretamente as ações na perspectiva
1725 de definição do local adequado para as pessoas em casos confirmados de Covid.
1726 Especialmente depois que eu peguei o convite eu percebi que o que eu vi já era
1727 uma barbárie e ficou uma barbárie assim extrema, muito mais extrema, por quê?
1728 Você fica extremamente debilitado, e eu vou falar do que eu senti que foi horrível,
1729 piores 20 dias da minha vida, tendo água, tendo ar-condicionado, tendo
1730 medicação, tendo alimentação... Essas pessoas estão alocadas nos piores
1731 lugares das unidades prisionais. Aquelas salas, salas de castigo que não tem
1732 ventilação cruzada nenhuma, que são verdadeiros chapões, como eu vi no
1733 Amapá, colocaram as pessoas com Covid, que está na pior situação de saúde, no
1734 lugar mais insalubres, sem ventilação e pasmem, no Amapá nós encontramos, e
1735 estive lá pessoalmente, mulheres que estão sem acesso a água para beber, eu
1736 não sei nem descrever isso. Acho que não tem como retratar esse nível de
1737 barbárie. Eu quero saber o que o DEPEN tem feito, assim concretamente, não
1738 aquele plano apresentado, o que tem sido feito especialmente in loco. As pessoas
1739 estavam sem água para beber. Assim, absurdos desse nível. Eu quero saber
1740 inclusive, como o DEPEN disse que parece que faz alguma coisa in loco, como...
1741 Qual é o tipo de intervenção e incidência que o DEPEN faz, a partir de encontrar
1742 absurdo nesse nível. E aí eu fiz uma pergunta aqui também, específica na questão

1743 LGBTI. Na nossa visitação in loco na capital, na unidade masculina, eu quero
1744 saber, eu quero uma resposta objetiva do DEPEN, se não for agora que seja
1745 enviada, oficialmente, sobre a questão do Estado de Sergipe na capital. As
1746 pessoas privadas de liberdade da população LGBTI+, estávamos sem acesso a
1747 banho de sol. Se existe, como foi colocado aqui, uma visitação in loco, quando o
1748 DEPEN se depara com esse tipo de situação que já levava anos, o que ele faz?
1749 Porque se a gente tem órgãos fiscalizadores que vão a esses espaços e
1750 percebem esse nível de violação e não fazem nada, a gente tem um problema
1751 muito maior do que o que eu estou avaliando agora. Então, eu gostaria de saber
1752 se, frente a situações extremas como essa de violação, o que é feito? Selas
1753 pequenas, superlotadas, extremamente insalubre, um cheiro que eu não sei não,
1754 absolutamente colocar aqui para vocês para vocês pra se aproximar do nível que
1755 é e ainda sem acesso a banho de sol por anos. Quer dizer, LGBT ele é um público
1756 menor, deixa lá naquele canto, que geralmente é um canto que não serve para
1757 nada e deixa sem o banho de sol. Então assim. Eu quero saber o que que o
1758 DEPEN faz quando, de fato, encontra com uma situação como essa. Questão de
1759 subnotificação do sistema prisional, porque com teste, 130.000 testes, fiz uma
1760 conta rápida 16%. Não tem como a gente falar qual o diagnóstico categórico do
1761 sistema prisional em relação a Covid com uma testagem baixa desse jeito. E, para
1762 finalizar, o projeto piloto Mulheres Livros, precisa passar pelo Acre assim como em
1763 todo Brasil, esse projeto ser fortalecido no Acre, unidade feminino visitada, 95%
1764 das mulheres estavam presas por tráfico de drogas e com filhos menores de 12
1765 anos. Pelo amor de Deus, quero fazer um apelo para o DEPEN ir para o Estado
1766 do Acre, imediatamente, assim o mais rápido possível por que a situação dessa
1767 unidade feminina nos tira o sono, dentre tantas outras violações, o fato de ter um
1768 quantitativo tão alto de mulheres aprisionadas por tráfico de drogas e todas com
1769 filhos, parece que as leis não estão chegando no Acre. Então eu quero fazer um
1770 apelo aqui pra que o DEPEN, assim como implementou em alguns estados, não
1771 tenho muitas devolutivas sobre os projetos, embora seja de Santa Catarina, não
1772 tem uma grande expressão aqui pelos lugares que o trânsito e, inclusive, já vi
1773 alguns ofícios sem nenhuma resposta, mas eu gostaria de fazer esse apelo para

1774 que vá para o Acre também, porque a situação das mulheres lá, é extremamente
1775 caótica. O mais rápido que eu posso falar. Muito obrigada.

1776 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado Bárbara. Sua pergunta foi um pouco
1777 extensa, então qualquer coisa eu vou pedir uma ajuda sua para lembrar os
1778 questionamentos. Inclusive, tem um que eu compartilho com você uma dúvida
1779 sobre as visitas, eu até entendo a medida de segurança agora de restringir, nós
1780 não podemos... enfim, o contato ele é prejudicial, só que eu tenho uma dúvida se,
1781 como os estados ou até o Sistema Federal tem feito, se tem disponibilizado
1782 mecanismos virtuais no local pra que esse familiar possa chegar fazer, enfim, o
1783 contato com seu parente mesmo de forma virtual, como nós fazemos aqui na
1784 nossa reunião. E aí se DEPEN puder também trazer esses dados, eu vou passar
1785 para o colega, o Cristiano Torquato e aí ele faz a distribuição que acham melhor
1786 dentro da equipe. E peço também, viu Torquato, que nos informe sobre colega
1787 Carlos, eu fiquei um pouco preocupado aqui que o colega... enfim, nos informes
1788 sobre a saúde aqui do colega Carlos, tá? Torquato, pode... Escutando?

1789 **Sr. Cristiano Torquato** – Escutando Sávio, o colega Dias está melhorando, o
1790 pessoal socorreu ele vem na hora dele falar, ele passou mal, mas parece que está
1791 melhorando. Estão me informando aqui, a última informação que passaram é que
1792 ele está melhor. Perita Bárbara, obrigado pela sua pergunta. Quero dizer para
1793 você, inicialmente, que a sua preocupação é mesmo preocupação que nós temos.
1794 E o seu em incomodo é o mesmo que nós temos. Agora é importante a gente
1795 colocar algumas questões. A DEPEN é um órgão nacional, ele tem
1796 responsabilidade pela execução do Sistema Penitenciário Federal, e nisso ele
1797 tenha atuação direta, mas ele é um órgão nacional. E quando a gente fala em
1798 fomentar política, a gente tem que entender também as limitações de cada órgão.
1799 Embora existam, às vezes, competências regimentais... Vocês estão me ouvindo?
1800 Alô... Alô...

1801 **Sra. Bárbara Coloniese** – Sim. Estamos.

1802 **Sr. Cristiano Torquato** – Oi, perdão. É que pra mim pareceu que caiu o sinal
1803 aqui. Tenha nas suas competências regimentais, fiscalizar, por exemplo, na
1804 divisão de atenção as mulheres, que a Ana Nívea falou, é uma divisão que busca
1805 fortalecer a atenção às mulheres, só que ela tem somente a coordenadora. O
1806 Brasil tem 1.400 unidades prisionais, e o DEPEN ele concentra os seus esforços
1807 pra atuar no atacado, não tem como ele atuar no varejo. Lembrando que a
1808 execução penal tem vários órgãos, tem a Correição da justiça, tem a Correição do
1809 Ministério Público, tem o mecanismo, tem o Conselho da Comunidade, tem o
1810 Conselho Penitenciário, tem vários órgãos que atuam de maneira local, nesse
1811 quesito. O DEPEN só atua de fiscalização de maneira local quando há algum
1812 incidente com organismo internacional, aí sim ele tem, ele desloca essa pequena
1813 equipe que atua em convênios, em distribuir recurso, em pactuar em (ininteligível),
1814 em articular pra ir em alguma unidade que tenha sido denunciada, por exemplo,
1815 na Corte Interamericana e fiscalizar de uma forma próxima, daí. Essa atuação é
1816 impossível por limitações físicas que tem, se o DEPEN fosse fazer isso ia precisar
1817 de ter um quantitativo de pessoas que está completamente distante da realidade
1818 que existe hoje. As coordenações que atuam em nível nacional, elas atuam com
1819 dois servidores, em média, então, pra gerir política particular. Então a atividade de
1820 fiscalização in loco, embora esteja prevista em uma das prerrogativas do DEPEN,
1821 ela praticamente ela não é feita pelo DEPEN, ela é feita pelos atores locais, até
1822 porque ia precisar de um órgão nacional pra fiscalizar 1.400 unidades. In loco,
1823 uma coisa que ia precisar de vários CNPCT's pra isso não é? Mas eu estou
1824 tentando dizer pra você, como a coisa acontece na realidade e como que o
1825 DEPEN atua. Agora, todas as denúncias que chegam, nesse quesito, são
1826 encaminhadas para o Ministério Público, quando é o caso, para as Corregedorias,
1827 quando é o caso, para as Ouvidorias, quando é o caso, pra Polícia, quando é o
1828 caso. Então, existe uma Ouvidoria do DEPEN, muito atuante que tem conexão
1829 com as Ouvidorias de todos os Estados, uma rede de Ouvidorias nesse sentido,
1830 que faz esse trabalho. Eu acho que, basicamente, o que eu tinha pra falar sobre
1831 essa questão da fiscalização in loco. Sobre a questão da visita, que você
1832 comentou, também é uma competência de cada Estado definir quais são os

1833 critérios e as limitações que vão definir o seu público, se vai ter visita, se a visita
1834 vai ser virtual, qual periodicidade. No site do DEPEN, que eu estou comentando, o
1835 que a gente... o que o DEPEN tem pra disponibilizar são dados, o esforço é pra
1836 gente conseguir coletar dados, e aí, nesses dados a gente tem disponível todos os
1837 estados que estão com visitas suspensas. Tem sido atualizado semanalmente, e
1838 aqueles que estão com visita suspensa, quais que estão disponíveis também a
1839 visita virtual. Que alguns que estão com visita suspensa, disponibilizaram, por uma
1840 forma alternativa, que o preso fale um período com a sua família, por meio remoto,
1841 assim como nós estamos falando. Então, eu diria pra você nesse momento que
1842 realmente nós temos essas mesmas preocupações, esses mesmos anseios e
1843 queremos as mesmas coisas, que não haja tortura nem estabelecimento prisional,
1844 nem casa de ninguém e estabelecimento de criança, nem estabelecimento de
1845 idoso, em local alguém. E trabalhamos pra isso, evidentemente com as limitações
1846 humanas e materiais que o serviço público despõe. Nós estamos em plena
1847 disposição e trabalhamos em prol dos mesmos objetivos.

1848 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado Torquato. Bárbara, com relação a essa
1849 situação específica que você falou do Acre e as mulheres, aí eu fico uma sugestão
1850 para o mecanismo passar pra algum membro, qualquer um que se disponibilize aí
1851 para a gente tentar uma ação conjunta lá por que foi um levantamento individual
1852 que você visualizou, ou a equipe do mecanismo. Então como DEPEN faz parte do
1853 colegiado do Pleno eu acho que nós podemos desencadear alguma ação
1854 individual lá, você pode alimentar algum membro que se propõe aí a encampar e
1855 caminhar isso para gente acionar o colega aqui do DEPEN como membro e fazer
1856 uma pessoa específica lá no Acre sobre as mulheres. Enfim, é possível Bárbara?
1857 Pegar esse diálogo e aí a gente já estendi isso pra um mecanismo, não é? Enfim...

1858 **Sra. Bárbara Coloniese** – Sávio, só rapidamente, porque está no relatório, a
1859 gente traz essas informações no relatório. Você está sugerindo além disso?

1860 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Mas esse destaque é importante. O relatório traz
1861 muita coisa, então as recomendações são extensas, você está trazendo uma
1862 preocupação específica de mulheres no Acre.

1863 **Sra. Bárbara Coloniese** – Uhum.

1864 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Então se a gente puder destacar a importância disso,
1865 o membro, e a gente alinhar uma ação conjunta lá DEPEN e algum representante
1866 aqui, mecanismo eu acho que a gente pode ter um resultado mais rápido?

1867 **Sra. Bárbara Coloniese** – E a gente tem um Comitê Estadual que recém
1868 começou as atividades este ano, eu que monitoro o Acre, então o ponto focal já
1869 sou eu, do mecanismo nacional. A gente pode fazer esse diálogo direto com
1870 DEPEN, não é? Porque criar um monte de grupos que nunca chega informação...
1871 Estou à disposição.

1872 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado. Passando aqui na sequência à Vitória e aí
1873 se a equipe puder me ajudar, que eu perdi a sequência aqui de inscrições. A fala
1874 está com a Vitória.

1875 **Sr. Torquato** – Sávio, desculpa te interromper, mas o tema que a Bárbara falou
1876 ele é importante, nós temos interesse? Nós temos, sim naquilo que é possível.
1877 Bárbara, a Ana Lívia, a nossa coordenadora exatamente nessa área, ela está
1878 aqui, se você puder, Ana Lívia, colocar no chat o seu contato direto a gente faz um
1879 contato direto da Bárbara com área específica do DEPEN, nesse quesito, pelo
1880 menos para a gente fazer os encaminhamentos, receber aquilo que for possível e
1881 dar os destinamentos, os questionamentos que de competência do DEPEN.

1882 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito. Obrigado Torquato. Passo a palavra agora
1883 para Vitória OAB. Por favor, Vitória.

1884 **Sra. Vitória Buzzi (CNPTC)** – Eu vou retirar minha inscrição Sávio, a gente tinha
1885 até o interesse em dialogar com o DEPEN, mas esses dados que eles trouxeram
1886 estão no site, agradecemos muito pela apresentação de Power Point que
1887 trouxeram hoje, de dados que já estão disponíveis, mas acho que o momento,
1888 depois da última fala do Coordenador de que é mais seguro estar dentro da
1889 penitenciária em termos de Covid, do que fora, acredito que a nossa vontade de
1890 dialogar com o DEPEN tenha se encerrado aí. Eu agradeço.

1891 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ok Vitória, obrigado. Com relação aos dados, por
1892 mais que esteja dentro da Transparência ativa, eu acho que é importante que nem
1893 todos conseguem acompanhar os dados, os dados são atualizados. Então assim,
1894 eu vejo importasse compartilhar nesse colegiado e esse aqui é um espaço agora
1895 para os colegas perguntarem questões específicas. Eu tenho algumas dúvidas
1896 aqui específicas relacionadas a pandemia, por exemplo, a vacinação da faixa
1897 etária. Nós tivemos um caso de Joinville, que a faixa etária não estava entrando,
1898 por exemplo, pessoa com 70 anos e fim, não entrava naquele grupo de vacinação.
1899 Então nós temos algumas questões específicas e os dados gerais são importantes
1900 na minha leitura? Então é a próxima na inscrição é... A coordenação pode me
1901 ajudar, eu não sei se é Cândida ou é Caio. É Caio?

1902 **Sr. João Lança** – Caio.

1903 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Por favor, Caio.

1904 **Sr. João Lança** – Caio e depois a Tarsila.

1905 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Obrigado. Obrigado Sávio. Eu queria agradecer a
1906 apresentação do DEPEN, embora eu concorde com a Vitória, e alguns dados eles
1907 podem ser fornecidos para gente por e-mail, não é? Por relatórios inscritos que
1908 poupam o tempo, não é? Eu requisitei a inclusão na pauta de um ponto específico
1909 sobre dados da população LGBT porque, justamente, são dados que não estão
1910 públicos, são dados aos quais eu não tenho acesso. Por isso eu estou requerendo
1911 eles através do colegiado. E daí me permita explicar qual é a o trajeto que eu
1912 percorri até aqui, nesse sentido, nesse assunto porque a apresentação da Ana
1913 Lívia da DIAMGE, ela não me satisfaz. Então, meados do... No início do ano
1914 passado nós tivemos ali uma apresentação de dados da população LGBT de uma
1915 pesquisa encampada pelo Ministério da mulher, não é? Família e Direitos
1916 Humanos, contudo, você sabe, eu represento a ONG Somos, uma organização
1917 que trabalha com a população LGBT e, especificamente, com a população LGBT
1918 privado de liberdade, desde 2018 a gente monitoria esses dados. Tenta estimular
1919 que o poder público sistematize dados da população LGBT. Então nós estamos

1920 sempre na nesse afã de buscar esses dados. Ano passado nós descobrimos,
1921 através de interlocutores que nós temos no sistema prisional, de que o DEPEN
1922 realizou uma pesquisa, um levantamento, (ininteligível) e a todas as unidades
1923 prisionais do Brasil. Essa pesquisa, esse formulário ele contempla o número de
1924 pessoas LGBT, elas estão classificadas por orientação sexual, por identidade de
1925 gênero, por unidade prisional, por Estado da Federação, com recorte de raça e
1926 etnia e, inclusive, com dados referentes ao tipo de prisão que essas pessoas
1927 enfrentam. Se é uma prisão definitiva, ou se é uma prisão provisória? A existência
1928 desse levantamento, então chegou ao meu conhecimento através de pessoas que
1929 trabalham em unidades prisionais. A partir disso, eu requisitei ao DEPEN, primeiro
1930 diretamente ao DEPEN esses dados e não obtive respostas, e quero resposta?
1931 Após isso, eu ingressei com um pedido via Lei de Acesso à Informação que foi um
1932 pedido negado, fiz um recurso administrativo, foi novamente negado. Então
1933 quando a Ana Livia diz que esses dados eles foram entregues ao Mecanismo
1934 Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, isso é verdade, o mecanismo tem
1935 esses dados, mas o mecanismo tem esses dados por que eu informei o
1936 mecanismo que esses dados existiriam e o mecanismo então requereu ao DEPEN
1937 e recebeu do DEPEN enquanto instituição do Estado. Agora eu não obtive acesso
1938 a esses dados. Então o meu requerimento que eu fiz a Mesa Diretora ele é um
1939 requerimento muito objetivo, então eu lerei aqui. No primeiro requerimento é que o
1940 DEPEN envie ao comitê com acesso as organizações que possuem acento aqui
1941 no colegiado os dados estatísticos desse grupo, do grupo LGBT, com o número de
1942 pessoas LGBTI, por Estado discriminadas por orientação sexual, por identidade de
1943 gênero, raça, etnia e por tipo de prisão e outros dados populacionais que estejam
1944 disponíveis. O dado que que a Ana Livia apresentou ele já é de conhecimento
1945 público que é aquele dado ali numérico de quantas pessoas seriam trans, quantas
1946 seriam homossexuais, etc. Eu estou falando é do dado bruto deste levantamento
1947 do DEPEN, é isso que eu estou requerendo. Então é de suma importância que
1948 esse dado ele seja entregue ao comitê e a sociedade civil por que é através desse
1949 dado demográfica o discriminado que a gente pode então encampar iniciativas,
1950 seja no âmbito de políticas públicas, sejam no âmbito de iniciativas da sociedade

1951 civil em relação as pessoas LGBTI em privação de liberdade. Eu avanço ainda no
1952 requerimento ele ainda vai no sentido de que o DEPEN autorize o acesso aos
1953 dados integrais desse levantamento através do instrumento jurídico que achar
1954 cabível, com termos de confidencialidade, que seja exigido pelo DEPEN, mas que
1955 através desse tipo de parceria, organizações da sociedade civil aqui no comitê ou
1956 outras que trabalhem com a pauta possam utilizar esses dados, como a Lívia
1957 disse, inclua inclusive dados pessoais pra que possam ajuizar ações em prol
1958 dessas pessoas. Então, por exemplo, a minha organização é uma organização
1959 que tem interesse em saber quais são essas pessoas para que possa avaliar
1960 individualmente os casos de prisão e impetrado habeas corpus, ou fazer qualquer
1961 tipo de iniciativas no campo da execução penal, levando em conta aí a política de
1962 alas que existem e tudo mais. Então são dois requerimentos que eu gostaria que
1963 fossem apreciados aqui, o primeiro é a entrega dos dados populacionais dos
1964 dados demográficos, que incluem esses marcadores sociais que eu mencionei,
1965 que não foram incluídos na apresentação do DEPEN, e que o DEPEN possibilite
1966 que organizações da sociedade civil realizem esse tipo de convênio e, daí tipo de
1967 instrumento jurídico pode ser discutido, mas que exista essa possibilidade de que
1968 as organizações da sociedade civil acessem aos dados. Porque via Lei de Acesso
1969 à Informação foi me respondido que não há hipótese nenhuma de eu obter esses
1970 dados. Porque não somos segmentos ou instituição do Estado e só instituições
1971 Estado como mecanismos, poderiam ter acesso a isso, não é? Então eu estou
1972 aqui requerendo, através de um colegiado, algo que eu já requeri pessoalmente e
1973 institucionalmente e não obtive. Só para deixar claro, quando eu fiz esse
1974 requerimento eu estou em busca desses dados demográficos, eu não requeri
1975 apresentação de ações do DEPEN, por que a ação a gente tem outras formas de
1976 acompanhar. Então é isso são dois requerimentos, muito claros, estão explícitos,
1977 foram enviados por e-mail e eu gostaria que eles fossem apreciados.

1978 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ok Caio, obrigado pelo detalhamento aí da solicitação
1979 foi feita. Talvez o seu pedido no SIC, Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito
1980 da Lei 12.527, da Lei de acesso à Informação, talvez a negativa tenha vinda
1981 exatamente nessa questão de informações pessoais, a restrição de informações

1982 pessoais. Então eu pergunto para colega Ana Livia, do DEPEN, se o DEPEN tem
1983 esses dados, a forma que isso é passado, se o Estado apresenta com
1984 detalhamento desses dados, enfim, o próprio colegiado aqui pode receber esses
1985 dados e pensar uma forma de cautela. Porque você falou sobre o termo de
1986 confidencialidade que é, enfim, uma previsão ali de reserva de quem está
1987 acessando alguns dados. Então pergunto para colega Ana Livia sobre esses
1988 dados.

1989 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Só pra esclarecer, é um pedido desdobrado em dois.
1990 Então os dados demográficos que é este dado que não tem as informações
1991 pessoais desses sujeitos, mas tem os dados dos demarcadores sociais que eu
1992 requeri raça e etnia, identidade de gênero, sexualidade, tipo de prisão. Isso é
1993 muito importante esse dado demográfico não existe escusa nenhuma pra eles
1994 serem entregues, para eles serem apresentados publicamente. Só para colocar.
1995 Então o meu pedido desdobrado em dois, o primeiro eu entendo que pode ser
1996 atendido imediatamente.

1997 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito, Caio. Obrigado, viu? Passo a palavra pra
1998 colega Ana Livia, por favor.

1999 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Então, com relação a esses dados, eu acho se o
2000 (ininteligível) já tiver retornado e quiser contribuir, ele quem estava à frente a
2001 divisão à época, então ele talvez ele traga informações que eu não tenho agora,
2002 mas com relação a esses dados, talvez não tenha ficado claro quais seriam
2003 solicitações. Serão dados quantitativos, e/ou se seriam dados mais qualitativos
2004 com os nomes das pessoas. Quando a gente se preocupou com relação a isso, foi
2005 o ano passado... Lembrando, esses dados são de 2019, foram encaminhados à
2006 todas as Defensorias Públicas do Estado, então eles também poderiam ter sido
2007 requerido nas Defensorias Públicas e foram encaminhados ao mecanismo, o
2008 mecanismo também, como ele teve o acesso a esses dados, o mecanismo
2009 poderia fornecer esses dados a depender da sua análise a ONG Somos, não é?
2010 Então assim, quando foi feita essa solicitação, pela ONG Somos, a gente se
2011 preocupou no sentido de não repassar dados pessoais de pessoas privadas de

2012 liberdade para o organismo da sociedade civil, sem justificativa de fato plausível
2013 no sentido de que esses documentos, essas informações pessoais elas estariam
2014 sendo utilizadas para esse fim. Eu não estou dizendo que a ONG não iria utilizar.
2015 Mas aí nós não podemos sair distribuindo dados pessoais das pessoas a todos os
2016 organismos da sociedade civil que nos solicitar esses dados. A gente tem que ter
2017 muita cautela porque a partir do momento que esses dados estão acautelados no
2018 DEPEN, tudo que acontecer com ele é responsabilidade nossa. Então o que foi
2019 que nós solicitamos? Uma análise jurídica, inclusive para enviar o
2020 encaminhamento ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, por
2021 quê? A nossa preocupação é não violar o direito dessas pessoas que estavam
2022 privados de liberdade. Eu entendo que o intuito, sim é muito dispositivo de garantir
2023 o acesso dessas pessoas a serviços que, talvez, elas não tenham acesso, mas a
2024 nossa preocupação é resguardar os dados pessoais das pessoas. Então por isso
2025 nós solicitamos uma análise jurídica, a CONJUR emitiu um parecer indicando que
2026 que os dados poderiam ser repassados ao mecanismo, porque até então, nós nos
2027 preocupamos também em repassar os dados ao mecanismo. E aí isso não
2028 significa dizer que a gente desconfie, muito pelo contrário, a gente quer que as
2029 coisas sejam feitas dentro... Sejam feito dentro da legalidade e, para isso, a gente
2030 solicitou uma análise jurídica. A partir do momento que a CONJUR nos
2031 encaminhou essa análise, indicando que poderíamos repassar esses dados ao
2032 mecanismo, foi o que nós fizemos. Encaminhamos, por meio do ofício que foi
2033 citado na minha apresentação, e aí na minha apresentação, eu também não citei
2034 outros dados por que são dados muito longos. Então assim, com relação aos
2035 dados gráficos, sim nós podemos encaminhar, talvez na solicitação não tenha
2036 ficado claro isso, que são dados quantitativos, então não cita dados pessoais das
2037 pessoas privadas de liberdade. Então, dados quantitativos nós podemos sim
2038 caminhar, agora, dados pessoais nós vamos sim ponderar, quando for fazer o
2039 encaminhamento porque a gente tá lidando com pessoas. Então assim, essas
2040 pessoas elas têm suas próprias vidas, suas famílias, então a gente não pode
2041 simplesmente pegar os dados dessas pessoas e encaminhar sem uma prévia
2042 análise. Então a nossa preocupação foi nesse sentido, e aí a partir do momento

2043 que a CONJUR sinalizou a possibilidade de encaminhamento, foi o que nós
2044 fizemos, encaminhamos para o mecanismo, o mecanismo tem autonomia para
2045 encaminhar para os órgãos que achar que deve ser encaminhado.

2046 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado, Ana Livia, pelo esclarecimento. Muito
2047 provavelmente a consultoria jurídica levantou a questão do Artigo 31, da Lei de
2048 Acesso à Informação, não é? Que aquele resguardo das informações pessoais
2049 pelo período de 100 anos. Seria o período, realmente, ali da... Uma máxima do
2050 período de vida ali da pessoa. Então eu não sei, Caio, se você acertou a
2051 documentação que foi repassada para o mecanismo, talvez a Bárbara, como
2052 coordenadora aqui, possa nos esclarecer. E se acessou esses dados,
2053 atenderiam? Enfim. Caio, pergunta para o Caio, primeiro, você acessou a
2054 documentação foi encaminhada para o mecanismo?

2055 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Não, não acessei. Os dados foram entregues ao
2056 mecanismo com a orientação do DEPEN de que não poderiam ser entregues a
2057 outras organizações. Até peço que as colegas aí, a Bárbara verifique e fale sobre
2058 essa questão. Agora, a minha solicitação via Lei de Acesso a Informação foi muito
2059 clara. Eu fiz exatamente da mesma forma que estou fazendo aqui no Comitê, em
2060 dois pedidos, um pedido de dados demográfico populacional e um pedido
2061 alternativo de dados pessoais, ok? E daí eu também me apego ao Artigo 31, da
2062 Lei de Acesso à Informação que o sigilo dos dados não pode ser utilizado como
2063 escusa se o dado está sendo requerido para garantia de direitos fundamentais,
2064 para utilização com a finalidade de encampar ações e procedimentos que visem a
2065 garantia de direitos fundamentais das pessoas. Então foi muito bem explicitado no
2066 meu requerimento qual era a intenção, de que forma seria feita, e eu friso aqui,
2067 que o requerimento ele foi feito de duas formas, como fizemos agora. E aí eu peço
2068 então se alguém do mecanismo quiser se manifestar sobre isso, eu não acessei
2069 os dados via mecanismo, reitero que foi eu quem alertei o mecanismo que os
2070 dados existiam, por isso o mecanismo requereu ao DEPEN, não foi o DEPEN...
2071 Não foi do DEPEN a iniciativa de entregar os dados ao mecanismo, e encerro
2072 pedindo, qual será a providência, se o DEPEN ele entregará de pronto os dados

2073 demográficos, sob os quais eu acredito que não existe nenhuma justificativa de
2074 sigilo, quando entregaria e se a gente vai votar isso aqui. Eu requeri isso aqui a
2075 plenária, requeri ao Comitê.

2076 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ok. O Caio, com relação ao encaminhamento eu vou
2077 aguardar, esperar um pouco aqui, eu gostaria de escutar a Bárbara. Bárbara,
2078 algum dado sobre isso aí? Que que como foi citada.

2079 **Sra. Bárbara Coloniese** – Então, quando nós recebemos o pedido é da Somos,
2080 nós também pedimos um parecer para CONJUR por que nós também somos
2081 guardiões na perspectiva da relação da privacidade das pessoas e dados muito
2082 pessoais, nós ainda não tivemos uma devolutiva, embora a gente acredite que
2083 toda essa perspectiva da ação e da incidência que a Somos pretende fazer em
2084 relação a esses dados seja extremamente relevante, e, às vezes, o mecanismo
2085 não consegue, na ponta, trabalhar no nível de incidência tão direto quando a
2086 proposta da instituição da Somos. Então assim, ficamos também nesse... um
2087 pouco querendo um amparo também justamente pela perspectiva dos dados
2088 pessoais. E como temos que resguardá-los, enfim, mas até o momento já faz
2089 muito tempo que nós também solicitamos esse parecer a CONJUR e não tivemos
2090 nenhuma devolutiva ainda, acho que é até uma oportunidade pra gente reiterar
2091 isso pra ver como a gente trabalha essa perspectiva. Mas dizendo que o
2092 posicionamento do mecanismo seria favorável porque tem aí uma justificativa
2093 muito, muito realmente relevante.

2094 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito, Bárbara. Obrigado aí pelo esclarecimento. A
2095 preocupação do mecanismo ela é pertinente porque a Lei até prevê uma
2096 responsabilização pessoal, no caso da difusão de dados. Então aqui na defesa, o
2097 que se faz quando tem informações pessoais, elas são tarjadas pra evitar,
2098 realmente, essa difusão inadequada. Mas Caio, eu já adianto aqui, o Comitê vai
2099 solicitar aqui pra o DEPEN pra disponibilizar os dados demográficos,
2100 demográficos, aqui pra coordenação geral, isso como não tem nenhuma restrição,
2101 salvo engano, essa foi a minha leitura. Os demográficos nós não temos restrição.
2102 Eu vou pedir então para compartilhar com os colegas o drive como um todo, não

2103 apenas para o Somos. Então, e com relação aos demais, que contém informações
2104 pessoais, realmente eu não posso entrar na questão da difusão da informação
2105 pessoal por causa de previsão legal. E aí, alguma sugestão, Caio, com relação a
2106 isso?

2107 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Olha, Sávio, a minha sugestão é de primeiro
2108 sensibilizar os colegas do DEPEN de que atendam, ou pelo menos, respondam as
2109 solicitações que chegarem da sociedade civil, porque eu enviei e-mails que não
2110 foram respondidos. Então essa é a minha primeira sugestão. A segunda é de
2111 saber qual é o procedimento que a presidência está adotando, a presidência está
2112 fazendo isso sem consultar a plenária, vai requisitar os dados do DEPEN. É isso,
2113 Sávio?

2114 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – A ideia, Caio, a gente já... Enfim, a solicitação aqui
2115 está formalizada, vai pra Ata, vai ser degravada e aí conto com os colegas aqui
2116 para o fornecimento dos dados demográficos, demográficos para a coordenação
2117 geral, para a socialização com os demais colegas. Se tiver um...

2118 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Ok. Eu só gostaria que a Ana Livia, ela pudesse prever
2119 o prazo pra isso, até quando o DEPEN poderia entregar esses dados.

2120 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Me pareceu que não é de difícil execução não. E com
2121 relação a outra parte, a Bárbara colocou e foi feita uma consulta, com relação a
2122 restrição de informações pessoais, o mecanismo, enfim, vai apresentar alguma...
2123 Mecanismo não, a Consultoria Jurídica vai apresentar essa sistematização aí
2124 relacionada a Lei de Acesso a Informação. Ana Livia, esses dados nós
2125 conseguimos fornecer em um prazo curto? Isso está sistematizado? Qual que é a
2126 situação, por favor, dos dados demográficos?

2127 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Sim, a gente consegue, agora assim, eu gostaria de
2128 pedir um prazo de pelo menos uns sete dias, porque como o Torquato falou, eu
2129 sou a única servidora da divisão, então eu não tenho como agilizar isso pra
2130 amanhã, por exemplo, enfim, pra segunda-feira, mas talvez na próxima quinta-
2131 feira seja uma data que...

2132 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Nós temos um feriado aí, 21 de abril, no meio, não é?
2133 Podemos firmar esse prazo aí dia 27? Terça-feira que vem, se possível? Terça-
2134 feira que vem não, passando uma semana, dia 27, se possível...

2135 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Sim.

2136 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – O DEPEN apresente isso pra gente. Eu não vou
2137 expedir nenhum ofício com relação a isso, que já está na nossa degravação aqui e
2138 com a participação da coordenação, então eu acho que é desnecessário a gente
2139 expedir esse ofício.

2140 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Sávio, eu acho bem razoável, eu acho bem razoável o
2141 prazo, eu também dispense a expedição de ofício, só peço que caso,
2142 eventualmente não haja resposta por parte do DEPEN, que a gente possa...

2143 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Nos Informes. Nos Informes.

2144 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Não, que a gente possa pedir o ofício. Pedir o ofício.

2145 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Eu gostaria de fazer só uma ressalva.

2146 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Só um pouquinho, viu Ana Livia. Só um momento
2147 aqui, eu já passo o retorno aqui. Com relação a solicitações, Caio, esse é um
2148 outro procedimento falho aqui que eu vejo no CNPCT. Se a gente coordena na
2149 nossa estrutura, concentra na nossa estrutura, a gente consegue, realmente ter
2150 um histórico ali. Como a solicitação foi feita apenas pelo Somos, dentro do seu
2151 poder de petição, claro, mas como integrante do Comitê, é importante que a gente
2152 centralize essa demanda aqui, até porque é uma cobrança de forma institucional,
2153 do CNPCT. Ana Livia, por favor.

2154 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Então, só pra fazer uma ressalva, porque quando o
2155 Caio fala que a gente encaminhou um ofício ao mecanismo informando que não
2156 pode...

2157 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ana Livia, por favor, o seu áudio está...

2158 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Me ouvindo? Estão conseguindo me ouvir? Oi. Oi.

2159 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Sim. Ouvindo.

2160 **Sra. Cândida Sales** – Eu acho que foi a do Sávio que travou, na verdade.

2161 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – É o meu, é o meu, perdão.

2162 **Sra. Ana Livia (DEPEN)** – Quando o Caio fala que a gente encaminhando um ofício
2163 ao mecanismo informando que não pode ser repassado a nenhum organismo da
2164 sociedade civil, na verdade, a gente repassou os dados para o mecanismo,
2165 informando que a responsabilidade no tratamento dos dados era do mecanismo,
2166 não necessariamente que não poderia ser repassado pra nenhum organismo da
2167 sociedade civil. Então cabe ao mecanismo, a partir do momento em que está com
2168 esses dados, fazer o repasse ou não a depender de como acha viável que isso
2169 seja feito. Tanto é que o mecanismo solicitou também análise da consultoria
2170 jurídica.

2171 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito. Eu vou dar sequência agora nas inscrições,
2172 vou pedir aqui ajuda da coordenação geral...

2173 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Sávio, uma questão de ordem, por favor.

2174 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Que seria o próximo inscrito, e na sequência, já pra
2175 preparar o colega, o João pode nos falar e também já passo pra Vitória na
2176 sequência. Quem está inscrito, João, por favor.

2177 **Sr. João Lança** – A Tarsila, mas ela constou aqui que retirou. Tarsila, retirou a
2178 inscrição?

2179 **Sra. Tarsila Flores** – Eu retiro a minha inscrição e passo a palavra a Vitória,
2180 porque eu entendo que nesse momento a questão de ordem tem que ser
2181 observada. Já está sendo pedida a muito tempo.

2182 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Estava a Tarsila, estava Ezequiel e Marco. Só um
2183 momento.

2184 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Eu vou fazer a minha questão de ordem, Sávio, a
2185 questão de ordem não é uma inscrição de fala, é uma questão de ordem. Se eu
2186 quisesse inscrever fala, eu inscreveria a minha fala.

2187 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Só pra organizar aqui as falas. Eu vou passar a fala
2188 para você já na sequência, só para organizar as nossas falas aqui. Depois da
2189 Tarsila estava o Ezequiel Roque, e Marcos, seria isso Lança? E aí finaliza, não é?

2190 **Sr. João Lança** – O Marco, primeiro, depois o Ezequiel Roque e depois Frei Davi.

2191 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – O Sávio, sendo sempre submisso às regras, eu
2192 acho que a Vitória está querendo fazer a questão de ordem, eu espero ela fazer e
2193 depois eu me pronuncio. Se puder ser assim.

2194 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – Obrigada Marco. Eu agradeço.

2195 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Agradeço, viu Marco, agradeço. Passo então a fala
2196 para a colega Vitória aí, a questão de ordem, por favor.

2197 **Sra. Vitória Buzzi (CNPCT)** – É só uma observação, Sávio em relação ao nosso
2198 apreço, a nossa pauta da reunião, o item três da pauta fala... “3.1- DEPEN –
2199 Apresentação de dados sobre ações relacionadas a pandemia. 3.2 – Solicitação
2200 de dados população LGBTQIA+.” Os dados foram apresentados, a solicitação foi
2201 feita. Não estamos em uma pauta temática pra ingressar em um debate com o
2202 DEPEN, até por Mecanismo, com o DEPEN, com CNJ, (ininteligível) uma pauta
2203 temática. Assim historicamente no Comitê. Não estamos em uma pauta temática,
2204 isso aqui é uma pauta de um membro, pelo o que entendi, uma pauta que é do
2205 nosso interesse. Uma pauta que é do nosso interesse, mas não é uma pauta
2206 temática. Eu agradeço imensamente ao DEPEN por ter apresentado esses dados,
2207 e ao Caio por ter solicitado os dados que ele precisava, imagino que isso possa
2208 agora ser trocado mediante ofícios, mas eu não entendo o prolongamento de uma
2209 pauta que não é temática, daqui não sai mais nada, que nós não temos nem como
2210 fazer muito encaminhamentos aí nessa pauta de apresentação de dados. Então
2211 eu só peço observância a pauta. A pauta foi montada desse jeito, não foi eu que

2212 montei, mas agora é essa pauta que vai... Não recebemos por e-mail, mas está
2213 aqui agora no meu computador, e eu só peço observância a ela.

2214 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ok. Obrigado Vitória. Passo a palavra para o Marco.

2215 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Houve, alguém falou aí e é uma questão pontual
2216 que eu acho que afeta ao nosso trabalho, uma situação envolvendo população
2217 idosa, salvo engano em Joinville, não é? E todos sabem que eu tenho as minhas
2218 origens funcionais lá em Santa Catarina e o meu relacionamento lá com a
2219 estrutura de, inclusive do sistema prisional lá, está sendo mais estreita até por
2220 conta de um convênio que o Ministério fez com o Estado pra construir uma nova
2221 unidade socioeducativa lá na cidade de Blumenau, eu quero me colocar à
2222 disposição aqui, inclusive quem estava me ligando aqui agora era o Secretário de
2223 Administração Prisional do Estado, que eu queria saber informações a respeito
2224 dessa situação, e quero me colocar à disposição do Comitê para averiguar essa
2225 situação e cobrar também esclarecimentos sobre os procedimentos que estão
2226 sendo levados a termo lá pra vacinação da população idosa. Se o Comitê
2227 entender, inclusive, que devemos fazer uma reunião com eles, eu posso
2228 intermediar, me parece que a Governadora, em exercício está aqui hoje, também
2229 já pedir um momento pra conversar com ela e eu vou pedir esclarecimentos a
2230 esse respeito. Certo? É só nesse sentido que eu gostaria de colocar, porque foi
2231 uma coisa que foi levantada aqui, mas eu tenho como ajudar numa interlocução e,
2232 quem sabe, na resolução desse problema.

2233 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado, Marco. Pra registrar o encaminhamento
2234 anterior, pra gente não perder então, o contato da colega Ana Livia foi
2235 disponibilizado...

2236 **Sra. Andressa de França Alvarenga** – Sávio, questão de ordem, por favor.

2237 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Só concluindo aqui, Andressa já está registrada.
2238 Então, peço pra coordenação entrar em contato com a Ana Livia, sugestão de
2239 prazo aí dia 27, pra receber os dados demográficos e compartilhar com todos os
2240 colegas integrantes do pleno. Então temos a inscrição do Secretário Ezequiel, e

2241 uma questão apresentada pela Andressa. Então, por favor, Ezequiel, está nos
2242 ouvindo?

2243 **Sra. Silva Dias (APT)** – Sávio, é uma questão de ordem, aqui é Silva da APT,
2244 mas eu entendi que a Andressa é uma questão de ordem. Como já foi falado aqui
2245 pelo Marco, não é? Questão de ordem precede inscrição. Então... Obrigada.

2246 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Eu acho que as nossas prerrogativas processuais de
2247 questão de ordem, nós temos que usá-las com muita cautela até pra não furar a
2248 fila dos colegas. Por educação, não é? Então a questão de ordem é sempre uma
2249 questão pontual. Por favor, Andressa.

2250 **Sra. Andressa de França Alvarenga** – Bem, não é uma questão de pontual, eu
2251 gostaria de pontuar o pedido da Vitoria, a apresentação já foi feita, os dados já
2252 foram solicitados, nós estamos em 11h50 e não há previsão de debate, não é uma
2253 pauta de temática. Então eu gostaria de sugerir que nós avançássemos, senão
2254 nós vamos passar mais uma manhã aqui sem focar nos encaminhamentos.
2255 Obrigada.

2256 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado, Andressa. Nós temos a última inscrição que
2257 é a do Secretário Ezequiel. E como a gente garante a voz de todos os integrantes
2258 aqui do Comitê, até hoje isso foi garantido democraticamente a voz de todos, eu
2259 vou garantir a fala do colega Ezequiel. Por favor, Secretário.

2260 **Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo** – Muito obrigado, senhor presidente,
2261 obrigado pela oportunidade, apesar da questão de ordem, nós respeitamos muito,
2262 temos que ter esse direito nesse espaço democrático pra fazer nossas
2263 manifestações. Eu quero parabenizar o trabalho do DEPEN, a apresentação feita
2264 hoje, nosso amigo Torquato e toda a sua equipe, por esse trabalho excelente que
2265 foi apresentado. Mostra uma realidade que poucos conseguem ver. Sabemos
2266 também que existem situações pontuais, específicas em algumas unidades
2267 prisionais que precisam serem trabalhadas com uma forma individual, na unidade,
2268 mas eu vejo aí uma resposta no quadro da apresentação, um quadro geral, com
2269 dados oficiais, que nos deixa bem surpreendido, realmente fica bem surpreendido,

2270 bem impactado, com essas apresentações, mostrando que está sendo realizado
2271 um trabalho sério, trabalho responsável, trabalho que (ininteligível) dentro do
2272 Sistema Prisional. A preocupação é tanto com os que estão apenados, como com
2273 aqueles que estão trabalhando no sistema prisional. Muitos da gente sofreram
2274 nessa pandemia, são famílias que perderam os seus entes queridos, nós temos
2275 que lembrar também desses que estão no sistema, profissionais, pessoal do
2276 socioeducativo, precisam desse nosso olhar também, de atenção e cuidados
2277 também. Então assim, o trabalho que está sendo feito pelo DEPEN, da
2278 apresentação, temo um trabalho (ininteligível) que me deixa bem feliz com essas
2279 ações e dessas iniciativas. Então, não se pode desconsiderar o trabalho que está
2280 sendo realizado, não se pode simplesmente jogar por terra todo o esforço que
2281 está sendo feito. A pandemia vai além daquilo que a gente esperava, é uma
2282 experiência nova, todo mundo sabe disso, estamos aprendendo a trabalhar
2283 nessas condições, mas a amostra feita agora, vem de responsabilidade, trabalho
2284 responsável que está sendo feito pelo DEPEN, é muito claro esse
2285 comprometimento. Então eu agradeço muito e parabenizo o trabalho que está
2286 sendo realizado. Obrigado.

2287 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado, Secretário Ezequiel. Reforço esse registro
2288 do senhor em agradecimento ao DEPEN aí, sobre a apresentação desses dados e
2289 a coordenação temática de todos, porque o Torquato ele... Fazer um
2290 agradecimento especial aqui a coordenação temática dos colegas aí que
2291 apresentaram, o Jairo, Ana Livia e o Carlos que vai ficar pra uma próxima
2292 oportunidade, espero que ele esteja bem, viu Torquato, depois me avise aí sobre
2293 esse desdobramento. Enfim, esse é o primeiro diálogo com o DEPEN, diálogo
2294 aqui no âmbito do CNPCT. Eu tenho certeza que novas pautas viram com
2295 desdobramentos pra gente focar, realmente, no objetivo do CNPCT. O Marco
2296 trouxe a informação aqui que conversou com o Secretário de Joinville, enfim, não
2297 sei se foi do Estado lá de Santa Catarina, eu vou pedir, Marco, pra gente depois
2298 trazer essa informação sobre... Algum dado aí sobre a vacinação que estava
2299 interrompida lá da faixa etária, prevista, enfim, do Plano Nacional, Joinville não
2300 estava seguindo a vacinação com relação ao cronograma. É isso mesmo Marco?

2301 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Se eu puder esclarecer aqui...

2302 **Sra. Isabel** – Oh Sávio, desculpa gente. Uma questão de ordem, a gente precisa
2303 fechar esse ponto, foram respeitadas tantas inscrições, até questão de ordem da
2304 Vitória, Ezequiel, Marco, Caio, todos falaram, e agora assim...

2305 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Sim. Não é importante falar sobre a vacinação
2306 dos presos lá?

2307 **Sra. Isabel** – Não, não se trata disso, se é importante ou não, a gente pode deixar
2308 pra um outro momento.

2309 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Mas se vocês não têm interesse em saber, eu
2310 até me abstenho de falar. Já que não há interesse.

2311 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Por favor, considerando a fala da Isabel, nós vamos
2312 fechar, mas Marco, por favor...

2313 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Não, mas eu me inscrevi, eu me inscrevi. Eu me
2314 inscrevi pra falar.

2315 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – É importante, você como membro do Comitê, assim
2316 tem esse direito a voz aí e é importante a gente registrar isso na nossa Ata da
2317 reunião. Isso vai ser degravado, por favor, Marco.

2318 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Bom, obrigado, Presidente. Eu como disse, no
2319 momento em que estava falando o meu telefone tocou, depois eu resolvi ligar,
2320 retornei à ligação para o nosso Secretário de Administração Prisional, adjunto lá
2321 de Santa Catarina, no Estado, ele relatou que o problema que estava acontecendo
2322 e não é só em Joinville, estava acontecendo em outros municípios, havia uma
2323 resistência de alguns municípios, de alguns prefeitos, secretários de saúde
2324 municipais em proceder a entrega de vacinas para a população prisional. Mas
2325 houve uma intervenção do próprio juiz corregedor lá da Comarca de Joinville e
2326 também da própria Secretaria de Administração Prisional, e me parece que o
2327 problema já está sendo equalizado em Joinville, não me relatou outros municípios,

2328 só de maneira genérica. E hoje à tarde ele vai me ligar e vai me mandar dados
2329 específicos de como que está essa situação, se já foi normalizado. Certo? Então,
2330 o Governo do Estado de Santa Catarina está (ininteligível) esforços pra essas
2331 tratativas junto aos municípios, e também me parece que há uma atuação
2332 diligente aí dos Juízes das execuções e corregedores pra que os municípios
2333 também observem a necessidade de atender o público idoso dentro da faixa etária
2334 prevista pra vacinação do público geral, o público idoso que está na situação de
2335 privação de liberdade. Então a tarde teria essas informações e depois posso
2336 compartilhar com os colegas do Comitê.

2337 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado Marco por esse registro. Essa informação
2338 saiu essa semana, um órgão de imprensa local levantou isso aí, e obrigado pelo
2339 registro em Ata dessa informação. Passamos pro item 4.1, informações sobre o
2340 orçamento e suporte administrativo do mecanismo. Eu vou pedir pra Coordenação
2341 Geral tratar sobre o item. Por favor.

2342 **Sr. João Lança** – Presidente, depois que foi demandado isso em reunião, eu tive
2343 um despacho com os superiores da pasta e com relação aos recursos humanos,
2344 ainda está em avaliação, não há uma previsão, tendo em vista que tem que ser
2345 levado uma proposta de remanejamento a Secretaria Executiva. Com relação ao
2346 orçamento de passagens, a situação ali, é uma situação até pública de que o
2347 orçamento ainda não foi aprovado. O presidente tem até o dia 22/04 para
2348 sancionar a Lei do orçamento esse ano, e devido aos contingenciamentos
2349 orçamentários, o fluxo de demanda por divisão de orçamento daquilo que tem sido
2350 enviado está muito grande. Houve uma conversa com o MPCT sobre isso,
2351 explicando, sobre a necessidade de suspender o mês de março para que não haja
2352 comprometimento de cancelamentos, porque se marca, cancela, devido ao fluxo
2353 de requerer viabilidade orçamentária com relação a 1/12 avos, 1/18 avos aí que
2354 eles têm enviado. Aí contingenciamento financeiro está grande para os
2355 Ministérios. Eu colhi aqui informações que os peritos, o MPCT realizaram viagens,
2356 os peritos realizaram viagem esse ano, pelas informações aqui, eu até peço ajuda
2357 aos colegas peritos, uma vez que a planilha que eu recebi aqui é uma planilha que

2358 ela está com várias viagens, por causa do trâmite deles mesmo, e eu mapei aqui
2359 aonde que eu entendi que seriam as inspeções. Aracaju, Vitória, Maceió e
2360 Salvador. Ou seja, mapeei aqui quatro movimentações dos peritos esse ano,
2361 mesmo com esse contingenciamento e sem o orçamento aprovado. Então nós
2362 estamos envidando esforços para cooperar com essa situação. Essas foram as
2363 informações que eu levantei.

2364 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Bom, obrigado. Lembrando a todos aí que essa pauta
2365 surgiu na reunião... O seu áudio está aberto aí, fecha, por favor, que eu acho que
2366 está dando interferência. Obrigado. Lembrando a todos, esse assunto surgiu na
2367 reunião extraordinária e aí nós pedimos aos colegas da parte administrativa que
2368 pudesse levantar isso internamente. A Bárbara, se puder me confirmar, o
2369 mecanismo, como Coordenadora do Mecanismo. Peritos do mecanismo fizeram
2370 essas quatro viagens do início do ano pra cá, Aracajú, Vitória, Maceió e Salvador.
2371 É isso mesmo, Bárbara, ou tem algum ponto a acrescentar?

2372 **Sra. Bárbara Coloniese** – Nós também fizemos a viagem pra Florianópolis, mas
2373 eu acho que tem uma coisa importante de ser lembrada, de que já tinha sido
2374 acordado com o anterior secretário nacional, que era o Doutor Alexandre Magno,
2375 assim como com o Chefe de Gabinete, doutor Marcelo, já tinha sido garantida que
2376 essa inspeção, ainda que sem orçamento, com ajustes internos e toda essa
2377 situação, que seria garantido. Por isso a gente apresentou esse calendário que
2378 finalizava no mês de março, no entanto, no meio, com a troca de secretários,
2379 enfim, isso se perdeu. E assim, importante registrar que a gente fez todas essas
2380 viagens recebendo as diárias muito tempo depois, o que quase inviabilizou essa
2381 questão. Mas assim, é importante dizer que esse ano não tem orçamento e não foi
2382 algo mágico que surgiu, foi do ano passado que foi acordado, foi um compromisso
2383 do Ministério do ano passado que não se cumpriu até março desse ano. E assim,
2384 eu gostaria que a gente, só pra fechar, que a gente pudesse fazer um
2385 acompanhamento, enquanto Comitê, aquele GT que eu sugeri, sobre essa
2386 questão, porque, inclusive a Secretária Nacional, a doutora Mariana Neres falou
2387 inclusive da nossa vacinação, pra que a gente fique no mesmo patamar dos

2388 servidores de segurança pública pra que, prontamente, a gente também retome as
2389 inspeções devidamente vacinados. Eu acho que deveria sair algum documento
2390 daqui e assim, por último dizer que eu acho que importante dizer que esse Comitê
2391 Nacional entenda de que as inspeções são algo essencial, porque o que eu tenho
2392 ouvido é: “Mas no caos da pandemia, fazer inspeção não é essencial.” Eu acho
2393 que a gente tem que lembrar que não estão acontecendo, ou estão acontecendo
2394 em delegacias, ou de maneira virtual, não temos órgãos fiscalizadores na ponta
2395 fazendo inspeções e tudo que nós vemos nesse momento de pandemia foi
2396 extremamente relevante e violador. Então, se isso não é prioridade, fazer inspeção
2397 não é uma das prioridades do Ministério da mulher, família e direitos humanos, eu
2398 acho que a gente precisa desse ponto de reflexão e do apoio do Comitê Nacional,
2399 nesse sentido. Talvez emitindo algum documento dizendo que sim, que é
2400 prioridade nesse momento. Obrigada.

2401 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado, Bárbara. Com relação a vacinação eu
2402 entendo, claro, vou até compartilhar com os colegas aqui, como prioritária porque
2403 vocês exercem uma função que não tem pra onde correr, vocês vão, realmente ter
2404 o contato e não pode, inclusive, colocar em risco a vida das pessoas que, enfim,
2405 estão cauteladas pelo Estado, não é? Então eu sugiro que esse encaminhamento,
2406 você citou com relação a mesma categoria do servidor de segurança pública, que
2407 entraria na categoria de servidor de segurança pública. Então já coloco essa
2408 sugestão como encaminhamento do CNPCT, mandando pra, enfim, para o
2409 Gabinete para as providências, enfim, as tratativas e providências relacionadas a
2410 eventual formalização de imunização dos peritos do mecanismo para não
2411 inviabilizar a atividade fim do mecanismo. Isso é uma sugestão, eu não sei se
2412 alguém tem alguma, enfim, ponderação contrária a isso, porque se não tiver nós
2413 vamos mandar isso como encaminhamento e solicitação de prioridade.

2414 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Não, eu só quero dizer que quando chegar esse
2415 documento aqui, e que isso venha de maneira rápida, eu mesmo me disponho a
2416 fazer frente à Secretaria de Saúde aqui do DF, pra ver como é que a gente
2417 operacionaliza isso da maneira mais rápida possível, está bem? Eu vou buscar

2418 fazer essa interlocução, e já me coloco a disposição pra gente correr atrás disso o
2419 quanto antes.

2420 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ok. João Lança, como seria esse encaminhamento?
2421 Seria um ofício lá para o Gabinete da Ministra, sobre esse entendimento do pleno
2422 da necessidade dos peritos do mecanismo entrar no grupo prioritário para não
2423 inviabilizar a atuação final do mecanismo que é a inspeção nos locais de privação
2424 de liberdade. Como poderíamos formalizar isso? Um ofício para o gabinete da
2425 Ministra?

2426 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Eu sugiro que seja uma recomendação do
2427 colegiado do gabinete.

2428 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Uma recomendação?

2429 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – É. Sugiro. Eu não sei se os colegas aí
2430 concordam, mas eu sugeriria uma recomendação do colegiado, está bem? Faço
2431 essa proposta, inclusive, pra gente tratar desse assunto aí, se todos concordarem,
2432 pensar um texto, minutar uma recomendação e aqui a gente já vai encaminhar
2433 isso o quanto isso.

2434 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Essa recomendação tem que ser muito simples, direta
2435 talvez até, enfim, até um artigo aí, se possível. Agora, não sei se equalizar se
2436 equalizar com os representantes da segurança pública aí se seria o caso.

2437 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Mas são doses ínfimas, gente, estamos falando
2438 de 11 doses aí. É ínfimo isso aí, vai atrapalhar a vacinação de ninguém não. Isso
2439 aí é coisa ridícula pra gente discutir.

2440 **Sra. Tarsila Flores** – Só um adendo. Só um adendo, se me permite, o Mecanismo
2441 Nacional de Prevenção e Combate a Tortura já oficiou esse pedido justamente pra
2442 garantir a manutenção da nossa atividade fim, e a gente também faz aqui a
2443 ressalva de que seja estendido isso a todos os peritos e peritas dos outros
2444 mecanismos, além do nacional, os estaduais também. Porque é necessário que
2445 também se garanta a eles e elas, esse mesmo direito devido também a ação

2446 precípua dos mecanismos estaduais. E importa dizer também, que essas
2447 atividades que a gente teve esse ano, foram com relação ao orçamento do ano
2448 passado que a gente negociou e houve toda uma tratativa da Secretaria Nacional
2449 de Proteção Global pra que a gente tivesse esse recurso remanescente e já
2450 utilizado também pra essas ações. E a garantia da continuidade dessas
2451 inspeções. Então a gente, realmente, aguarda que isso seja resolvido com
2452 brevidade. Obrigada.

2453 **Sra. Adriana Raquel (MNPCT)** – Sávio, se me permite, só pra complementar a
2454 Tarsila.

2455 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Está bem. Por favor.

2456 **Sra. Adriana Raquel (MNPCT)** – A gente precisa fazer isso associado com os
2457 servidores do sistema sócio educativo e prisional, isso está na nossa
2458 recomendação e está nos pedidos que nós tínhamos feito pra o Ministério da
2459 Saúde e para os Governos dos Estados, porque o CNJ esse ano, acabou de dizer,
2460 foram 787% de profissionais do socioeducativo que vieram a óbito e o aumento de
2461 190% no sistema prisional. Então, pra gente é fundamental entrar imunizado, mas
2462 é fundamental que os servidores dessas instituições também estejam imunizados.
2463 Então, pra nós, não contempla só a vacinação e imunização da equipe de peritos,
2464 mas dos profissionais que atuam nesse sistema. Era isso.

2465 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado, Adriana. Nós estamos tratando de dois
2466 assuntos aqui, a gente precisa dividir até pra dar o encaminhamento, senão,
2467 realmente nós vamos atropelar aqui...

2468 **Sra. Adriana Raquel (MNPCT)** – Mas é que nós, Sávio, a gente não tratou
2469 separado. É isso que eu estou tentando dizer, é que nós não tratamos separados.
2470 Quando nós fizemos o pedido e as recomendações para o Ministério da Saúde, os
2471 Governos dos Estados, já foi associando nós não somos prioridades sozinhos, nós
2472 somos prioridades assim como os servidores que atuam nesses espaços também
2473 são prioridade. Isso, inclusive, está na resolução do Conselho Nacional de Política
2474 Criminal Penitenciária, e a gente fez referência, inclusive, a essa resolução do

2475 Conselho Nacional, que eles entrassem como prioridade, e nós entramos com
2476 eles.

2477 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Não, perfeito, Adriana. A minha ponderação não é com
2478 relação a sua fala não, a minha ponderação é que nós estamos tratando de dois
2479 assuntos aqui, nós estamos tratando questão de orçamento do mecanismo, e nós
2480 estamos tratando a questão de imunização, então eu vou pedir só pra gente
2481 separar aqui só pra poder dar o encaminhamento adequado. Sobre a imunização,
2482 ao meu ver, o mecanismo deveria entrar junto com os agentes penitenciários,
2483 porque o mecanismo também tem a mesma função ali de contato direto com as
2484 pessoas privadas de liberdade, não é? Então, eu não sei qual é a situação de
2485 imunização dos agentes penitenciários, mas poderíamos parametrizar nesse
2486 sentido. É porque a Bárbara citou segurança pública geral, eu acho que ainda é
2487 mais específico, são pessoas que tem contato direto com as pessoas privadas de
2488 liberdade. E aí o DEPEN, talvez até possa trazer esse dado se todos os agentes
2489 penitenciários já foram imunizados, enfim, queríamos a fazer um requerimento a
2490 posterior aqui do mecanismo pra igualar a questão dos agentes penitenciários.

2491 **Sr. Cristiano Torquato (DEPEN)** – Sávio, a gente não vai ter essa informação de
2492 pronto porque cada estado tem uma política diferente, a gente tem monitorado
2493 isso e a maior parte dos estados começou a vacinação. Só que tem que lembrar
2494 que são duas doses, não é? O efeito ele é na segunda dose, 15 da Coronavac, e
2495 15 dias depois essa situação. Então é importantíssimo que tenha a imunização,
2496 que eu fiz uma fala, até quero complementar uma coisa, foram sete vezes menos
2497 morte no sistema penitenciário, não que é melhor no sistema penitenciário do que
2498 a sociedade livre, mas vamos estar sempre aberto pra conversar com todo mundo,
2499 porque o objetivo é comum. E nesse quesito imunização, é fundamental que o
2500 servidor penitenciário seja imunizado, porque ele morre muito mais do que preso.
2501 O número de servidores penitenciários que tem morrido, ele é igual ao número de
2502 preso, só que o Brasil tem 100 mil servidores penitenciários e 750 mil presos.
2503 Então o servidor penitenciário morre na média da população nacional, e o preso
2504 morre sete vezes menos do que a média da população nacional. Agora, realmente

2505 te falo, a gente não tem esse dado. O que eu posso te dizer é que começaram as
2506 vacinações em praticamente todos os estados, isso a gente tem essa informação,
2507 dos agentes. Agora teria que fazer uma pesquisa em pontos focais pra gente
2508 conseguir ter esse dado.

2509 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Realmente esses dados estaduais eu vejo a
2510 dificuldade de obtenção inclusive, com relação aos dados estaduais. Mas eu
2511 pergunto com relação ao sistema federal, porque o nosso mecanismo, pela
2512 atuação federal, nacional, eu acho que poderíamos equipará-los aos nossos
2513 federais aqui, que atuam no sistema penitenciário federal, se todos já foram
2514 imunizados. Eu pergunto, porque acho que esse é o nosso argumento, inclusive
2515 pra colocar nessa solicitação.

2516 **Sr. Cristiano Torquato (DEPEN)** – Essa informação eu tenho. O sistema federal
2517 ele começou a primeira dose da vacinação e hoje está mais ou menos numa faixa
2518 assim de 30% vacinada da primeira dose pela faixa etária, entre os mais velhos e
2519 os mais novos. Então até quem tem acima de 45 anos já foi imunizado a primeira
2520 dose. Então no sistema federal.

2521 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito. Perfeito. Eu acho que é isso. Algum dos
2522 colegas, nós podemos parametrizar assim, então usando como exemplo o sistema
2523 federal e o mecanismo nacional de prevenção e combate a tortura? Equipará-los
2524 com a questão do sistema federal, pode ser? Encaminhamento nesse sentido?
2525 Marco, atende?

2526 **Sr. João Lança** – Sávio.

2527 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Por favor. João Lança.

2528 **Sr. João Lança** – Nós temos uma inscrição que não foi mencionada, do
2529 Secretário Eduardo da CNPG, talvez tenha alguma contribuição sobre isso.

2530 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Já passo a palavra para o Secretário, para o Secretário
2531 tratar sobre esse assunto aí. Alguma, então, observação com relação a essa

2532 questão da parametrização aqui pra gente formalizar esse pedido do mecanismo?
2533 Perfeito, então, passo a palavra para o Secretário Eduardo.

2534 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Nós podemos mencionar esse ofício que a
2535 Tarsila citou aí, já está inclusive como reforço, não é? Mencionar que já foi
2536 solicitado e a gente reforçar nessa recomendação, citar, inclusive, que já houve
2537 esse esforço do Comitê oficiando o DF e os Estados, pra gente poder ter, talvez,
2538 ter um pouco de mais força essa nossa cobrança.

2539 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito. Tarsila, você pode disponibilizar pra
2540 coordenação geral esse texto que foi demandado pelo mecanismo para ser citado
2541 no documento que vai sair do CNPCT desse ofício? Do CNPCT do gabinete? Eu
2542 posso até assinar esse documento até pra evitar, como vai para o gabinete, eu
2543 assino, e aí pra evitar, enfim, essa... Tarsila, é possível fornecer esse documento?

2544 **Sra. Bárbara Coloniese** – Eu acho que a Tarsila teve que sair porque ela mandou
2545 uma mensagem aqui pra mim, mas pode deixar que a gente encaminha sim.

2546 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito. E aí peço pra coordenação geral então
2547 elaborar esse texto que eu assumo o compromisso aqui de assinar. Lembrando
2548 que nós particularizamos a questão do mecanismo nacional, a questão dos
2549 estados eu acho que a gente poderia mandar como uma recomendação, porque
2550 nós temos o pacto federativo aí, se a gente atropela isso, a gente começa a ter um
2551 conflito ali. Eu acho que como recomendação, inclusive, citando o que foi feito no
2552 âmbito federal dessa solicitação de prioridade. Essa é a minha sugestão de texto.
2553 Como nós não podemos, não é possível agora a gente trabalhar nesse texto aí, eu
2554 coloco essas balizas aí para os colegas da administração administrativa. Passo a
2555 palavra para o Secretário Eduardo Melo.

2556 **Sr. Eduardo Melo (MNFDH)** – Obrigado Sávio. Obrigado a todos. Rapidamente,
2557 eram três coisas que eu ia falar, mas uma já está contemplado aí pelo Marco,
2558 sobre essa questão do... E a Bárbara também já se prontificou a passar essas
2559 informações. Nesse aspecto eu queria só esclarecer a passagem aí, efetivamente
2560 da secretaria nacional de proteção global dos antigos secretários para os atuais,

2561 no caso aí o Alexandre Magno e a Maíra e agora a Mariana Neres, pra mim, é que
2562 não se esperava, naquela ocasião, a demora da aprovação do orçamento por
2563 parte do Congresso Nacional. É algo que infligia as nossas questões, a nossa
2564 circunstância, mas efetivamente toda a garantia dessas questões, do trabalho do
2565 mecanismo é algo que nos aflige também, pra que isso possa avançar. Se eu não
2566 me engano, eu acho que o Ribamar e a Bárbara tiveram uma reunião já com a
2567 Secretária Mariana, mas realmente a gente não esperava tanto tempo assim de
2568 atraso em relação a aprovação do orçamento, e obviamente que o mecanismo
2569 parte, uma parte do orçamento que nós também temos que dar conta por
2570 competência da própria secretaria. E efetivamente a gente tem buscado também
2571 uma reorganização dos fluxos internos pra poder, o mais rápido possível atender
2572 aí essas pautas e essas demandas tão importantes, principalmente aí no que a
2573 Bárbara colocou em relação ao Acre que é uma situação bem complicada, e que a
2574 gente precisa tomar decisões rápidas aí a contento. Essa é uma pauta do Comitê
2575 que precisa ser ainda mais relevada, pra que a gente possa tomar ações aí.
2576 Aproveitando que está aqui a presença do DEPEN, Doutor Torquato. Então é só
2577 manifestar isso nessa condição. Nós, circunstancialmente não esperávamos uma
2578 demora tão acentuada na aprovação do orçamento nesse ano. A gente entende
2579 que houve toda essa questão que ninguém esperava dessa pandemia, que ela
2580 realmente possa terminar o mais rápido possível pra gente voltar e reestabelecer
2581 os nossos fluxos normais aí de trabalho e de fiscalização dessa pauta tão
2582 importante. Então eu queria agradecer aí ao presidente essa oportunidade de
2583 falar, e reforçar que os nossos esforços, cada vez mais de atender aí ao
2584 mecanismo. Obrigado, presidente.

2585 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado ao Secretário Eduardo Melo, a Bárbara
2586 colocou que foram cinco locais, Aracajú, Vitória, Maceió, Salvador e Florianópolis,
2587 que foi a gestão atual atendeu o mesmo acordo que foi feito na gestão anterior,
2588 cumpriu esse acordo, desses locais. Teve algum local, Bárbara, demandado que
2589 não foi possível ser atendido em decorrência do orçamento, conforme foi citado
2590 aqui, o prazo é até dia 22, pra fechar a questão orçamentária. Isso é um problema

2591 concreto, factual, está aí, mas pergunto para o mecanismo se teve alguma
2592 questão que não pode ser atendida em decorrência do orçamento.

2593 **Sra. Bárbara Coloniese** – Inclusive, Sávio, primeiro respondendo objetivamente,
2594 seis estados ainda não foram visitados, porque eram 11 estados, 11 ou 13, 11
2595 estados no total, então houveram seis estados interrompidos. E na verdade, nós
2596 só conseguimos ir, porque na gestão passada eles emitiram as passagens, essas
2597 passagens elas foram emitidas em 2020. Aí houve todo um problema com diárias
2598 que só podiam ser autorizadas em 2021 e eu fiquei implorando, porque não tem
2599 outra palavra, pra que a gente conseguisse não perder, inclusive o aéreo, e
2600 pudesse ter essas diárias. Então assim, ficou metade da missão, basicamente. E
2601 só pra fazer uma observação que eu acho que é superimportante. O mecanismo
2602 não está pedindo prioridade de vacinação. Está pedindo para ser incluído no
2603 grupo prioritário, na perspectiva da segurança pública. Então que a gente some
2604 com eles, Adriana cita aqui uma Resolução número 14 do Comitê Nacional, e que
2605 a gente olhe para os servidores de forma geral, porque, realmente tem o aumento
2606 de mortes extremamente preocupante dos servidores do sistema de privação de
2607 liberdade. Só pra deixar o registro.

2608 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito. Se for pra te tranquilizar, a defesa tem uma
2609 certa organização, e eu já passei situações de viajar uma semana sem, realmente
2610 ter diárias. Isso é um problema da administração pública, enfim, N questões
2611 burocráticas, e procedimentais, então compartilho com você que não é uma
2612 exclusividade aí do Ministério. Isso faz parte, não é o ideal, mas enfim, a gente
2613 que faz essa questão, faz por amor, é lógico que essa questão financeira acaba
2614 pesando. Mas então, o planejamento do mecanismo nós temos que buscar pra
2615 evitar que seja prejudicado. Você registrou que cinco locais foram feitos com o
2616 planejo anterior e tem um planejamento desse ano, não é? Me parece que até
2617 Acre é uma prioridade aí. Tem alguma previsão pra Acre, pra essa atividade no
2618 Acre?

2619 **Sra. Bárbara Coloniese** – Então, inclusive nós tínhamos um planejamento que já
2620 foi desmontado e a gente precisa saber do orçamento justamente pra
2621 redimensionar.

2622 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Dia 22 é o prazo pra fechar. Semana que vem, aqui
2623 pelo o que eu vejo aqui... Semana que vem, exatamente, quinta-feira, pelo o que
2624 eu vejo aqui é o último dia pra finalizar a questão do orçamento. O secretário já
2625 até explicou aqui a questão do Congresso, o atraso, enfim, então, mas existe um
2626 novo planejamento agora e Acre estaria na prioridade?

2627 **Sra. Bárbara Coloniese** – O Acre precisa, nós precisamos lançar o relatório lá e
2628 dialogar com as autoridades, inclusive reforçar as ações em relação a
2629 implementação do Comitê Estadual que está com bastante dificuldade de ser
2630 implementado, e também do mecanismo. Enfim, mas só pra dizer que sim, ele
2631 está no nosso radar também como uma das prioridades, mas a gente precisa
2632 urgente ter uma noção de quando esse orçamento vai ser disponibilizado, pra
2633 gente, efetivamente, ter datas categóricas de retorno das atividades.

2634 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Secretário, aproveitando aqui a sua presença como
2635 membro, na verdade e acumulando a função de Secretário. Então, com esse
2636 prazo dia 22, quando o Ministério teria alguma leitura de aprovação desse
2637 planejamento, o mecanismo, talvez, enfim, considerando esse prazo do dia 22? O
2638 orçamento não é a minha área aqui, então eu estou tentando obtenção de dados.

2639 **Sr. Eduardo Melo (MNFDH)** – Uma vez essa análise sendo feita já a publicação
2640 da Lei, e aí a gente analisando o que veio pra gente em termos de recursos, em
2641 determinados... Cada recurso tem, vamos dizer uma caixinha de gastos, em
2642 termos de créditos, imediatamente a gente já pode... E aí, até Bárbara, eu vou
2643 falar em nome a Secretária Mariana, que cuida mais dessa parte do que eu, a
2644 gente já, se for possível já... Aprovação disso que a gente tem aí esse
2645 balanceamento feito, a gente já sentar e já tentar organizar. Ainda que não seja
2646 um planejamento completo, mas aquele que esteja na sua prioridade, haja

2647 entendimento como você falou do Acre, e a gente já acelerar essas medidas. Se
2648 isso lhe parece bem, Bárbara.

2649 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito, então. Agradeço aí os esclarecimentos aí,
2650 vamos aguardar esse desfecho aí na próxima semana aí pra executar essas
2651 ações dentro do mecanismo que é o coração do Sistema Nacional de Prevenção e
2652 Combate a Tortura. Peço pra coordenação geral me ajudar aí no próximo ponto de
2653 pauta.

2654 **Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo** – Sávio, só pra deixar informado pra
2655 Bárbara...

2656 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Por favor, Secretário Ezequiel, pra registro na Ata, por
2657 favor.

2658 **Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo** – Está ok. Desculpa aí. Só uma colocação
2659 rápida, não há uma situação de perseguição, de forma nenhuma, mas assim, nós
2660 estamos em um período realmente bem complicado e eu, como Secretário
2661 Nacional, tenho viajado várias vezes sem diárias. A última viagem que eu fiz, a
2662 passada, não consegui receber diárias. Está havendo um problema muito sério em
2663 relação a questão orçamentária que está dificultando, realmente. Então afeta tudo.
2664 Então assim, eu, como Secretário Nacional, tenho tido essa dificuldade para
2665 recebimento de diárias e as viagens que eu estou programando, eu estou
2666 custeando com o meu salário, para poder aguardar quando for possível,
2667 realmente, a liberação dessas diárias. Então, é algo assim, realmente atípico, que
2668 foge ao nosso controle muitas vezes, e que eu vejo, há uma vontade, uma
2669 intenção boa por parte do Ministério em tentar resolver esse problema, e extrapola
2670 as nossas competências, mas está feito todo um esforço pra que seja garantido,
2671 assim essa questão das diárias e esses compromissos e esse planejamento.
2672 Então, só pra deixar claro que isso daí afeta a todos, não importa... Não é de
2673 forma nenhuma de perseguição ou problema de planejamento também. Muito
2674 obrigado, Sávio.

2675 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado Secretário Ezequiel. Até me tranquiliza a
2676 presença aqui dos dois colegas, do Secretário Ezequiel e do Secretário Eduardo,
2677 como integrantes do Pleno porque eu sei que o nosso assunto acaba encurtando
2678 espaço e facilitando o desdobramento interno. Então eu agradeço a manifestação
2679 dos dois. Dando sequência na pauta, solicito a coordenação geral para a defesa
2680 do próximo ponto. Por favor, João Lança.

2681 **Sr. João Lança** – Presidente, o ponto 4.2 foi vencido? “Minuta de recomendação
2682 ao MMFDH.”? Tratou-se de uma minuta enviada...

2683 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Por favor, eu acho que essa aqui foi um ponto que foi
2684 pedido pela, salvo engano, pela Conectas, não sei se o Henrique ou a Daniela
2685 está presente aí poderia tratar um pouco sobre esse ponto aí. Foi um pedido de
2686 inclusão dos colegas, da mesa diretora. O seu som está fazendo um eco aqui, viu
2687 João? Por favor.

2688 **Sr. João Lança** – Perdão. É porque eu tive que ir para o celular. Perdão.

2689 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Peço aos colegas aí da Sociedade Civil que pediram a
2690 inclusão do ponto aí, Henrique ou Daniela, possam relatar essa questão pra gente,
2691 por favor.

2692 **Sr. João Lança** – Me recordo aqui que essa minuta de recomendação, talvez
2693 tenha sido enviada pela Somos.

2694 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Caio, pode fazer as vezes aí? Eu acho que os colegas
2695 não estão conectados. João, realmente eu acho que é o seu áudio que está dando
2696 uma microfonia, se puder desligar quanto estiver... Aí, Caio, tem condições aí de
2697 nos ajudar nesse relato?

2698 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Sávio, o que eu enviei foi o que foi requerido por ti no
2699 final da nossa última reunião extraordinária. Então eu minutei apenas ali os pontos
2700 da recomendação que foram requeridos a mim, foi enviado por e-mail, então eu
2701 imagino que aqui o procedimento seja votar a minuta. Aí fica ao teu critério. Eu
2702 incluí aqueles pedidos que tinham sido feitos aqui pelo colegiado que são de que o

2703 Ministério da mulher restitui os recursos humanos disponíveis, que o pessoal a
2704 disposição do mecanismo deverá constituir minimamente em X pessoas, esse X
2705 tem que ser pela plenária, sento tanto pelo apoio técnico e tanto pelo apoio
2706 administrativo. A outra recomendação é de disponibilização imediata das diárias e
2707 passagens, a gente já debateu isso agora, eu acho que a gente não deve voltar a
2708 debater isso, e que o Ministério também tem esforços para a garantia imediata
2709 para a garantia de imunização dos peritos. São os pontos que surgiram do
2710 discursão da reunião passada. A gente não tem que perder tempo pra discutir de
2711 novo. Então a minha sugestão é que ou se vote a minuta imediatamente, que a
2712 minuta já foi disponibilizada...

2713 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Caio, só me esclareça, imediata o quê dos
2714 peritos, que cortou...

2715 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Imunização. Então que a gente vote o texto ou passe
2716 esse texto para apreciação posterior. Mas eu estou só querendo enfatizar que a
2717 ideia é que não é entrar novamente no discursão de ponto por ponto. Isso aqui já
2718 foi discutido na última reunião, eu só reduzi a termo, como foi pedido e enviei para
2719 o e-mail.

2720 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Obrigado Caio. Compartilhar essa...

2721 **Sra. Cândida Sales** – Eu não sei se tem alguém inscrito, se não tiver, eu queria
2722 me inscrever, por favor.

2723 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – A Cândida, então, na sequência. Caio, obrigado por
2724 lembrar aí esse último encaminhamento. Me parece que esse ponto é um
2725 desdobramento do ponto anterior, viu Caio? O suporte administrativo do
2726 mecanismo, seriam aquelas balizas mínimas que o Comitê entende de um apoio
2727 administrativo ali para o mecanismo, seria isso, não é?

2728 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Sim. É todo o assunto já resolvido na reunião anterior,
2729 e como não foi votado na reunião passada porque a presidência não colocou em
2730 votação, me pediram que eu reduzisse isso a termo e mandasse por forma de

2731 recomendação. Foi o que eu fiz. Então ou a gente vota a recomendação ou sugiro
2732 que a gente não fique discutindo isso novamente.

2733 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Exato. Na verdade, não foi colocado pra votação,
2734 porque como a reunião era a próxima extraordinária e ordinária, foi solicitado uma
2735 informação interna. E aí pra ser apreciada agora de acordo com a devolutiva da
2736 Secretaria, apreciar essa questão agora nessa reunião. Só que me parece que
2737 essa resolução...

2738 **Sr. Eduardo Melo (MNFHDH)** – Presidente.

2739 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Já passo, secretário a palavra, porque até pela
2740 pertinência temática, muito importante essa fala aí da secretaria que tem
2741 realmente esses dados aí. Mas me parece, Caio, pela sua leitura aí, que outros
2742 pontos foram incluídos na Resolução, não só a questão do suporte administrativo
2743 mínimo do mecanismo. É isso mesmo? Eu vi alguns artigos ali distintos.

2744 **Sr. Caio Klein (SOMOS)** – Sim, Sávio, eu incluí todos os encaminhamentos que
2745 surgiram a partir da pauta que chamava “Estruturação administrativa do
2746 Mecanismo.”. Então são três itens na minuta que eu enviei, são itens...

2747 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Você falou em vacinação, apoio mínimo sem o
2748 número, o X, e o que mais? Qual que é o terceiro item?

2749 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – É pessoal, RH, diárias e passagens e vacinação. Essa
2750 foram as três discussões que surgiram no ponto referente a estruturação
2751 administrativa do mecanismo. São três pautas que dizem respeito a possibilidade
2752 do mecanismo trabalhar. Foi isso que eu reduzi ali a termo, naqueles três artigos
2753 simples e enviei por e-mail, como me foi solicitado.

2754 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Tá. Perfeito. Eu vou pedir para o João Lança preparar
2755 pra expor isso aí. Eu vou passar a palavra agora... Não expõe ainda não, viu
2756 João? Aguarde um pouquinho aí, eu vou passar a palavra pra Cândida, que
2757 solicitou e na sequência, Eduardo Melo, o Secretário. Por favor.

2758 **Sra. Cândida Sales** – A minha fala vai ao encontro do que Ezequiel está
2759 colocando aqui no chat, porque eu estava vendo a hora e nem me toquei da hora,
2760 a gente realmente passou muito tempo aí na pauta apresentada pelo DEPEN e tal,
2761 e aí são meio dia e trinta e três, e aí como ainda tem esses discursões para serem
2762 feitas e tudo mais, eu acho que a gente poderia, já que a gente tem um segundo
2763 dia de reunião, que a gente poderia continuar as discursões amanhã. Em respeito
2764 a todo mundo e também porque eu estou com um pouco de fome, não vou mentir.
2765 E aí eu acho que na gente podia continuar amanhã esse debate.

2766 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito, Cândida. Eu já registro até minha
2767 concordância sim. A gente tem que buscar seguir esse horário aí. Amanhã nós
2768 temos aí mais três horas e meia, quatro horas, enfim, pra tratar desses pontos.
2769 Passo a palavra para o Secretário Eduardo Melo.

2770 **Sr. Eduardo Melo (MNFDH)** – Era só esse ponto mesmo, eu queria comunicar
2771 que eu vou precisar sair agora pra atender outro compromisso e, caso vocês
2772 continuem, caso tenha a continuação, eu peço para o João Lança me substituir
2773 como suplente. Era só pra deixar isso registrado, presidente. Mas eu vou precisar
2774 sair também.

2775 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Perfeito. Considerando então essas, as falas no
2776 mesmo sentido, eu acho que amanhã as 08h30 nós podemos reiniciar já com a
2777 projeção desse texto aí e a aprovação dos colegas das recomendações mínima
2778 relacionadas ao mecanismo. E aí já pergunto até, Bárbara, porque o Caio chegou
2779 a colocar um dado aberto ali, seria interessante, você falou na última reunião que
2780 tinha um suporte de uma pessoa, eu fiquei na dúvida se realmente era isso,
2781 administrativo. Porque, lembrando que a questão técnica, realmente é com
2782 mecanismo, o mecanismo ele tem essa, enfim, atuação de forma exclusiva, tem a
2783 previsão de exclusividade das questões do mecanismo que eu acho que a maioria
2784 aqui dos colegas não tem. Então, se pudesse na auxiliar dentro da leitura do
2785 mecanismo o que precisaria pra essa estrutura mínima pra constar da Resolução.
2786 Então, sem nenhuma outra manifestação...

2787 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Presidente, só uma informação rápida aqui.
2788 Chegou nas minhas mãos hoje de manhã, a documentação e o processo pra
2789 nomeação dos novos peritos, são três novos peritos, já analisei, já disponibilizei e
2790 já foi pra Ministra pra assinar, está certo? Chegou aqui nas minhas mãos hoje de
2791 manhã, enquanto eu estava trabalhando, durante a reunião eu estava trabalhando
2792 aqui, eu estava analisando justamente isso. Então chegou hoje de manhã, e agora
2793 de manhã mesmo já liberei o processo. Agora segue o rito aí pra assinatura, e em
2794 breve aí, talvez semana que vem saia essa nomeação. Serão três novos peritos.
2795 Se quiserem até posso falar quem são aqui, que é... Obedecendo a ordem de
2796 classificação, a segunda colocada ficou logo depois da Bárbara, aí está
2797 observando uma situação sabujice que é, se eu não me engano, é o caso de uma
2798 moça com deficiência e outra cota para pessoas autodeclaradas... Está certo?

2799 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Excelente informação, viu Marco? Agradeço aí e que
2800 amanhã possamos apresentar mais uma informação positiva no sentido que foi
2801 assinado e saiu do Ministério. Então, e aí fica só a tramitação lá na SAJ, enfim,
2802 Presidência da República, que aí a gente faz uma cobrança... Um cuidado lá, pedir
2803 ajuda do colega Campoia aqui, conforme eu registrei, e quando entrar na SAJ lá
2804 pra destacar a importância da tramitação rápida aí desse processo. Então eu
2805 agradeço aos colegas, desejo um bom almoço aí. Amanhã 8h30 se a gente
2806 conseguir abrir com quórum, nós vamos aproveitar melhor nosso tempo aí, viu?
2807 Bom almoço a todos. Até amanhã.

2808 **Sr. Ribamar Araújo** – Bom almoço a todos e em especial o aniversariante do dia,
2809 doutor Luciano.

2810 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ah é?

2811 **Sr. Ribamar Araújo** – Está conosco aqui o dia inteiro.

2812 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Vamos cantar parabéns aqui. Abrir o microfone e
2813 cantar parabéns.

2814 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Ah, pois é.

2815 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Vamos cantar parabéns pra ele?

2816 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Doutor Luciano eu acho que ele já saiu.

2817 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Já saiu?

2818 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Eu não estou vendo ele aqui mais.

2819 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Então que fique registrado.

2820 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Acho que é por isso que ele não fez o uso da palavra

2821 hoje, ele estava reflexivo com mais um ano aí de... Fazendo aniversário, não é?

2822 Doutor Luciano, nos escuta? Doutor Luciano Maris Maia?

2823 **Sra. Bárbara Coloniese** – Ele está aqui sim.

2824 **Sr. Sávio Andrade (MD)** – Não. Eu acho que o doutor Luciano já foi almoçar. Está

2825 apenas a presença aí do... Apenas a conexão, mas de qualquer forma, amanhã

2826 também os parabéns, será bem-vindo aí. Boa tarde a todos, até amanhã. Até

2827 mais.

2828 **Sr. Marco Carvalho (MMFDH)** – Abraço. Boa tarde.

2829 **Sra. Bárbara Coloniese** – Tchau-tchau.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretária Nacional da Proteção Global
Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 15 de abril de 2021, das 08:30hs às 12:30h.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

- **Pauta:**
 - Registro dos membros
 - Leitura da Pauta da 32ª RO;
 - Vitória pediu para incluir novo ponto pauta sobre documento enviado por ela no dia 14/04/2021. Trata sobre a resolução do Edital de chamamento da sociedade civil, mas optaram por analisar no tópico 4 da pauta.
- **Horário do início do ponto de pauta:** 8:50.
- **Condução:** Vice-Presidente.
- **Quórum para abertura:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. Conectas DH
4. SG/PR	4. JUSTIÇA GLOBAL
5. SEGOV/PR	5. RENILA
6. MJSP	6. UBM
7. MCidadania	7. EDUCAFRO
8. MD	8. MNU
9. MRE	9. SOMOS
10. MEC	10. COAD
	11. CUT
	12. UFRN
Soma RG:10	Soma SC: 12
Total: 22	

- **Síntese da discussão:**
 João Lança apresenta a pauta da 32ª Reunião Ordinária.
 Vitória questiona sobre o convite do representante do Subcomitê de Prevenção de Combate à Tortura para as Plenárias do CNPCT.

Secretário Ezequiel fala sobre a burocracia e marcha procedimental para ser seguida em relação ao ato de convite a ser praticado.

Marco afirma que a pauta já foi aprovada.

Sávio destaca que a pauta é aprovada na mesa diretora.

Caio ressalta que alguns atos são indicados pela presidência.

Inicia-se com os informes da secretaria executiva:

1- Reunião do CNJ para tratar da audiência de custódia – Frei Davi e Vitória demonstram o que sentiram sobre a reunião com o chefe de gabinete do Ministro Fux. Vitória ressalta que, embora tenha havido receptividade, boa vontade e gentileza por parte do chefe de gabinete, ele se mostrou bastante favorável a manter o modo virtual da audiência de custódia de modo excepcional, pois agiliza a Justiça. Também foi destacado por membro do CFP na sociedade civil que o momento para o pedido (maiores índices de óbito decorrente da covid-19 no início de 2021) não foi o melhor. Fernanda da DPGO esclarece sobre a necessidade de se rever essa posição e apresenta a situação do Estado de Goiás, em que as audiências de custódia virtuais estão sendo dispensadas, sendo substituídas por termo escrito. Sávio sugere que se oficie o TJGO.

2- Reporte de Encaminhamentos – João Lança compartilha planilha de encaminhamentos.

Após são feitos os Informes dos membros e convidados:

1 – Torquato fala de como será a apresentação do Depen.

Depois são apresentados pelo DEPEN, a partir do Jairo, os dados sobre ações relacionadas à pandemia (casos suspeitos e recuperados a partir da busca ativa, aquisição de epis e até suspensão/limitação de visitação), bem como da população LGBTQIA+. Fala-se sobre ações quanto HIV/AIDS nos presídios e ações quanto imunização ao novo coronavírus, sobretudo quanto à vacinação. Ana Livia, chefe de divisão de proteção especial e ações para mulheres encarceradas, apresentou os dados em relação a mulheres encarceradas. Ela também apresentou os dados da população LGBTI+. Ainda são apresentados dados e ações quanto à tuberculose.

Por fim, foram apresentadas Informações sobre orçamento e suporte administrativo ao MNCPT, bem como sobre a dificuldade no atual momento.

- 1 - Minuta de Recomendação ao MMFDH foi apresentada. Caio destaca o que escreveu nessa recomendação.
- 2 - Debate sobre Recondução de Peritos é deixado para a reunião do dia 16 de abril de 2021.

Marco destaca que a nomeação dos peritos no processo seletivo já passou pela assessoria especial e que deve ser publicada o quanto antes para que haja a

publicação do Decreto. Valdir Campoi disse que agilizará a publicação do Decreto.

- **Encaminhamentos:**

- 1.1. Encaminhamento 1: encaminhar a solicitação dos dados demográficos enviada pela SOMOS ao DEPEN
- 1.2. Encaminhamento 2: solicitação para vacinar os peritos do MNPCT, reafirmando a resolução 14 do CNPCT e o ofício do MNPCT

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretária Nacional da Proteção Global
Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 16 de abril de 2021, das 08:30hs às 13:50h.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

- **Pauta:**
- Registro dos membros
- **Horário do início do ponto de pauta:** 8:45.
- **Condução:** Vice-Presidente.
- **Quórum para abertura:** 14

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. Conectas DH
4. SG/PR	4. JUSTIÇA GLOBAL
5. MEC	5. RENILA
6. MRE	6. UBM
7. MCIDADANIA	7. MNU
8. SEGOV/PR	8. SOMOS
	9. COAD
	10. CUT
	11. UFRN
	12. EDUCAFRO
Soma RG: 8	Soma SC: 12
Total: 20	

• **Síntese da discussão:**

João Lança abre a reunião e faz a chamada dos membros de governo, membros da sociedade civil e convidados permanentes.

Sávio inicia a reunião, retomando uma pergunta sobre as audiências de custódia no chat pelo Wanderson da MNU.

Sávio abre os Informes aos convidados.

Andressa e Vitória sugerem a inversão da pauta, pulando o item 4.2 e ir para o 5.1.

Sávio defere a inversão da recondução dos peritos.

Andressa e Vitória fazem questão de ordem pedindo para votar a inversão.

Henrique questiona o Sávio.

Inicia-se um debate sobre o Regimento Interno, discutindo sobre o papel de organização do presidente e responsabilidade deste quanto à pauta.

Fernanda Fernandes explica sobre os artigos 16, VI, e artigo 13, II e V.

Luciano Mariz Maia - 7ª CCR PGR MPF explica que o Presidente, o mesmo art. 14 do Regimento, diz "VIII - cumprir e fazer cumprir as resoluções e recomendações emanadas do Plenário;" e que em todo colegiado o papel do Presidente é ordenar os trabalhos, para que as funções do colegiado sejam realizadas.

Frei David - educafro.org.br afirma que, por questão de ética, a presidência precisa respeitar os direitos da plenária. Diz que o art. 14 do Regimento expõe o seguinte: "VIII - cumprir e fazer cumprir as resoluções e recomendações emanadas do Plenário". Diz que querem fazer com essa comissão o mesmo que o governo fez com quase todas as comissões da sociedade civil dos vários ministérios. A outra vítima deste governo é a comissão que define e encaminha a LEI RUANET.

Marco Carvalho diz que esse discurso do Frei não faz sentido. De que não há qualquer tentativa de subversão da temática por parte do governo nem de violação da democracia. Afirma que o que há são visões de mundo diferentes. Diz ainda que várias pautas foram votadas de forma unânime. Diz que a pauta pode ser seguida, pois os temas serão rápidos e logo se votará a questão da resolução do Edital da sociedade civil.

Luciano Mariz Maia - 7ª CCR PGR MPF afirma, com o devido respeito, que participa e, muitas vezes, já presidiu órgãos colegiados, e quando se prevê a intervenção do presidente na ordem do trabalho, tal intervenção se dá para permitir que o colegiado se expresse, bem como para evitar discussões paralelas, ou outros desvios.

Pedro Paulo CFP fala que o momento atual é pedido de inversão de pauta, ato não previsto no regimento. Afirma que a sociedade civil não aponta a tradição, mas o regimento.

Caio sugere que se siga a pauta. Concorda com o Marco.

Caio apresenta a Minuta novamente. Trata-se da Minuta de Recomendação ao MMFDH.

Após, segue a palavra para a Bárbara falar sobre o apoio administrativo do Mecanismo e de como era a assessoria do MNPCT. Retomam-se os informes.

Marco explica, citando esclarecimento do Herbert, que sobre as assessorias técnicas, eram servidores cedidos por outros órgãos públicos. Explica que o Ministério não tem quadros próprios suficientes para atender a todas as unidades, bem como que, quanto ao Smj, tais

servidores não foram retirados do apoio ao MNPCT, mas decidiram sair mediante convite que receberam de outros órgãos.

Bárbara e Daniel prosseguem e falam sobre as viagens, diárias, passagens e bagagens. Tarsila afirma que essas questões devem ser resolvidas previamente para evitar constrangimentos. Inicia-se o primeiro encaminhamento.

Sávio pede para prosseguir na pauta.

Vitória fala sobre o Edital de chamamento público. Propõe Resolução sobre o regulamento desse Edital. Diz que o parecer da Conjur não é vinculante. E que sempre foi feita Resolução para definir esse tema.

João Lança fala sobre sua leitura da proposta da Resolução. Sugere discussão mais apurada sobre alguns pontos, como o item 20. Faz uma sistematização normativa e questiona alguns pontos que podem ter problema, como a pessoalização dos representantes das entidades.

Secretário Ezequiel esclarece sobre seguir o parecer jurídico. Afirma que a ideia de que o CNPCT seria uma Secretaria de governo não procede. Explica sobre a hierarquia dos atos normativos. Reafirma que temos de seguir o princípio da hierarquia dos atos normativos.

Sylvia Dias diz que a escolha dos representantes se dá por meio de chamamento público. Diz que o próprio parecer permite a ampliação do tema, como lido pelo João Lança. Cita palavras do Dr. Luciano para citar tratados internacionais e, assim, afirma que o Decreto precisa ser interpretado à luz da Lei 12.847, e ambos instrumentos à luz do OPCAT. Segundo o STF, tratado de direitos humanos é norma supralegal.

Marco questiona.

Fernanda fala da ADPF do Conanda – ADPF 622. Que alterações no Decreto prejudicam a sociedade civil.

Sávio fala que o parecer da Conjur faz uma distinção em relação à ADPF do Conanda.

Caio se posiciona para seguir com a Resolução, mesmo que se faça as distinções.

João fala do seu entendimento sobre o trecho de que o conteúdo do ato não cabe à Consultoria, no tocante à competência.

Secretário Ezequiel afirma que houve irregularidade nesse Colegiado desde sempre. Diz que a Democracia Participativa está sendo exercida aqui. Diz que a ADPF do Conanda não se aplica ao CNPCT. Explica que tal ADPF teve várias decisões favoráveis ao governo. Diz que não pode rasgar a lei para aplicar pontos equivocados do Regimento.

Marco diz que se tem uma forma de caminhar para fechar uma resolução. Fala para corrigir na redação um problema de pessoalização das entidades. Explica que há dois pontos complicados: um é colocar universidade pública no rol de sociedade civil e outro é dizer que o mandato é da pessoa. Por fim, fala para ter acordo quanto quem são as entidades. Propõe aos membros da sociedade civil para saber quem são/podem ser as entidades.

Antônio Pádua, da DPU, afirma que há uma pessoalização e ambiguidade em algum ponto do Regimento quando veda a participação por mais de três vezes de entidades que já participaram do Comitê. Diz que parece que o Regimento prega por uma rotatividade.

João Lança questiona pontos no Regimento sobre a dificuldade de interpretação.

Joviniano coloca duas situações: 1 - entidade podia ser eleita várias vezes, desde que mudando o membro, como aconteceu com o CFP e o CFOAB; e, 2 – mandato.

Sávio afirma que os esclarecimentos do Joviniano são importantes, pois ele já participou de outros processos seletivos.

Vitória afirma que é para votar a Resolução porque esta é competência do Plenário. Fala de responsabilidade do servidor caso não haja a votação.

Caio afirma para ser votado o tema de todo jeito, ainda que se façam as alterações sugeridas pelo Marco.

Andressa reitera para fazer a votação e verificar os destaques sobre a resolução.

Com isso, são feitos os esclarecimentos.

Marco pondera sobre a necessidade de haver um consenso quanto à situação das Universidades participarem como sociedade civil.

Cândida diz que as Universidades são autarquias como os Conselhos. Propõe para se colocar apenas os termos legais no Edital.

Antônio Pádua fala para especificar ou tirar o detalhe para não criar nenhuma complicação para nenhum dos lados.

Marco fala para não qualificar quem é privada e quem é pública, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.847/2013.

João Lança fala sobre o parágrafo terceiro que houve a migração de toda a documentação para a plataforma Participa + Brasil. Fala sobre as fases.

Antônio Pádua diz que as fases reproduzem o Edital anterior. Documentação é importante. Deve ser essencial para caracterizar quem é eleitor e quem é candidato. Para o eleitor, não há carta de manifestação. Para ser candidato, deve ter a carta de intenções. Se tiver todos os documentos, só não a carta de intenções, não deve ter maiores problemas. O candidato pode até votar em si. Diz que não prejudica retirar o formulário on-line. O edital está racional.

João Lança fala sobre o art. 7º.

Antônio fala da publicidade. Algumas questões como punição e processo administrativo tem de ser fechadas. No geral, não há problema em dar publicidade. Fala dos recursos também.

Cândida fala da habilitação de quem é eleitor e que são dois atos normativos diferentes. Fala da Plataforma. Não vê problema em ser pública. No passado, a entidade eleita tinha um login e votava.

Herbert fala que, talvez, valha mencionar sempre "entidade candidata", "entidade eleitora", "representante de entidade candidata" e "representante de entidade eleitora", para evitar confusão entre pessoas e instituições. Antônio fala para ter o cuidado com a nomenclatura.

Herbert fala para usar entidade ou instituição, como diz a lei. O importante é padronizar o texto, com substituição integral no texto.

Antônio diz que é válido aproveitamento de atos.

João Lança faz uma leitura para última análise antes da votação. Foram 9 considerações.

Sávio diz para ler inclusive os considerandos.

Com isso, há a leitura e alterações, conforme sugestões de todos os presentes na reunião Plenária.

- **Encaminhamentos:**

- 1.1. Encaminhamento 1

- Votação: **aprovar Recomendação ao MMFDH sobre suporte administrativo, orçamentário e sobre vacinação dos peritos do MNPCT:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. CONECTAS DH
4. SG/PR	4. JUSTIÇA GLOBAL
5. MD	5. RENILA
6. MEC	6. UBM
7. MRE	7. MNU
8. MCIDADANIA	8. SOMOS
9. SEGOV/PR	9. COAD
	10. CUT
	11. UFRN
	12. EDUCAFRO
Soma RG: 9 contrários	Soma SC: 11 favoráveis
Total: 20	

- 1.2. Encaminhamento 2

Votação: aprovar Resolução que resolve indicar as diretrizes para o processo de chamamento público da sociedade civil do CNPCT.

Total: Houve consenso dos presentes, aprovada à unanimidade.
--